

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ARIANE CRISTINA MACHADO

MONSTROS E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO:

Dilma Rousseff nas capas das revistas impressas brasileiras (2010-2016)

SÃO CARLOS

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ARIANE CRISTINA MACHADO

MONSTROS E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO:

Dilma Rousseff nas capas das revistas impressas brasileiras (2010-2016)

Dissertação de Mestrado no Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gleidylucy Oliveira
(UFSCar)

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Viviane Gonçalves
(UNIRIO)

SÃO CARLOS

2026

Machado, Arianne Cristina

MONSTROS E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO:
Dilma Rousseff nas capas das revistas impressas
brasileiras (2010-2016) / Arianne Cristina Machado --
2026.
120f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Gleidylucy Oliveira da Silva
Banca Examinadora: Viktor Henrique Carneiro de Souza
Chagas, Maria Teresa Miceli Kerbauy
Bibliografia

1. Ciência Política. 2. Comunicação Política. 3. Gênero. I.
Machado, Arianne Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

AGRADECIMENTOS

Esta é a seção mais difícil de ser escrita desta dissertação. Através dela, acesso sentimentos e memórias ambíguos e profundos. Olhar fundo para dentro da pesquisa é me olhar fundo no espelho. E o espelho foi o primeiro lugar em que vi o monstro que inspira esta pesquisa. Ela é resultado de uma trajetória que não se restringe aos seus dois anos de execução, e nem mesmo à minha experiência universitária. Antes, ela resulta da observação dos meus próprios desvios, e da identificação com outros desviantes.

Já são dezesseis anos desde que as Ciências Sociais passaram a ser a lente através da qual eu escolhi observar o mundo. Só eu sei os altos e baixos que separaram o início do sonho, da conclusão deste mestrado. Por isso, não posso deixar de agradecer à Arianinha que não desistiu de si mesma e me trouxe com as próprias pernas até aqui. No caminho aprendi a ser bambu, envergar e não quebrar. No entanto, sozinha eu não iria muito longe, e tive a sorte de estar bem acompanhada no caminho.

Agradeço primeiramente à Angela, minha mãe e melhor amiga, que desde cedo incentivou meu gosto por política. Ela, que me ensinou que o conhecimento é a única coisa que jamais poderia ser retirada de mim, e que o estudo seria capaz de me trazer, antes de tudo, dignidade. Agradeço a meu pai, Arilton, o maior incentivador da minha autonomia, que sempre me apoiou nas minhas escolhas e se dedicou para que eu pudesse alcançar os meus objetivos. Mesmo que nem sempre entendesse as minhas motivações, ele nunca me abandonou.

Agradeço ao meu tio, Everson, amigo e cúmplice, com quem eu sei que posso contar para qualquer coisa na vida. Meus avós, Severino e Elina, com quem eu aprendi sobre o gosto pela vida. Meu avô Orlando (*in memoriam*), com quem eu adoraria poder compartilhar esta conquista, mas que está em cada linha deste texto. E a Dona Itália, minha inspiração, minha rainha, aquela que, pelo exemplo, não me deixa desistir. Foi a consciência sobre a minha raiz e o sonho de dar orgulho a eles que me motivou a alcançar este título. Esta conquista é por eles.

Um agradecimento aos amigos, Filippo, Leandro, Robson, Nathália, Giuliano, e Natália, que são a família que eu escolhi, que me alimentaram, enxugaram minhas lágrimas e me levantaram nos dias difíceis, mas que também compartilharam felicidades, conquistas e tornaram os meus dias mais ensolarados. Agradeço

também aos amigos de Samba do RU, que me mantiveram conectada à minha raiz, ajudando-me a me lembrar sempre de onde eu vim.

À Lucy, a quem admiração seria pouco para descrever, pela parceria que extrapola os limites da orientação acadêmica, e principalmente, por ter aberto as portas para que mais mulheres negras escrevam seus nomes na história da Ciência Política. À Viviane, que desde a primeira reunião de orientação me inspirou pela firmeza e pela busca pela excelência, e que, gratamente, acreditou em mim e no meu projeto. Se muitas vezes duvidei que a universidade fosse para mim, me reconhecer em mulheres tão potentes foi fundamental para que esta pesquisadora existisse. Eu sou porque elas são.

Agradeço às contribuições dos colegas de DECOS, quilombo que construímos com muita parceria. Acredito profundamente no trabalho que desenvolvemos juntos e é um orgulho fazer parte do nosso grupo de pesquisa. Agradeço nominalmente à Bruna Camargo Quinsan, ao Gregório Duarte e ao Eduardo Pagnan, que me fizeram descobrir amizades em meio aos espinhos da pós-graduação. Vocês me motivam a continuar.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento, através do qual não seria possível minha dedicação à pesquisa. Agradeço também ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol), na pessoa da secretária do programa Luciana, e à Universidade Federal de São Carlos, mais que *Alma Mater*, lugar onde eu me sinto em casa.

*Hoje eu não quero falar de beleza
Ouvir você me chamar de princesa
Eu sou um monstro
(Buhr)*

RESUMO

Esta dissertação analisa como a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi enquadrada nas capas das principais revistas impressas brasileiras — *Veja*, *Época* e *IstoÉ* — entre 2010 e 2016, a partir das categorias de monstrosidade política e violência política de gênero. Ancorada nos estudos de enquadramento e na análise da monstrosidade como fenômeno social e político, a pesquisa investiga de que modo elementos visuais e textuais foram mobilizados para deslegitimar a autoridade política de uma mulher no mais alto cargo do Executivo. Metodologicamente, o estudo realiza análise de enquadramento a partir da análise de conteúdo de imagens, com codificação humana e uso do software MAXQDA, tomando como unidade de análise os pacotes interpretativos presentes nas capas. Os resultados indicam que Dilma Rousseff foi enquadrada de forma recorrente por meio de representações associadas à anormalidade, à inadequação e à ruptura de expectativas de gênero, especialmente em momentos de crise política. Tais enquadramentos operam como mecanismos simbólicos de correção, articulando monstrosidade e violência política de gênero. Ao evidenciar essas dinâmicas, a dissertação contribui para os estudos de Comunicação Política ao incorporar a dimensão de gênero à crítica do jornalismo político e ao aprofundar a compreensão dos processos de deslegitimação simbólica de mulheres na política.

Palavras-chave: en

ABSTRACT

This dissertation analyzes how President Dilma Rousseff (PT) was framed on the covers of Brazil's main print news magazines — *Veja*, *Época*, and *IstoÉ* — between 2010 and 2016, drawing on the categories of political monstrosity and gender-based political violence. Grounded in framing studies and in the analysis of monstrosity as a social and political phenomenon, the research examines how visual and textual elements were mobilized to delegitimize the political authority of a woman occupying the highest executive office. Methodologically, the study combines framing analysis and content analysis, employing human coding and the use of the MAXQDA software, with interpretive packages on magazine covers as the unit of analysis. The findings indicate that Dilma Rousseff was recurrently framed through representations associated with abnormality, inadequacy, and the disruption of normative gender expectations, particularly during moments of political crisis. Such frames operate as symbolic mechanisms of correction, articulating political monstrosity and gender-based political violence. By highlighting these dynamics, the dissertation contributes to Political Communication studies by incorporating a gender perspective into critiques of political journalism and by deepening the understanding of symbolic processes of delegitimization targeting women in politics.

Keywords: monstrosity; gender-based political violence; mainstream media; framing; Dilma Rousseff

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caricatura satírica representando Maria Antonieta e o Marquês de Lafayette (França, séc. XVIII).

Figura 2: Maria Antonieta representada como uma harpia.

Figura 3: Elizabeth Taylor como Cleópatra (20th Century Fox, 1963).

Figura 4: Capa da graphic novel Maus: A Survivor's Tale, de Art Spiegelman.

Figura 5: Cartaz de exibição de Saartjie Baartman, a "Vênus Hotentote" (França, 1888).

Figura 6: Matéria da Revista Veja: "Bela, recatada e do lar" (18/04/2016).

Figuras 7 e 8: Capas da Veja com enquadramentos de FHC (1994) e Lula (2002).

Figuras 9 e 10: Capas da Veja representando Lula como monstro.

Figura 11: Capa da Revista Veja (27/10/2014).

Figura 12: Capa do jornal O Estado de S. Paulo com imagem de Dilma e a pira olímpica (04/05/2016).

Figura 13: Adesivo de tanque de combustível com representação sexualizada de Dilma Rousseff.

Figura 14: Charge da Revista Veja (coluna de Reinaldo Azevedo) insinuando a prostituição de Dilma.

Figura 15: Capa da Revista IstoÉ (12/05/2010).

Figura 16: Capa da Revista IstoÉ com foco em Lula (05/01/2011).

Figura 17: Capa da Revista Veja sobre o caso Lava-Jato (26/11/2014).

Figura 18: Capa da Revista IstoÉ (29/10/2014).

Figura 19: Capa da Revista Veja: "Por que caem os presidentes" (14/10/2015).

Figura 20: Capa da Revista Época (13/06/2015).

Figura 21: Capa da Revista IstoÉ (23/09/2015).

Figura 22: Capa da Revista Época sobre o isolamento de Dilma (18/04/2016).

Figura 23: Capa da Revista Época: "O Último Ato" (29/08/2016).

Figura 24: Capa da Revista IstoÉ representando Dilma como Pinóquio (16/09/2015).

Figura 25: Capa da Revista IstoÉ: "Os 7 crimes de Dilma" (30/03/2016).

Figuras 26 e 27: Caricaturas comparativas de Lula (2006) e Dilma (2015) com olhos vendados.

Figura 28: Capa da Revista IstoÉ: "As explosões nervosas da presidente" (06/04/2016).

Figura 29: Capa da Revista Época: "O passado de Dilma" (16/08/2010).

Figura 30: Capa da Revista IstoÉ: "A mulher no poder".

Figura 32: Capa da Revista Veja: Dilma "pisando no tomate" (17/04/2013)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Presença de monstro/elementos de monstruosidade ao longo do tempo (2010-2016).

Gráfico II: Presença de monstro/elementos de monstruosidade em cada revista.

Gráfico III: Total de códigos de anormalidade.

Gráfico IV: Códigos de anormalidade ao longo do tempo (por ano).

Gráfico V: Enquadramentos generificados ao longo do tempo.

LISTA DE ABREVIATURAS

BnF: Bibliothèque nationale de France.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CECH: Centro de Educação e Ciências Humanas.

DECOS: Departamento de Ciências Sociais / Núcleo Integrado de Estudos em Democracia, Comunicação e Sociedade.

FHC: Fernando Henrique Cardoso.

HMA: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais.

NEPEM: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (UFMG).

ONGs: Organizações Não-Governamentais.

PT: Partido dos Trabalhadores.

TSE: Tribunal Superior Eleitoral.

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos.

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

VPCM: Violência Política Contra as Mulheres.

VPG: Violência Política de Gênero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. MONSTROS, GÊNERO E VIOLÊNCIA	
1.1. Da Idade Média à Modernidade	16
1.2. Bruxas, putas e outros monstros femininos	27
1.3. Quem tem medo de mulheres na política?	35
1.4. Violência política de gênero como correção	41
CAPÍTULO 2. JORNALISMO POLÍTICO: CAPAS DE REVISTA E FREAK SHOWS	
2.1. Jornalismo político brasileiro	49
2.2. O jornalismo político como espaço de representação e reprodução de hierarquias de gênero	58
2.3. Dilma: uma mulher na Presidência da República	61
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA: COMO COMPREENDER O MONSTRO E O GÊNERO	68
CAPÍTULO 4. ANÁLISE E RESULTADOS	
4.1. O enquadramento ao longo dos quatro períodos analisados	77
4.2. Quais tipos de monstros aparecem nas capas das revistas?	85
4.2.1 A “déspota”: a manutenção no poder como ameaça	88
4.2.2 A “mau caráter”: a moralização da conduta	91
4.2.3 A “criminosa”: o sujeito reificado no ato	94
4.2.4 A “burra”: a sátira como forma de deslegitimação	97
4.2.5 A “histérica”: o irracionalidade como ameaça	100
4.2.6 A “comunista”: o passado como ameaça ideológica	103
4.3 O gênero nas capas das revistas: a mulher na política como anormal	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

A história recente da democracia brasileira conta com um dos episódios mais simbólicos no que se refere à participação de mulheres na política. O *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) foi um fato político sustentado não só por interesses das elites nacionais e internacionais, mas também por uma cultura política que aceita com reservas a presença de uma mulher no mais alto cargo do Executivo brasileiro. Em agosto de 2016, no seu primeiro pronunciamento após ser afastada do cargo, Rousseff aponta a “imprensa facciosa¹” como um dos atores políticos que contribuíram para a interrupção do projeto por ela representado (TV BRASIL, 2016, 2min43s)². O episódio se soma ao processo condenatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela Operação Lava-Jato, que culminou com sua prisão, entre julho de 2017 e novembro de 2019, reforçando a histórica animosidade entre a grande mídia e os governos alinhados ao nacional-desenvolvimentismo (Dias; Segurado, 2018; Azevedo, 2017).

No caso de Lula, dados de pesquisa anterior sugerem que a monstruosidade - e os aspectos de deformação moral, política e física - foi um recurso fortemente utilizado pela revista *Veja*, em suas capas, para desqualificar o ex-presidente Lula durante seus mandatos e nos anos seguintes, no período dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer (Machado, 2022). Assim, se reforça o alinhamento liberal-conservador e o caráter antipetista da imprensa, dado que as críticas extrapolam o período em que ele estava à frente do governo. O ex-presidente chega a ser representado como uma górgona (seres semelhantes à Medusa), em uma capa que leva o título “O desespero da jararaca³” no ano de 2016, exatos seis anos depois de ter deixado a Presidência.

¹ De acordo com o Dicionário Michaelis, “faccioso” é 1. Que ou aquele que se opõe à regra estabelecida, que perturba a ordem; insurgente, sedicioso; 2. Que ou o que manifesta sectarismo, parcialidade.

² TV BRASIL. Dilma Rousseff faz pronunciamento após votação final do impeachment. YouTube, 31 ago. 2016. 1 vídeo (11 min 17 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKkpe53jaPk>. Acesso em: 24 jun. 2025. Minutagem: 2min43s.

³ O termo “jararaca” foi utilizado, pela primeira vez, pelo próprio Lula, em um entrevista coletiva após a condução coercitiva para depor na Operação Lava-Jato, no dia 4 de março de 2016. Dois dias depois, o bispo-auxiliar da Arquidiocese de Aparecida, Dom Darci José Nicioli, em referência aos “que se autodenominam jararacas” fala sobre “a graça de pisar a cabeça da serpente”. No dia 16 de março de 2016, a revista *Veja* lança a capa “O desespero da jararaca: Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado”. (MACHADO, 2020)

E por que pensar a monstrosidade como enquadramento da política? Este debate vem sendo explorado pelas Ciências Sociais na compreensão do papel simbólico da monstrosidade na manutenção das normas sociais (Kappler, 1994; Tucherman, 2012), mas, na Ciência Política, é uma perspectiva ainda incipiente. Mesmo nos estudos de Comunicação e Política, a partir dos quais os meios de comunicação e o sistema midiático são importantes elementos para a formação das disposições políticas e da opinião pública, não há estudos significativos sobre o uso de aspectos da monstrosidade para criticar, atacar e/ou enquadrar atores políticos “indesejados”.

Outro ponto importante, nesse sentido, é a escassez de estudos imagéticos no campo da Comunicação e Política. A maior parte das pesquisas baseia-se em dados textuais, o que, no caso desta proposta, é insuficiente para demonstrar a construção da monstrosidade como forma de crítica e estratégia política em relação a atores do campo da esquerda. Mendonça (2012) aponta a importância de ultrapassar aquilo que é dito textualmente e explorar a situação em que os sentidos se manifestam para compreender a natureza e a complexidade dos quadros habitados e transformados pelos indivíduos em suas interações. Assim sendo, inserimos a questão da monstrosidade nos debates da Ciência Política, a partir do diálogo com trabalhos que se relacionam com o campo da Comunicação Política, levando em conta as representações textuais e imagéticas (Rizzotto; Prudêncio; , 2017; César; Weber, 2019; Klein, 2019; Machado, 2022).

Para esta pesquisa, o objetivo não é apontar a existência real do monstro político, mas compreender os elementos de monstrosidade mobilizados na representação imagética de atores políticos fundamentais, levando em conta que os “monstros” em si são ferramentas de crítica, normalização e expressam explicitamente posições políticas dominantes em determinado grupo. Assim, importa investigar quem cria os monstros e inferir pelos símbolos selecionados qual tipo de normatividade é proposta. Afinal, monstros não existem. Estudar monstros, portanto, é estudar as narrativas que sustentam esses rótulos e como essas narrativas conseguem se consolidar com sucesso. O que é considerado monstruoso para uns ou para algumas sociedades pode não ser para outras/os.

No campo da política contemporânea, a pesquisa proposta busca entender como essas construções são mobilizadas pela grande imprensa a fim de enquadrar determinadas figuras públicas, especialmente, a primeira mulher a assumir o mais

alto cargo do Executivo nacional. Com isso, a análise parte da hipótese de que o gênero terá um papel crucial nos enquadramentos dos monstros políticos, definindo os recursos narrativos que deslegitimam ou reforçam a autoridade. Para tanto, nos inspiramos nos trabalhos fundamentais de Foucault (2001) sobre Maria Antonieta, na França, onde o autor evidencia que mesmo sendo criticada com aspectos de monstrosidade como Luís XVI, suas críticas ultrapassaram “a linha da cintura” ressaltando aspectos que não foram destacados no rei, em especial, relacionados a sua sexualidade. Nesse sentido, também se evidencia como os processos de criação e enquadramento da monstrosidade se mobilizam a partir de aspectos que ferem mulheres e identidades de gêneros dissidentes de maneira distinta, refletindo as dinâmicas de privilégios e entraves em relação aos homens.

Assim, esta dissertação é reflexo da inquietação intelectual da pesquisadora que, desde a primeira leitura sobre monstros políticos, em “Os Anormais”, de Michel Foucault (2001), identificou um possível paralelo entre o enquadramento de Maria Antonieta e Dilma Rousseff. Durante a coleta de dados para a pesquisa de monografia “Monstros, antipetismo e o enquadramento de Lula nas capas da Revista Veja (2002-2020)”, saltou aos olhos a quantidade de capas nas quais Dilma Rousseff fora enquadrada negativamente. Em razão da limitação do escopo daquele trabalho, optou-se por dar sequência à investigação em uma pesquisa de maior envergadura, tempo e estrutura material, como o presente trabalho.

Buscamos ainda contribuir para os estudos de Comunicação e Política no esteio da crítica ao jornalismo político e sua função de *watchdog* a partir do debate de gênero. Assim, a discussão sobre monstrosidade, norma e divisão sexual do trabalho se condensam nesta pesquisa, apresentando como os enquadramentos “monstruosos” - caso existam - podem funcionar como uma faceta da violência política de gênero sofrida por mulheres representantes, em especial, aquelas atreladas ao campo da centro-esquerda.

A pergunta central desta dissertação é: de que modo os enquadramentos midiáticos das capas das revistas semanais brasileiras mobilizam categorias de monstrosidade generificadas para deslegitimar a autoridade política de Dilma Rousseff? Os objetivos específicos desta pesquisa incluem identificar os elementos de monstrosidade que foram associados às imagens da presidenta Dilma Rousseff, nas capas de revistas, classificando quais desses elementos receberam maior ênfase ao longo do tempo. Além disso, analisa-se como esses elementos se

relacionam com aspectos de gênero, bem como verificar se houve variação na ênfase atribuída a esses elementos em diferentes momentos do mandato presidencial. Para isso, serão considerados quatro momentos distintos:

- i) o período pré-protestos de 2013;
- ii) o período pós-protestos de 2013 até a vitória presidencial em 2014;
- iii) o período pós-eleitoral de 2014 até a abertura do processo de impeachment;
- iv) e o período pós-abertura do processo de *impeachment*.

Para responder a essas questões, a dissertação mobiliza um corpus composto por capas da revista *Veja*, *Época* e *IstoÉ* que abordam a ex-presidenta Dilma Rousseff, em períodos específicos de sua trajetória política, especialmente nos momentos de maior tensão institucional. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise de enquadramento e análise de conteúdo, com codificação humana realizada a partir de categorias previamente definidas e operacionalizadas no software MAXQDA. O foco recai sobre a identificação de enquadramentos que acionam representações monstruosas e marcadores de gênero, buscando compreender como esses elementos discursivos se articulam à violência política de gênero no contexto midiático brasileiro.

Por fim, a dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, articulando os estudos de enquadramento midiático com a literatura sobre gênero e violência política contra as mulheres. O segundo capítulo discute o papel da grande imprensa no sistema midiático brasileiro, com foco nas revistas semanais e em sua atuação na cobertura de figuras do Executivo federal. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados, detalhando a construção do corpus e as categorias analíticas utilizadas na análise de conteúdo e de enquadramento. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, indicando processos de deslegitimação simbólica da autoridade política de Dilma Rousseff, especialmente em contextos de crise. Nas considerações finais, retomam-se os principais achados e discutem-se suas implicações para o debate sobre mídia, gênero e violência política no Brasil.

CAPÍTULO 1. MONSTROS, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Mães e pais costumam tranquilizar seus filhos pequenos antes de dormir dizendo: “monstros não existem”. E, de fato, não existem. Ao menos não como criaturas reais. Ainda assim, as sociedades os produzem. A figura do monstro, longe de ser apenas uma invenção fantástica ou um fenômeno isolado, revela os medos, as tensões e os valores que estruturam determinadas relações sociais. Ao examinar como os monstros são gerados e interpretados ao longo do tempo, é possível compreender os mecanismos que sustentam sua construção. A monstrosidade aglutina características consideradas desviantes em relação a uma estrutura hegemônica e, nesse sentido, cumpre a função de produção de alteridade com relação à norma. O monstro é, ao mesmo tempo, aquilo que ameaça e aquilo que delimita os contornos do aceitável, funcionando como dispositivo de disciplinamento dos corpos (Foucault, 2001).

Essa lógica se intensifica quando associada ao gênero, especialmente nas construções de feminilidade e poder: mulheres que desafiam os papéis sociais tradicionais são frequentemente representadas como desviantes, anormais. Ao investigar a construção da imagem de mulheres monstruosas, tanto na sociedade em geral quanto na esfera política em particular, este capítulo propõe uma análise crítica das violências que incidem sobre corpos dissidentes, especialmente os de mulheres que ocupam posições de visibilidade e autoridade. Trata-se de compreender como o monstro serve para organizar o mundo social, reforçar fronteiras normativas e justificar projetos de dominação, exclusão e silenciamento.

1.1. Da Idade Média à Modernidade

Nesta seção, traça-se uma breve genealogia da construção do monstro no imaginário ocidental, colocando luz sobre as transições de concepção entre a Idade Média e a Modernidade. Quem são chamados de “monstros” e quais características desenham a figura dos monstros nos imaginários das sociedades e da política são aspectos essenciais para compreender como, no pacto social, seleciona-se quem deve ser desprezado e quem deve ser valorizado. A etimologia da palavra revela que “monstro” é aquele que mostra, ou seja, que evidencia possíveis desvios de uma sociedade (Leite Jr. 2007, p. 1).

Assim, a monstrosidade enquanto construção simbólica e cultural não possui existência autônoma, dependendo da definição da norma a partir da qual o desvio será percebido. Claude Kappler (1994), em seu estudo sobre o imaginário medieval, observa que a norma é construída a partir de pressupostos do senso comum, sendo raramente questionada. Assim, enquanto a norma é percebida como natural e espontaneamente existente na sociedade, o monstro emerge como sua negação, como aquilo que a desafia ou ameaça.

No entanto, o monstro não é apenas o que mostra, ele também precisa ser mostrado. Sua existência simbólica está profundamente enraizada na necessidade de visibilidade: o monstro precisa ser exposto para cumprir sua função social de delimitar fronteiras, servir de advertência ou mesmo de catarse. Como afirma Ieda Tucherman (2012), essa necessidade de expor corpos considerados monstruosos se insere em um processo mais amplo de construção da identidade “normal” por oposição à alteridade. Os chamados *freaks*, ou aberrações, são exibidos não apenas como espetáculo, mas como referência simbólica que sustenta o ideal de normalidade:

Os *freaks* [aberrações] precisam ser exibidos. [...] Em nenhum momento este homem [normal] se reconhece no *freak*, mas talvez só tenha a possibilidade de se reconhecer como "normal" porque o *freak* lhe serve de parâmetro para a alteridade. (Tucherman, 2012, p. 94)

Exibir o monstro, portanto, é uma estratégia de diferenciação e também de controle. Gilbert Durand (2002) aprofunda esse ponto ao destacar que a representação simbólica do mal é um gesto de regulação. Imaginar, nomear e representar são formas de domesticar o que assombra. A imagem do monstro, assim, permite que a angústia seja colocada em cena para ser dominada:

Figurar um mal, representar um perigo, simbolizar uma angústia é já, através do assenhoreamento pelo cogito, dominá-los. Qualquer epifania de um perigo à representação minimiza-o, e mais ainda quando se trata de uma epifania simbólica. Imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens da luz. [...] E, enquanto projeta a hipérbole assustadora dos monstros da morte, afia em segredo as armas que abaterão o dragão (DURAND, 2002, p. 123).

Nesse sentido, a exibição do Outro se transforma em um fator libertador dessa angústia porque reordena as relações hierárquicas entre os homens (Tucherman, 2012). O afastamento entre monstro e humano, de acordo com a autora, é fundamental para que ele seja visto como curiosidade. Ela ressalta a experiência dos *freak shows* (shows de aberrações), espetáculos clássicos de circos e feiras, que promoviam a exibição de pessoas com características físicas estigmatizadas como disformes. Mulheres barbadas, gêmeos siameses, anões, além dos *self-made freaks* como estrangeiros, pessoas tatuadas, entre outros, compunham o grupo dos ditos “esquisitos”.

Entre os monstros morais descritos por Foucault (2001), destaca-se o monstro político como o primeiro dessa categoria. Ele representa a ruptura do pacto social, uma traição que ameaça a própria coesão da sociedade. Esse tipo de monstro tem duas faces e pode emergir tanto a partir do despotismo do soberano quanto pela insurreição do povo rebelde, impondo sua “não-razão” como razão de Estado. O monstro político é um fora da lei permanente, o indivíduo sem vínculo social (Foucault, 2001).

No fim do século XVIII, sob o contexto da Revolução Francesa, emergem dois exemplos marcantes de monstros políticos: Luís XVI e Maria Antonieta. Ambos foram alvos de campanhas de deslegitimação e sofreram processos de animalização nos periódicos da época. Luís XVI foi associado a um chacal, enquanto Maria Antonieta foi comparada a uma hiena. Sobre a rainha, no entanto, pesaram críticas “abaixo da linha da cintura”. Maria Antonieta era retratada como depravada (Figura 1), incestuosa e transgressora dos papéis femininos esperados, consolidando a ideia de um monstro fêmea (Machado, 2022, p. 8). Sua condição de estrangeira amplificou ainda mais sua exclusão do corpo social francês, processo amplamente explorado na iconografia revolucionária do período.

Figura 1. Caricatura satírica representando Maria Antonieta em contexto sexual com o Marquês de Lafayette. França, final do século XVIII.



Fonte: Bibliothèque nationale de France (BnF),
acervo digital disponibilizado pela Stanford University Libraries.

No início do século XVI, com a colonização das Américas, processos semelhantes foram empregados pelos colonizadores europeus em relação aos povos originários. A construção dessas populações como selvagens e moralmente inferiores teve papel central na legitimação da conquista e do extermínio dessas populações. Silvia Federici (2023, p. 392) analisa como a representação dos indígenas como canibais, adoradores do diabo e sodomitas operou como justificativa simbólica para a violência colonial, disfarçando interesses econômicos sob o discurso de missão religiosa:

Ao definir as populações indígenas como canibais, adoradores do diabo e sodomitas, os espanhóis puderam respaldar a ficção de que a Conquista não foi uma busca desenfreada por ouro e prata, mas uma missão de conversão - uma alegação que, em 1508, ajudou a Coroa espanhola a obter a bênção papal e a autoridade absoluta da Igreja na América. Tal alegação também eliminou aos olhos do mundo, e possivelmente dos próprios colonizadores, qualquer sanção contra as atrocidades que se pudesse cometer contra os “índios”, funcionando assim como uma licença para matar, independentemente do que as possíveis vítimas pudessem fazer. E, efetivamente, “o chicote, a forca, o tronco, a prisão, a tortura, o estupro e, ocasionalmente, o assassinato se converteram em armas comuns para reforçar a disciplina do trabalho” (Cockcroft, 1990) no Novo Mundo.

No entanto, Foucault (2001) observa que os monstros se deslocam no imaginário popular ao longo do tempo, do corpo para a mente. Se, na Idade Média, a monstrosidade era atribuída a corpos considerados anormais ou deformados, que fugiam dos padrões físicos aceitos, na Modernidade, a percepção muda, e a monstrosidade passa a ser vista como uma característica interna, relacionada à moralidade e ao comportamento. O autor descreve o anormal como um “monstro cotidiano, um monstro banalizado” (Foucault, 2001, p. 71). Essa perspectiva indica que o monstro não está mais apenas no físico, mas no caráter moralmente desviante que deve ser corrigido.

A partir desse deslocamento, Foucault (2001) elabora a categoria do anormal como figura central das tecnologias modernas de poder. O autor demonstra que o anormal não substitui o monstro, mas o absorve e o banaliza, transformando a exceção em objeto de gestão cotidiana. Diferentemente do monstro clássico, o anormal é definido por um conjunto de desvios graduais de conduta, que não rompem abertamente a ordem jurídica, mas indicam inadequações em relação às normas sociais, morais e comportamentais.

O anormal pode assumir diferentes figuras, como o monstro humano, o indivíduo a corrigir ou o onanista, sujeitos que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, passam a ser capturados por saberes médicos, jurídicos e pedagógicos (Foucault, 2001, p. 63–66). Nessa configuração, o anormal emerge sobretudo como um objeto de observação, classificação e intervenção, mais do que de exclusão imediata. Contudo, essa lógica da correção não se aplica de forma homogênea. No interior das tecnologias modernas de poder, operam distinções entre aqueles considerados passíveis de normalização e aqueles definidos como irrecuperáveis, cuja existência

passa a ser tratada como risco permanente. Nesses casos, a gestão da anormalidade desloca-se da correção para formas de eliminação simbólica, política ou social, articulando-se à lógica do biopoder, que hierarquiza vidas e define quais devem ser normalizadas e quais podem ser descartadas. Essa diferenciação entre graus de anormalidade revela-se particularmente produtiva para a análise das representações midiáticas, ao permitir compreender como determinadas figuras políticas são enquadradas ora como desvios corrigíveis, ora como ameaças definitivas à ordem social.

É nesse sentido que o anormal aparece como “monstro cotidiano”, isto é, uma forma de monstrosidade desprovida de excepcionalidade e integrada ao funcionamento regular da sociedade (Foucault, 2001, p. 71). Sua periculosidade não reside em um ato específico, mas em uma suspeita difusa que recai sobre sua conduta, sua personalidade e sua maneira de existir. O poder que incide sobre o anormal não opera prioritariamente pela punição espetacular, mas por meio de mecanismos contínuos de vigilância e normalização, voltados à antecipação de comportamentos, à correção de desvios e à prevenção de riscos.

Assim, a noção de anormal permite compreender uma mutação fundamental no exercício do poder: este deixa de se concentrar na repressão de monstros excepcionais e passa a investir na gestão preventiva das condutas, instaurando um regime no qual a normalidade se torna critério central de avaliação dos sujeitos. Não é mais necessário provar que alguém é um monstro. Basta sugerir, reiteradamente, que sua conduta é fora de tom, para que se justifique a intervenção normalizadora (Foucault, 2001).

Complementando a perspectiva foucaultiana do 'anormal', a construção da monstrosidade política pode ser compreendida sob a ótica da sociologia do desvio de Howard Becker (2008). No paradigma dos outsiders, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação de regras e sanções por parte de outros a um 'infrator'. Nesse sentido, o monstro político é o desviante a quem o rótulo foi aplicado com sucesso. Ao tratar a presidenta como um monstro, a grande mídia atua como um 'empreendedor moral', estabelecendo as fronteiras da normalidade e definindo quem deve ser segregado do corpo social legítimo. Essa abordagem permite notar que a monstrosidade de

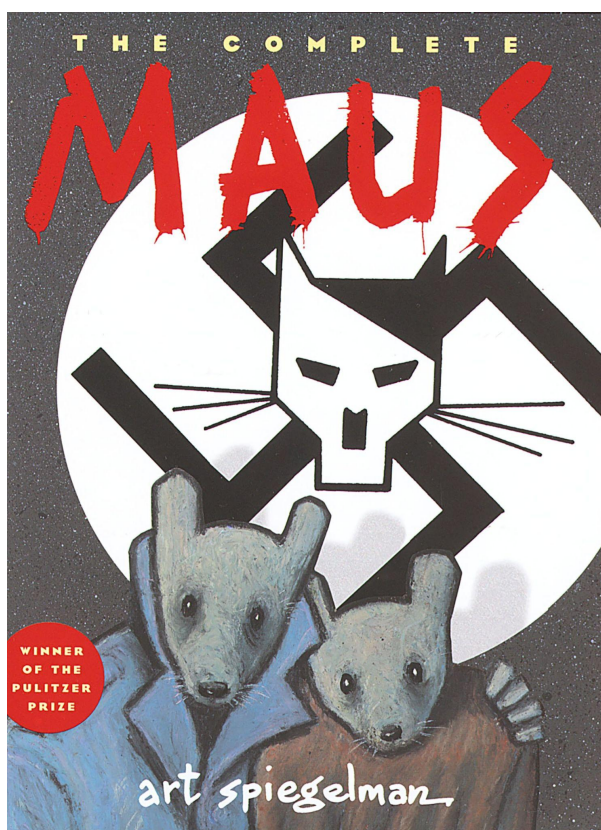
Dilma não é um dado objetivo, mas o resultado de um processo social de rotulação que a transforma em uma 'estrangeira' (outsider) dentro do próprio sistema que ela preside.

Embora a emergência da categoria do anormal marque um deslocamento da monstruosidade para o campo moral e comportamental, esse processo não implicou o abandono dos repertórios simbólicos tradicionais associados à animalização e à deformação física. Ao contrário, tais recursos permanecem disponíveis e são reativados em diferentes contextos históricos, articulando-se às formas modernas de gestão da normalidade.

Durante o regime nazista (1933–1945), por exemplo, a propaganda oficial recorreu sistematicamente a mecanismos de desumanização para sustentar a exclusão e o posterior extermínio de grupos considerados indesejáveis. Os judeus eram frequentemente figurados como ratos, pragas ou parasitas, sendo associados a elementos nocivos ao corpo social. Essa construção simbólica os deslocava da condição de sujeitos políticos e sociais e os posicionava como ameaças a serem eliminadas, funcionando como instrumento central de legitimação da violência de Estado e conferindo respaldo moral e ideológico às ações do regime.

A circulação desses repertórios simbólicos pode ser observada também em produções culturais posteriores que se apropriam criticamente dessas imagens. A graphic novel *Maus: A Survivor's Tale*, de Art Spiegelman (Figura 4), recorre de modo irônico à animalização dos judeus para narrar o Holocausto a partir da perspectiva das vítimas, subvertendo um dos principais dispositivos visuais da propaganda nazista. Ao fazê-lo, a obra explicita os efeitos violentos da construção simbólica da monstruosidade e evidencia como tais imagens contribuíram para a legitimação da exclusão e do extermínio. Publicada originalmente na década de 1980, *Maus* recebeu o Prêmio Pulitzer em 1992, consolidando-se como referência na representação crítica do genocídio judeu.

Figura 4. Capa da HQ “Maus”.



Fonte: Spiegelman, A. *Maus: A Survivor's Tale*. Pantheon Books.

É importante frisar que esta pesquisa não visa atribuir um julgamento moral sobre monstros políticos e as características de monstruosidade em si, mas sim compreender os aspectos pelos quais determinadas figuras políticas são compreendidas como monstros pela sociedade e representadas por grupos que detêm as condições de visibilidade, como a grande imprensa. O foco recai sobre os elementos e valores sociais que possibilitam a criação desses "monstros", com uma atenção particular às figuras femininas, como no caso de Dilma Rousseff, a primeira mulher que ocupou o maior cargo do Executivo brasileiro. Nesse contexto, a questão não reside em avaliar se o monstro é “mau”, mas em entender como esses processos são moldados por normas sociais e de gênero, e de que maneira essas normas impactam a forma como tais figuras são enquadradas. Ao explorar esses processos de rotulação e construção de monstros no contexto político, evidencia-se como os mecanismos de desumanização e exclusão estão profundamente ligados a normas sociais estruturantes.

Contudo, a construção de monstros não ocorre de maneira uniforme. Figuras femininas, especialmente aquelas que desafiam as expectativas de gênero e poder podem ser alvo de enquadramentos monstruosos de maneira distinta dado estarem em posições que desafiam a norma. A partir deste ponto, a análise se voltará para a construção social dos monstros femininos, destacando o papel crucial das questões de gênero na maneira como essas figuras são rotuladas, representadas e tratadas. A próxima seção dedica atenção a como essas imagens monstruosas de mulheres, como Dilma Rousseff, são fabricadas e mantidas, com um olhar mais atento aos processos de rotulação que as envolvem.

1.2. Bruxas, putas e outros monstros femininos

A construção de figuras monstruosas ao longo da história tem atuado de forma particularmente intensa sobre os corpos das mulheres. A monstruosidade feminina aparece como resposta simbólica e política a comportamentos que desafiam normas de gênero. Nesse contexto, a bruxa emerge como um dos principais arquétipos do “monstro feminino”, condensando medos e projeções sobre a desordem sexual, a rebeldia política e o controle sobre a reprodução. Esta seção explora como determinados corpos femininos foram rotulados como monstros ao longo do tempo, especialmente em momentos de crise e reorganização social, econômica ou religiosa, em que os papéis femininos precisavam ser redefinidos à força. A bruxa, a puta e outras figuras desviantes foram representadas como ameaças à moralidade, à estabilidade econômica e à hierarquia social, servindo como instrumentos simbólicos de controle.

A figura da bruxa, tal como consolidada entre os séculos XV e XVII, não pode ser dissociada dos processos históricos de repressão aos modos de vida autônomos das mulheres e da tentativa de controlar sua sexualidade e capacidade reprodutiva. Como destaca Federici (2023), desde o século IV, com a oficialização do cristianismo como religião estatal em diversos países da Europa, o clero passou a associar o sagrado à negação do desejo sexual, compreendendo-o como uma ameaça que deveria ser eliminada: “o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo, identificando o sagrado com a prática de evitar as mulheres e o sexo” (Federici, 2023, p. 88). A repressão ao desejo feminino, porém, não era apenas espiritual, mas

articulava-se com interesses políticos e econômicos. O controle sobre o corpo das mulheres era também uma forma de disciplinar a reprodução e reconfigurar a força de trabalho em momentos críticos.

A criminalização das práticas contraceptivas e o controle sobre a reprodução tornaram-se centrais, especialmente após a Peste Negra, quando a drástica redução da população gerou uma crise de mão de obra. Como aponta Federici (2023, p. 93), “as coisas [...] mudaram drasticamente logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social”. Práticas que antes eram toleradas pela Igreja, como o uso de contraceptivos ou o aborto, passaram a ser associadas a feitiçaria e malefícios, abrindo caminho para a perseguição sistemática das mulheres que não se enquadravam no novo modelo de disciplinamento social.

Além da regulação da sexualidade, a figura da bruxa está vinculada à repressão de formas populares de organização social. O movimento herético, por exemplo, designava às mulheres posições de igualdade e protagonismo, o que representava uma ruptura inaceitável para a hierarquia eclesiástica (Federici, 2023, p. 91). A bruxa, portanto, também representa a ameaça de uma ordem popular autônoma, de base coletiva, frequentemente liderada por mulheres e em conflito com o poder instituído, seja eclesiástico, seja senhorial.

Os movimentos heréticos, com forte adesão de mulheres, assim como outras formas de organização comunal, eram compreendidos como ameaças ao pacto social vigente. A bruxa, nesse sentido, não representava apenas um desvio moral ou sexual, mas também um risco político: ela condensava a possibilidade de outra forma de vida, baseada em saberes tradicionais, redes de solidariedade e uma relação distinta com o trabalho e com o corpo. A heresia popular, como observa Federici (2018), persistia mesmo diante de violentas campanhas de repressão, e era descrita como um fenômeno difuso, atravessando as classes baixas e articulando críticas à hierarquia da Igreja. A bruxa, nesse imaginário, é politicamente subversiva.

Outros movimentos, como o dos *tuchins*, também revelam essa articulação entre desordem social e a construção de monstros políticos. Ativos na região central da França, esses grupos reuniam camponeses e artesãos que resistiam às

desigualdades sociais e buscavam nivelar as diferenças de classe. Federici (2018, p. 98) observa que essa aliança expressava “uma aspiração comum de nivelar as diferenças sociais”, e era representada pelas autoridades como banditismo e ameaça à ordem. Essa convergência entre o monstro feminino e o monstro popular permite compreender como a figura da bruxa pode ser lida, também, como símbolo de uma rebeldia coletiva.

A mulher chamada de bruxa, portanto, não era uma solitária vivendo na floresta, como se representa muitas vezes nos contos de fadas, mas podia ser a expressão de um corpo político em dissidência. Sua perseguição visava suprimir não só práticas individuais de resistência, como o controle sobre o próprio corpo, mas também os vínculos comunitários e formas alternativas de organização que colocavam em xeque o poder das classes dominantes. Trata-se de uma repressão estratégica, cujos efeitos não se encerram na figura diretamente atingida. Assim como na violência política de gênero, a ofensiva contra as chamadas bruxas construiu efeitos coletivos a fim de atingir as mulheres como grupo. A caça às bruxas funciona, assim, como um dispositivo de contenção social, ao mesmo tempo em que disciplina os corpos femininos e promove o extermínio epistemológico de saberes tradicionais transmitidos pelas mulheres, ao passo que demoniza corpos e subjetividades femininas (Federici, 2023; Martins; Clarindo; Campos, 2023).

Além de expressar uma ameaça político-religiosa, a figura da bruxa pode ser compreendida à luz das transformações econômicas e sociais da transição para o capitalismo. A perseguição a essas mulheres esteve articulada a uma reconfiguração profunda das relações de gênero e trabalho, consolidando uma divisão sexual do trabalho funcional à lógica capitalista. Silvia Federici (2023) argumenta que a caça às bruxas foi um elemento central no processo de consolidação do capitalismo, pois permitiu o disciplinamento dos corpos femininos e a subordinação do trabalho reprodutivo à ordem econômica emergente. Esse processo confinou as mulheres ao espaço privado, redefinindo os papéis de gênero de modo a garantir a reprodução da força de trabalho. As mulheres acusadas de bruxaria não representavam apenas uma ameaça religiosa ou moral, mas simbolizavam sujeitos e práticas incompatíveis com a nova ordem: “a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que

envenena a comida do senhor e incita os escravos à rebelião” (Federici, 2023, p. 24).

Nesse sentido, a caça às bruxas não foi apenas um fenômeno de repressão religiosa, mas um projeto político-econômico que visava moldar a reprodução social. Ela aprofundou a divisão entre homens e mulheres, instalou o medo do poder feminino e destruiu redes de saberes e práticas coletivas incompatíveis com a disciplina capitalista (Federici, 2023). A crise demográfica provocada pela Peste Negra também contribuiu para esse cenário: diante da escassez de mão de obra, práticas sexuais não reprodutivas, como o sexo por prazer, a homoafetividade, o aborto e a contracepção, passaram a ser perseguidas, e as mulheres foram reconfiguradas como reprodutoras da força de trabalho e garantidoras da propriedade privada. Assim, o controle sobre a sexualidade feminina tornou-se uma engrenagem central na ordem capitalista, e os novos enquadramentos monstruosos foram úteis para estigmatizar os desvios em relação a esse modelo.

Entre as figuras construídas como monstros femininos, destaca-se também a da “puta”, símbolo da mulher que rompe com as normas de conduta sexual, moral e econômica associadas à feminilidade hegemônica. Essa figura não se refere apenas à trabalhadora sexual em sentido estrito, mas à mulher que, de alguma forma, escapa à docilidade, à abnegação e à sexualidade reprodutiva e heteronormativa. Como aponta Dolores Juliano (2005), os estereótipos relacionados ao trabalho sexual são fundamentais para compreender os mecanismos simbólicos que delimitam os comportamentos esperados das mulheres e reforçam a vigilância sobre seus corpos e desejos.

Juliano (2005) frisa que as pressões socioculturais se organizam em um contínuo de controle e coerção: de um lado, promove-se a conformidade de mulheres “adequadas” aos papéis de boas filhas, esposas, mães e donas de casa; de outro, intensifica-se a estigmatização daquelas que desviam desses modelos, como lésbicas, mães solo, mulheres sexualmente autônomas ou rebeldes. No extremo desse espectro, situam-se as trabalhadoras sexuais, alvos de um desprezo sistemático que, segundo a autora, exerce uma função disciplinadora e pedagógica: “o desprezo dirigido às trabalhadoras sexuais não é aleatório, mas exerce um papel de aviso às demais mulheres” (Juliano, 2005, p. 81-82, tradução livre).

A figura da prostituta funciona, assim, como espantalho simbólico: uma marca de abjeção que ameaça toda mulher que ousa exercer sua sexualidade de forma autônoma ou que tenta atribuir valor econômico a atividades socialmente desvalorizadas, como o cuidado e o afeto. A associação entre autonomia sexual e degradação moral está no cerne desse mecanismo de controle, que age sobre todas as mulheres. Aquelas que vivem sem marido, falam abertamente sobre seus desejos, reivindicam direitos sexuais e reprodutivos ou recusam padrões de docilidade correm o risco de serem rotuladas como “putas”, independentemente de estarem ou não envolvidas com o trabalho sexual.

Essa lógica cumpre uma função essencial na manutenção da divisão sexual do trabalho e da moralidade capitalista. Ao exigir que o trabalho afetivo e sexual feminino seja oferecido gratuitamente no âmbito doméstico, o sistema transforma em ameaça a mulher que busca remuneração por essas atividades. Nesse sentido, o desprezo social pela prostituta não se resume à condenação moral de sua ocupação, mas aparece como um instrumento de coerção mais amplo. Como afirma Juliano (2005, p. 85), “a desvalorização desse setor se mantém por sua função pedagógica em relação às mulheres que não são prostitutas”, funcionando como um alerta simbólico contra qualquer transgressão da feminilidade normativa.

Aqui percebemos que, a figura da “puta”, como a da “bruxa”, encarna uma monstrosidade construída para conter a autonomia das mulheres sobre seus corpos e seus modos de vida. Ambas representam ameaças à ordem patriarcal e capitalista ao desestabilizarem os limites da feminilidade aceitável, seja recusando a maternidade compulsória, seja atribuindo valor econômico a práticas que o sistema espera obter gratuitamente. Da mesma forma que a caça às bruxas produz um efeito de disciplinamento, ao projetar o estigma da prostituta como ameaça difusa, o patriarcado reafirma seus mecanismos de controle, garantindo que mesmo as mulheres “fora do mercado sexual” permaneçam dentro dos trilhos da normatividade (Juliano, 2005).

Maria Antonieta é um exemplo significativo desse processo na construção da monstrosidade política feminina. Durante a Revolução Francesa, a rainha foi alvo de uma intensa campanha de difamação que a representava como figura moralmente depravada e politicamente perigosa. Foucault (2001) observa que tanto

ela quanto o rei Luís XVI foram monstrificados como forma de justificar moralmente sua eliminação. No caso de Maria Antonieta, entretanto, os ataques se concentraram especialmente em seu corpo e em sua sexualidade, associando-a à luxúria, ao descontrole e à ameaça à ordem patriarcal. As charges e panfletos da época frequentemente a retratavam como uma harpia — criatura mitológica metade mulher, metade ave de rapina (Figura 2) — simbolizando sua suposta perversão e sua violação dos papéis femininos normativos.

Figura 2. Caricatura de Maria Antonieta



Fonte: Disponível em <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl020582899>.
Acesso em 24 jun. de 2025

A figura da rainha, assim, deixa de ser apenas uma inimiga política e passa a encarnar o medo coletivo diante de uma mulher que ocupa e desestabiliza um lugar de poder. Foucault (2001, p. 121) descreve o caso de Maria Antonieta da seguinte forma:

É principalmente acerca de Maria Antonieta que essa temática do monstro humano vai se cristalizar. Maria Antonieta que acumula, nos panfletos da época, um certo número de traços próprios da monstruosidade. Claro, ela é em primeiro lugar, ela é essencialmente estrangeira, isto é, ela não faz parte do corpo social. Ela é, portanto, em relação ao corpo social do país em que reina, a fera, ela é em todo caso o ser no estado natural. Além do mais, ela é hiena, ela é o bicho papão, a "fêmea do tigre", que - diz Prudhomme - "uma vez que viu o sangue, não pode mais se sentir saciada". Portanto, todo o lado canibal, antropofágico do soberano ávido de sangue de seu povo. E depois é também a mulher escandalosa, a mulher depravada, que se entrega à libertinagem mais extrema [...].

Já a figura da rainha egípcia Cleópatra revela como a monstrosidade política pode ser construída a partir da intersecção entre gênero, sexualidade e raça. Representada historicamente como sedutora, manipuladora e perigosa, sua imagem foi moldada não apenas pela sua atuação política, mas por uma tradição discursiva que a sexualiza e racializa de forma estratégica, como analisa Ella Shohat (2004). Sua representação oscilou entre a mulher branca idealizada e a mulher negra hipersexualizada, revelando as tensões entre eurocentrismo e afrocentrismo. O que está em jogo, no fundo, não é apenas sua aparência, mas o incômodo que sua autoridade desperta em um imaginário moldado por normas patriarcais e coloniais. A sua imagem foi transformada em alegoria de excessos, fortemente marcada por representações hollywoodianas, como no filme *Cleópatra* (1963), estrelado por Elizabeth Taylor, que reforça uma imagem sensualizada da personagem histórica no imaginário coletivo (Figura 3). Como no caso de Maria Antonieta, Cleópatra é punida simbolicamente por transgredir os limites impostos às mulheres, sobretudo aquelas que ousam exercer o poder fora das convenções de gênero e raça.

Figura 3. *Frame* do Filme “Cleópatra” de 1963.



Fonte: 20th Century Fox.

Esse enquadramento é atual, como mostram as análises de Paula Tôgo Mazzei (2016) sobre as representações de Cleópatra em portais educacionais brasileiros. Em textos voltados ao ensino de história, a rainha é frequentemente descrita como “amante audaciosa”, “sedutora” e “estrategista”, mas raramente como uma líder política em sua plenitude. O destaque dado à sua beleza, aos romances com Júlio César e Marco Antônio e à sua suposta habilidade de manipular homens poderosos por meio da sedução reforça uma representação que associa o feminino

ao corpo e à sexualidade. Além disso, esses discursos não apenas reiteram estereótipos de gênero, mas também reproduzem padrões eurocêntricos sobre a identidade racial de Cleópatra. As imagens projetadas dela em mídias educativas e culturais contemporâneas revelam mais sobre os valores de quem as produz do que sobre a personagem histórica em si, expondo as tensões entre gênero e poder que ainda moldam a forma como as mulheres são representadas na política ao longo da história.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que essas construções não se dão de maneira uniforme. Gênero, raça e classe se entrecruzam na definição de quais mulheres são mais vulneráveis à monstruosidade. Enquanto o estigma da “puta” recai sobre qualquer mulher que rompa com os limites da sexualidade normativa, ele incide com mais força e crueldade sobre corpos racializados, historicamente associados à animalidade, à hipersexualização e à desumanização. É nesse ponto que a história de Saartjie Baartman, permite aprofundar a discussão, ao escancarar como a intersecção entre gênero e raça foi central na construção da mulher negra como monstro, submetido à lógica da curiosidade científica, do espetáculo e do fetichismo colonial.

Figura 5.



Fonte: La Vénus Hottentote du Jardin d'acclimatation. Paris, França, 1888.⁴

Saartjie Baartman, conhecida também como "Vênus Negra" ou "Vênus Hotentote"⁵ (Figura 5), tornou-se um exemplo emblemático do racismo científico, conforme analisado por Janaína Damasceno (2008). Foi a partir de Georges Cuvier (1817), naturalista preceptor de Baartman, que o conceito de raça começou a ser difundido. A trajetória da sulafricana exemplifica como o corpo feminino negro foi utilizado para consolidar discursos racistas e sexistas na ciência e na cultura ocidental. Principalmente, ainda hoje, suscita reflexões sobre quem detém o poder de definir quais corpos são considerados o padrão de humanidade e quais recebem outro tipo de enquadramento - animalesco, na maioria das vezes.

⁴ Disponível em <https://expohumanzoo.africamuseum.be/en/exhibition/origins>. Acesso 24 jun. 2025.

⁵ Hottentot: primeiros registros na década de 1670, originário do holandês sul-africano, o termo é mencionado em fontes antigas do holandês como uma palavra que significa "gaguejante," derivada de hot en tot, que se traduz como "quente e tosco," palavras sem sentido que imitam o gaguejar. O termo foi usado pelos colonizadores europeus para se referir pejorativamente às línguas do povo khoisan, ao qual Saartjie Baartman pertencia. (Disponível em www.ethymonline.com/hottentot. Acesso em 24 jun. 2025)

Baartman, uma mulher do povo khoisan, foi levada para a Europa, no início do século XIX, e exibida em *freak shows* como um objeto de curiosidade, devido às suas características físicas, que foram hipersexualizadas e tratadas como aberrações (Damasceno, 2008). Mesmo após sua morte, seu corpo continuou sendo instrumentalizado pela ciência, com sua genitália e esqueleto expostos no Museu do Homem de Paris, até o final do século XX. A devolução de seus restos mortais à África do Sul, apenas em 2002, a pedido do presidente sulafricano Nelson Mandela, é analisada criticamente por Damasceno (2008) como um gesto simbólico tardio, que ainda reforça a lógica racista da ciência eugenista.

De acordo com a análise de Damasceno (2008), o caráter da exibição de Saartjie Baartman apresenta uma mudança significativa na forma como seu corpo foi enquadrado nos contextos britânico e francês. Enquanto na Inglaterra, sua presença pública estava diretamente associada ao entretenimento; na França, seu corpo passou a ser objeto de interesse científico. Naturalistas como Saint-Hilaire, Blainville e Cuvier a apresentavam seminua em sessões acadêmicas, nas quais realizavam medições corporais detalhadas, produziam desenhos, tratados anatômicos e modelos em cera, submetendo-a a uma intensa objetificação sob o pretexto da investigação científica (Damasceno, 2008). Essa transição revela como a construção do corpo monstruoso pode ser legitimada em diferentes discursos, do entretenimento à ciência, mantendo ainda a lógica de exploração e desumanização.

Além disso, a exibição pública de Saartjie Baartman foi central para a construção de uma alteridade radical em relação ao corpo masculino branco europeu. Mais do que um instrumento de entretenimento ou de curiosidade científica, sua exposição respondia a uma lógica eugenista, voltada à fixação de hierarquias raciais. A exotização de suas características físicas contribuiu para a consolidação de uma iconografia hipersexualizada da mulher negra, que a reduzia à dimensão corporal, biológica e sexual. A insistência na exibição, medição e escrutínio de seu corpo se manifestava, assim, como uma prática sistemática de objetificação e fetichismo, que ajudava a naturalizar a supremacia branca e a norma masculina ocidental.

A Vênus Hotentote era, portanto, muito mais do que um ícone vivo da diferença sexual; ela era a própria personificação da Alteridade – uma encarnação dançante, balançante e musical de um extremo dentro de um paradigma taxonômico rigidamente hierárquico. Ela deu corpo à teoria racista (LINDFORS, 1996, tradução livre, apud DAMASCENO, 2008, p. 2)

Esse caso suscita discussão sobre as intersecções entre gênero, raça e classe social na construção da monstrosidade. Em uma sociedade patriarcal e colonial, as mulheres negras são desumanizadas e relegadas a papéis de subjugação, enquanto as preocupações voltadas à dedicação à família e à maternidade são privilégio das mulheres brancas (Gonzalez, 1984). Freitas (2018) destaca que a imagem da donzela nada tem a ver com a realidade vivida pelas mulheres negras que, desde quando escravizadas, foram constantemente sujeitadas à violência sexual e a abusos no ambiente laboral, com impactos profundos até os dias atuais.

Neste trabalho, adotamos a interseccionalidade como lente de observação dos fenômenos políticos, percebendo que “nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, s.d, p. 10). Entendemos que o debate sobre gênero, raça e classe é fundamental para a discussão sobre democracia, fundamentalmente num país com forte herança escravista e patrimonialista como o Brasil. Acompanhando Biroli e Miguel (2015, p. 29), compreendemos que “qualquer análise que tenha a ambição de estabelecer relações entre os limites das democracias contemporâneas e as desigualdades sociais precisa incorporar como problema as hierarquias que se constituem na convergência entre os eixos”. Assim, é na intersecção de gênero, raça e classe que se forjam os enquadramentos midiáticos que legitimam a exclusão de determinadas figuras políticas, por meio da construção de sua monstrosidade.

Conforme percebido pela crítica historiográfica, a representação da mulher como monstro é um fenômeno anterior ao liberalismo, enraizado em arquétipos da Antiguidade que moldam o imaginário ocidental. Personagens como Medeia, que rompe com o pilar fundamental da feminilidade normativa ao assassinar os próprios filhos, e a Medusa, exemplificam como o feminino é historicamente enquadrado através da lente da deformidade moral ou física. No caso da Medusa, o mito revela o que Mauro Porto (2025) descreve como um *double-bind*: punida pela deusa Atena

após ter sido vítima de violência sexual por Poseidon, a personagem é convertida em monstro como forma de castigo moral, evidenciando uma punição simbólica que recai sobre a mulher independentemente de sua agência. Esses substratos culturais milenares fornecem à mídia contemporânea um repertório de “imagens de controle” (Hill-Collins, 2019) e representações coletivas que transformam a autoridade feminina em uma ameaça a ser domesticada, permitindo que o enquadramento de figuras políticas atuais, como Dilma Rousseff, reatualize mecanismos de exclusão que precedem os arranjos políticos modernos.

A figura da mulher monstruosa, construída historicamente para justificar sua marginalização, tem funcionado como estratégia de contenção quando mulheres ousam transgredir os espaços que lhes foram socialmente negados. Seja nas fogueiras da inquisição, nos palcos dos *freak shows* ou nas páginas da imprensa contemporânea, esses corpos foram e continuam sendo marcados por uma alteridade que os afasta da noção de sujeito político legítimo. Ao revisitarmos essas imagens e compreendermos os enquadramentos que as sustentam, abrimos caminho para refletir sobre como elas se atualizam no cenário político atual. Afinal, o medo das bruxas, das putas e de outras mulheres indomesticáveis persiste, especialmente quando elas reivindicam o poder de decidir, de governar e de ocupar a esfera pública.

1.3. Quem tem medo de mulheres na política?

E quando as mulheres ocupam a política? Em “A classe operária tem dois sexos”, Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 247) já alertava que “frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”. Esta afirmação aponta para uma invisibilização do protagonismo feminino na esfera política. Mas o que acontece quando mulheres rompem com as expectativas de gênero que as destinam exclusivamente ao ambiente privado e adentram o espaço público? Quais lugares são permitidos a elas e sob quais condições? Uma possível resposta a essas perguntas pode ser obtida através da observação dos mecanismos simbólicos utilizados para delimitar os papéis aceitáveis para as mulheres na política.

A separação entre público e privado é um dos pilares centrais na manutenção da dominação masculina, conforme observa Carole Pateman (1994). A autora

argumenta que essa divisão não é natural, mas construída historicamente por meio do que ela denomina “contrato sexual”, fundamento oculto do contrato social moderno. Nesse arranjo, a sociedade é organizada com base na subordinação das mulheres, que são relegadas à esfera privada – do cuidado, da afetividade e da reprodução –, enquanto o espaço público, associado à razão, à produção e à política, é reservado aos homens. O cidadão moderno é concebido como um sujeito masculino, branco, proprietário e heterossexual; as mulheres, por sua vez, são definidas por suas funções relacionais – esposas, mães, cuidadoras – e não como sujeitos autônomos.

Essa estrutura patriarcal tem efeitos diretos sobre a cidadania e a participação política das mulheres. Ao serem historicamente excluídas da concepção de cidadania, sua presença no espaço público é marcada por barreiras simbólicas e materiais, o que limita seu acesso à representação e à tomada de decisões. A divisão sexual do trabalho, conforme Pateman (2009) também discute, é um elemento fundador dessa exclusão, pois as mulheres têm suas vidas públicas dificultadas pela jornada de trabalho invisibilizada nas funções de cuidado. Enquanto muitos homens dispõem de tempo livre para se envolver em reuniões sindicais, em movimentos sociais ou na militância partidária, espera-se que as mulheres dediquem esse mesmo tempo às tarefas de alimentação, limpeza, cuidados com a saúde e suporte emocional da família. Biroli (2017a, p. 67) afirma que

Sem a justiça na vida doméstica (e no mundo do trabalho), fica mais difícil o acesso das mulheres aos recursos necessários para a atuação e construção das carreiras políticas, entre eles, o tempo livre, o apoio no cuidado dos filhos quando estão ausentes, as redes de contato e os recursos materiais necessários.

Freitas (2018) também destaca que a divisão sexual do trabalho não apenas reflete uma separação entre os papéis de gênero, mas também molda as condições de participação política. Segundo ela, a atribuição de funções de cuidado e de trabalho doméstico às mulheres restringe sua participação no espaço público, criando barreiras para que se envolvam ativamente na política.

A divisão sexual do trabalho vincula-se diretamente à participação diferenciada de mulheres e homens na vida pública. Isso conduz a duas variáveis muito significativas, entre outros fatores: a atribuição de salários mais baixos para elas - mesmo que tenham, em média, maior nível de escolaridade do que eles - e a reduzida participação política das mulheres. (Freitas, 2018, p. 31)

Sob uma perspectiva interseccional, essas barreiras à participação política tornam-se ainda mais complexas. Para as mulheres negras, a possibilidade de atuação no espaço público é ainda mais restrita, pois, ao contrário da maioria das mulheres brancas, raramente tiveram o lar como espaço de cuidado desvinculado do trabalho. O espaço doméstico frequentemente foi também lugar de exploração e serviço (González, 1984). Enquanto algumas mulheres brancas puderam delegar as tarefas domésticas a mulheres negras, criando condições para que se inserissem no espaço público, estas últimas continuam a ser encarregadas do trabalho reprodutivo, invisível e desvalorizado. Angela Davis (2012, p. 244) observa que mulheres negras raramente puderam ser “apenas donas de casa”, dado que a herança da escravidão as situou fora da lógica burguesa do lar e da domesticidade. Foram historicamente desumanizadas, animalizadas e exploradas como força de trabalho, em contraste com o ideal de feminilidade atribuído às mulheres brancas, associadas à pureza e à fragilidade. Como aponta Hurtado (*apud* Davis, 1989), as mulheres racializadas foram tratadas como corpos a serem controlados e sexualizados, e não como sujeitos morais ou políticos. Assim, a distinção entre público e privado faz mais sentido a partir das experiências de classe média e alta.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...]) só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. (González, 1984, p. 230)

A desigualdade entre homens e mulheres (intergênero), e entre mulheres brancas e mulheres negras (intragênero), portanto, também molda as possibilidades concretas de exercício da cidadania plena (Biroli, 2014). Assim, a ausência ou marginalização das mulheres na política não é uma falha pontual das democracias liberais, mas parte de um projeto político estrutural que impede sua plena participação e delimita quem pode participar, de fato, desse projeto. A baixa vocalização das experiências e interesses das mulheres dificulta a construção de políticas públicas eficazes para a igualdade de gênero, comprometendo, assim, a própria democracia. Isso evidencia que a verdadeira emancipação das mulheres na política depende não apenas de sua presença em espaços institucionais, mas também da transformação das condições sociais e culturais que limitam seu potencial de participação plena.

A matéria da revista *Veja*, publicada em 18 de abril de 2016, intitulada “Bela, recatada e do lar” (Figura 6) nos dá pistas sobre o papel da mídia na produção de enquadramentos sobre as mulheres que se aproximam da política. O texto referia-se à então primeira-dama Marcela Temer, esposa de Michel Temer, retratada como modelo ideal de mulher: branca, magra, jovem, enquadrada em padrões estéticos eurocêntricos e destinada ao papel de esposa e mãe. O “do lar” fica por conta de não exercer uma carreira profissional, afinal o Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência da República, conta com uma equipe própria de funcionários responsáveis pela limpeza e manutenção, e certamente não era Marcela Temer quem lavava os banheiros. Como discute Freitas (2018), enquanto o ideal de feminilidade branca gira em torno da esfera doméstica, às mulheres negras a associação naturalizada refere-se ao trabalho pesado, como na limpeza.

Figura 6. Matéria da Revista Veja com Marcela Temer, 18 de abril de 2016.



Fonte: Site Oficial da Revista Veja. Acesso em 22/02/2025.

A expectativa simbólica sobre as primeiras-damas oferece um exemplo revelador dos estereótipos de gênero que são socialmente aceitos para mulheres próximas ao poder político. Mesmo sem exercerem mandatos eletivos, essas figuras são constantemente observadas pela mídia, que tende a enquadrá-las a partir de estereótipos que reforçam papéis tradicionalmente femininos. Como mostram Sarmiento e Chagas (2020), a cobertura jornalística dessas mulheres reproduz padrões simbólicos que estabelecem normas sociais sobre o que é considerado aceitável para a presença feminina na esfera pública. Ao associar as mulheres ao cuidado, ao doméstico e à afetividade, os meios de comunicação limitam sua atuação política a funções secundárias e de suporte. Ross (2002 *apud* Sarmiento, 2017) ressalta que o jornalismo desempenha um papel central na reafirmação dessas normas, ao apresentar como desviantes ou inadequadas as mulheres que ocupam posições de poder ou se envolvem em processos decisórios. Quando primeiras-damas se aproximam da formulação de políticas públicas, como é o caso de Janja⁶, atual esposa de Lula, a resposta midiática tende a ser crítica, sinalizando que ultrapassaram o espaço socialmente tolerado para sua atuação. Assim, a mídia

⁶ Janja é frequentemente questionada por “influenciar demais” nas decisões do presidente Lula. Ver <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2024/12/03/qual-a-real-influencia-de-janja-nos-ministerios-de-lula-podcast-janja-2.htm> e <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/lula-ironiza-criticas-a-influencia-de-janja-ela-cuida-de-mim/>. Acesso em 10 jun. 2025.

não apenas reflete valores sociais, mas contribui para a construção de fronteiras simbólicas que delimitam os lugares legítimos das mulheres na política.

Há uma extensa literatura feminista que, a partir de uma perspectiva maternalista, discute a ideia de que as mulheres atuam como “boas mães” para o Estado, transpondo os cuidados da esfera privada para o espaço público (Badinter, 2005; Elshtain, 2013; Gilligan, 2013). Essa perspectiva, embora reconheça o papel de cuidado das mulheres, muitas vezes desconsidera as variações culturais e históricas sobre a instituição familiar e as próprias vivências das mulheres. Contrariamente, Biroli (2014) critica o modelo maternalista destacando como ele não contribui para a politização das relações familiares. Segundo a autora, ao adotar as idealizações da família tradicional, o maternalismo enfraquece a crítica à intervenção do Estado na esfera privada, ao mesmo tempo em que reforça formas de poder masculinizado no espaço público. Também argumenta que a emancipação feminina requer uma reconfiguração do entendimento de família e trabalho, desafiando o controle patriarcal sobre o cuidado e a reprodução.

Nesse sentido, a discussão sobre a participação das mulheres na política também envolve o debate sobre os perfis de mulheres aceitos ou rejeitados nesse espaço. A forma como determinadas lideranças femininas são enquadradas ao longo da história revela os limites simbólicos impostos à atuação política das mulheres. A construção de figuras femininas como monstros políticos tem sido um recurso recorrente para deslegitimar sua presença no poder. Casos emblemáticos como o de Cleópatra e Maria Antonieta, anteriormente descritos, apontam como mulheres que desafiam expectativas de gênero na esfera política são frequentemente retratadas como transgressoras da ordem natural, seja por meio da sexualização, da associação com a decadência moral ou da demonização de estilos de liderança considerados masculinos. Esses enquadramentos, ainda que distintos em seus contextos históricos, compartilham a lógica de controle simbólico sobre a atuação feminina na esfera pública.

Embora, em várias culturas, mulheres tenham ocupado posições políticas, é evidente que, no Brasil, a presença feminina, na esfera institucional, ainda é limitada, mesmo que em crescimento, nos últimos anos. Medidas institucionais, como as cotas para mulheres nas candidaturas e acesso a recursos partidários, tentam minimizar esse processo. Mas ainda são insuficientes para garantir um

espelhamento mais proporcional da população feminina e os quadros de representação nos legislativos - desde o âmbito nacional até o âmbito subnacional.

Ainda que vários países apliquem leis de quotas de gênero, a equidade por enquanto está longe de ser alcançada. O universo da política é, ainda, eminentemente masculino. As fotos de encontros de lideranças políticas mundiais, por exemplo, atestam com fidedignidade tal quadro. E isso não se aplica somente em termos quantitativos, mas, sobretudo, qualitativos. É possível afirmar que as regras do jogo político são fundamentalmente masculinas. (Panke; Jasulaitis, 2016, p. 388)

Assim, a sub-representação feminina na política não se limita à escassez de mulheres nos espaços de poder, mas expressa a persistência de uma cultura política excludente, marcada por um pacto simbólico que associa o poder à masculinidade. Como demonstrado, a divisão sexual do trabalho e o contrato sexual descrito por Pateman (2009) estruturam uma ordem que confina as mulheres ao espaço privado, ao cuidado e à dependência, enquanto o espaço público é reservado ao sujeito masculino, racional e autônomo. Mesmo quando as mulheres adentram esse espaço, são vigiadas, julgadas e frequentemente enquadradas como figuras desviantes, perigosas ou monstruosas. A atuação política feminina, portanto, não é apenas dificultada, ela é historicamente marcada por tentativas de contenção simbólica, moral e institucional. A cultura política masculinizada não só impõe obstáculos materiais, mas também mobiliza estratégias de deslegitimação que se manifestam de forma violenta. É nesse contexto que se insere a violência política de gênero, como um mecanismo de correção destinado a punir e reverter a transgressão representada por sua presença no poder.

1.4. Violência política de gênero⁷ como correção

Toda vez que uma mulher é desrespeitada como mulher por quem quer calar sua voz e afetar a liderança política que ela exerce, a democracia é destruída.

⁷ As pesquisas sobre as quais este trabalho está baseado têm utilizado o termo “violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional” (Matos; Costa; Gonçalves, 2024). Os movimentos sociais, no entanto, têm utilizado o termo “violência política de gênero”.

As limitações da democracia tem sido tema amplamente debatido pela ciência política, e especialmente problematizadas por pesquisadoras feministas e antirracistas sob a perspectiva de gênero e raça. Esses estudos chamam atenção para o desincentivo, a exclusão e a violência enfrentados por mulheres que ousam romper com a esfera privada e ocupar espaços públicos e políticos. Krook e Sanín (2016) apontam que esse tipo de violência atua como um mecanismo de intimidação coletiva, transmitindo a mensagem de que as mulheres, enquanto grupo, não devem participar da política. No mesmo sentido, a Cartilha sobre Violência Política contra as Mulheres, elaborada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG (Matos; Costa; Freitas, 2024), reforça esse diagnóstico ao caracterizar essa violência como uma forma de opressão que impede a plena inclusão das mulheres na vida pública e, por consequência, enfraquece a própria democracia.

Antes de aprofundar na discussão sobre os desdobramentos da violência política de gênero na democracia, é importante situar o debate acerca do conceito. A discussão sobre violência política de gênero tem sido apropriada por diferentes campos, sejam eles jurídico, acadêmico ou ativista, como ferramenta analítica diante do crescimento da presença de mulheres nos espaços institucionais e da simultânea intensificação de discursos e práticas que buscam excluí-las desses mesmos espaços. Essa violência se manifesta de modo simbólico, discursivo, moral e físico, mas quase sempre recai sobre a imagem pública da figura política, atingindo principalmente mulheres que se posicionam contra as normas dominantes de gênero, raça e classe. Ainda que tais ataques sejam muitas vezes naturalizados ou enquadrados como “críticas políticas”, trata-se de práticas marcadas por desigualdades estruturais, a partir das quais os discursos mobilizam estereótipos de gênero, desqualificações morais e tentativas de deslegitimação da autoridade política das mulheres.

Neste trabalho, analisamos os enquadramentos midiáticos que incidem sobre figuras políticas femininas a partir da categoria de violência política de gênero

⁸ “Manifesto pela ética e pela democracia – Basta de violência política contra as mulheres”, apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT). Disponível em <https://pt.org.br/manifesto-pela-etica-e-pela-democracia-basta-de-violencia-politica-contra-as-mulheres/>. Acesso em 24 jun. 2025.

(VPG), entendida como um conjunto de práticas discursivas e simbólicas que buscam excluir, silenciar, deslegitimar ou ridicularizar mulheres e dissidências de gênero em espaços de poder. Reconhecemos que “violência política contra as mulheres” (VPCM) é uma categoria já tipificada na legislação brasileira, conforme a Lei nº 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política e assegurar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão (Brasil, 2021). No entanto, optamos por utilizar ao longo deste trabalho o conceito de violência política de gênero, por considerá-lo mais amplo, crítico e analiticamente potente.

A escolha se baseia na compreensão de que a noção de VPG permite abarcar diferentes formas de violência direcionadas a sujeitos que desafiam a norma de gênero, incluindo não só mulheres cis, mas pessoas trans, travestis e outras dissidências, e considerando os cruzamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores sociais não binários. É importante destacar que a formulação da categoria legal VPCM ocorreu no contexto do governo Jair Bolsonaro, sob liderança de Damares Alves, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um período marcado por forte ofensiva antigênero e pelo avanço de pautas conservadoras nos espaços institucionais. Nesse sentido, não surpreende que o texto legal tenha adotado uma formulação restrita, centrada apenas no sexo biológico e descolada das discussões interseccionais promovidas há décadas pelos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+.

Ao adotar o conceito de VPG, portanto, buscamos não apenas maior rigor analítico, mas também diálogo com uma perspectiva política comprometida com a ampliação dos direitos e com a denúncia das múltiplas formas de violência que atravessam a participação política de corpos dissidentes.

Como se observa, a lei que dispõe sobre a VPCM tem por motivação o sexo, não o gênero da pessoa que sofre a ofensa. No Brasil, desde 2015, observamos a expansão de mobilizações políticas antigênero (Biroli, 2016; 2018), em que os legisladores descartam o termo “gênero” e o substituem por “sexo” (Simioni, 2024, p. 309).

No que se refere à ampliação do conceito de violência política de gênero para incluir outras dissidências de gênero, Simioni (2024) aponta que, durante a ditadura militar no Brasil, embora a perseguição a pessoas LGBTQIA+ não tenha sido motivada primariamente por sua orientação sexual ou identidade de gênero, mas por sua associação presumida à esquerda, os ataques sofridos continham marcadamente uma dimensão de gênero. Práticas como estupro e outros tipos de violência sexual, com o objetivo de reafirmar a masculinidade hegemônica e a submissão pela feminização das vítimas, evidenciam esse caráter. Os efeitos dessas violências extrapolaram o momento histórico, contribuindo para a desumanização e a desacreditação desses grupos no espaço político, com impactos que reverberam até os dias atuais.

Infelizmente, a violência política de gênero não é um fenômeno recente. No entanto, os avanços conquistados por meio das lutas sociais por cotas de gênero, a ampliação das bancadas feministas nas casas legislativas e a eleição da primeira mulher à frente do Executivo federal intensificaram os ataques no campo político. Assim como a violência contra a mulher em geral, a violência política de gênero assume diversas formas.

Esse tipo de violência se manifesta de diversas maneiras: piadas, gestos, assédio, agressões de caráter verbal; além de ações mais graves, como intimidação, ameaças e agressões de caráter sexual ou físico contra mulheres. Há, ainda, outras formas de violência, como críticas à aparência das mulheres e a seu modo de se expressar, ao invés de destacar suas ações, capacidades e qualificações, por exemplo. Em casos extremos, mulheres com atuação política sofrem ameaças à própria vida ou chegam mesmo a ser assassinadas. (Matos; Costa; Gonçalves, 2024, p. 5)

A legislação boliviana foi pioneira ao tipificar a violência política de gênero, reconhecendo três formas principais: física, sexual e psicológica. Krook e Sanín (2016) apontam, contudo, que a categoria de violência psicológica abrange uma ampla variedade de comportamentos, muitos dos quais poderiam ser classificados como tipos distintos de agressão. Nesse sentido, torna-se relevante ampliar essa concepção, incorporando categorias como a violência simbólica e a econômica, e refletindo sobre como essas diferentes manifestações podem se entrelaçar e afetar as mulheres de maneiras específicas. No contexto desta pesquisa, a violência simbólica é compreendida como a imposição de normas, valores e estereótipos que deslegitimam a presença feminina na política, reforçando barreiras subjetivas que perpetuam a ideia de que a esfera pública é um espaço naturalizado como

masculino.

Se tratada como mecanismo de controle coletivo, a violência política de gênero também pode reverberar sobre aquelas que exercem funções de liderança em partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, ou que atuam como ativistas, defensoras de direitos humanos, jornalistas, entre outras. No entanto, a legislação brasileira ainda se mostra limitada ao reconhecer como crime apenas os atos direcionados a candidatas ou mandatárias. Assim, muitas lideranças femininas seguem expostas à violência política de gênero sem respaldo legal, o que sugere uma lacuna na legislação em vigor. Questão esta importante de ser enfrentada, considerando que diversas pesquisas apontam para uma maioria de mulheres como ativistas e lideranças de movimentos sociais, não necessariamente associados a pauta feminista. Como afirma (Gohn, 2007, p. 44)

As mulheres estão nas redes associativas e de mobilização estruturadas em organizações não-governamentais (ONGs), nas associações de bairro e nas associações comunitárias, em entidades assistenciais, nas organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, em organizações populares que atuam junto a mediadores (como entidades articuladoras e fóruns), nos movimentos sociais propriamente ditos e nos diversos conselhos de gestão pública compartilhada existentes. As mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais.

De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres (2024), esse tipo de violência incide com maior intensidade sobre mulheres que enfrentam múltiplas intersecções de opressão, como identidade de gênero, raça, etnia, religião e classe social. Trata-se, assim, de um fenômeno que ultrapassa o espaço eleitoral, comprometendo a participação política das mulheres em diferentes esferas da vida pública. Ao deslegitimar suas presenças e restringir sua atuação, a violência política de gênero reforça dinâmicas de exclusão e representa um obstáculo concreto à efetivação de uma democracia plena.

A violência política de gênero não se limita a ataques diretos, mas aparece de forma simbólica por meio de representações estereotipadas que buscam deslegitimar sua presença no espaço público. Esses enquadramentos mobilizam estereótipos de gênero baseados na divisão sexual do trabalho, que historicamente

relegou as mulheres ao domínio privado, associando-as ao cuidado e à passividade diante de questões públicas. Quando uma mulher adentra o campo político, desafia não apenas essa separação tradicional entre a esfera pública e privada, mas também o conjunto de signos que sustentam a masculinidade como norma da autoridade. A resposta a essa transgressão é frequentemente marcada por estratégias de contenção simbólica, como a ridicularização, a sexualização e a desumanização, que reforçam a ideia de que a presença feminina no poder é uma anomalia a ser corrigida. Ao transformar essas mulheres em "monstros políticos", a cultura política reafirma seus próprios limites normativos.

A legitimidade da violência política de gênero se constrói, portanto, em função da transgressão: punem-se aquelas que desviam da conduta esperada. Silvia Federici (2023) evidencia esse mecanismo ao analisar a figura da bruxa como um emblema da mulher insubmissa, cuja perseguição e tortura foram justificadas em nome da ordem social, moral e religiosa. No contexto contemporâneo, Freitas (2018, p. 59) mostra como a violência doméstica ainda é, muitas vezes, interpretada como uma forma de “correção” — um castigo moral às mulheres que não correspondem ao ideal de esposa, mãe e cuidadora. Esse mesmo princípio atua no plano político: a agressão é naturalizada e, em muitos casos, defendida como legítima diante de comportamentos considerados inadequados. Trata-se de um sistema disciplinar que autoriza a punição simbólica da mulher que rompe com papéis tradicionalmente atribuídos.

É a partir dessa perspectiva que esta pesquisa busca analisar como atributos associados à monstrosidade são mobilizados pela grande mídia para enquadrar mulheres na política, como no caso de Dilma Rousseff. Parte-se da hipótese de que o gênero desempenha um papel central nesses enquadramentos, orientando os recursos narrativos utilizados para deslegitimar ou, em alguns casos, reforçar a autoridade dessas figuras. A monstrosidade, nesse contexto, atua como categoria simbólica que expressa o imaginário social diante de mulheres que rompem com os limites normativos do feminino, garantindo legitimidade à violência política dirigida a elas.

Casos recentes no Brasil ilustram de forma contundente como a violência política de gênero atua para deslegitimar, silenciar e eliminar sujeitos políticos

dissidentes da norma hegemônica. Um dos exemplos mais emblemáticos é o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, que, entre 2010 e 2016, foi alvo recorrente de ataques misóginos e sexistas durante sua campanha e ao longo de seu mandato. (D'Ávila, 2021) Insultos como “louca”, “burra”, “prostituta” e “nojenta” foram amplamente veiculados, junto a discursos que questionavam sua autoridade e a capacidade de uma mulher ocupar um cargo de poder, evidenciando o caráter disciplinador dessa violência. (Silva, 2019) A tentativa de interditar sua presença no espaço público foi acompanhada de um esforço simbólico para reafirmar o lugar “natural” da mulher na esfera doméstica.

Outro caso marcante foi o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, que representava múltiplas identidades dissidentes — mulher, negra, bissexual, periférica — e defendia ativamente os direitos humanos e das populações marginalizadas. Sua execução não apenas eliminou uma liderança política feminina, mas também comunicou à sociedade os limites impostos à atuação de corpos e vozes periféricas na vida pública. Paradoxalmente, sua morte gerou uma onda de mobilização, inspirando um crescimento no número de candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras, nas eleições municipais de 2020. (TSE, 2020)

A presença de mulheres é historicamente reduzida nas esferas democráticas de poder, e essa exclusão se reflete também nas páginas da grande imprensa. A partir da observação empírica do material analisado, nota-se que o espaço destinado a figuras femininas nas principais, frequentemente se restringe a colunas voltadas a temas como moda, comportamento e entretenimento, como a seção “Gente”. Já nas editoriais de política, a predominância masculina é marcante: homens ocupam a maioria das páginas e das narrativas de poder. Como destacam Biroli e Miguel (2011), a mídia não apenas reproduz a desigualdade de gênero, mas também a reforça ao submeter mulheres a enquadramentos específicos que tendem a reduzir sua visibilidade a estereótipos tradicionais de feminilidade.

Em suma, a trajetória que percorre desde a estigmatização histórica das bruxas e putas até o cerceamento de mandatárias contemporâneas revela que a violência política de gênero opera como um dispositivo de correção contínua. Casos como o assassinato de Marielle Franco e as ameaças sistemáticas que obrigaram a deputada federal Duda Salabert a votar sob a proteção de um colete à prova de

balas em 2022, imagem que se tornou um emblema da precariedade de corpos dissidentes no poder, não são episódios isolados, mas marcas de um sistema que pune a transgressão do espaço público.

Ao lado de Salabert, a atuação de Erika Hilton, primeira deputada federal negra e trans do país na mesma legislatura, evidencia que a desumanização desses sujeitos, seja pela patologização ou pela ameaça física, visa, em última instância, restabelecer as fronteiras do contrato sexual descrito por Pateman. Como demonstram os dados da campanha #VoteLGBT (2022), essa violência atua como um mecanismo de intimidação coletiva, sinalizando que a autoridade política permanece vinculada à norma masculina e branca.

Se este primeiro capítulo buscou desvelar as raízes teóricas e históricas da monstruosidade e da violência política, o próximo capítulo irá se dedicar a analisar como o jornalismo político brasileiro funciona como o palco contemporâneo dessas representações. Ao atuar sob a lógica de um moderno *freak show*, a grande mídia transforma o desvio de gênero em espetáculo, preparando o terreno simbólico para a deslegitimação de figuras como Dilma Rousseff, cujos enquadramentos serão detalhados a seguir.

CAPÍTULO 2. JORNALISMO POLÍTICO: CAPAS DE REVISTA E FREAK SHOWS

A transição das ameaças físicas e da violência política direta contra corpos dissidentes para o campo da representação midiática revela que o jornalismo político brasileiro frequentemente opera sob a lógica de um moderno *freak show*. Ao transformar personagens públicos em atrações sensacionalistas com forte apelo emocional, a grande mídia não apenas relata os fatos, mas converte o desvio de gênero em um espetáculo de exibição de comportamentos considerados anormais, monstruosos ou esdrúxulos. Essa dinâmica é particularmente visível no espaço de vitrine das revistas semanais, cujas capas funcionam como cartazes de grande capilaridade que moldam percepções e consolidam enquadramentos de deslegitimação.

Neste capítulo, discutiremos como essa espetacularização do desvio atua como um mecanismo de correção simbólica, preparando o terreno para a marginalização de mulheres que desafiam as fronteiras normativas do poder. Analisaremos os mecanismos pelos quais a imprensa brasileira reproduz hierarquias de gênero, tratando a autoridade política feminina frequentemente como um corpo estranho e utilizando a estigmatização para restabelecer a ordem tradicional. Assim, a construção da mulher-monstro na política, exemplificada na trajetória de Dilma Rousseff, emerge como o resultado discursivo de uma disputa por representação, na qual o jornalismo desempenha um papel ativo no controle simbólico dos corpos que adentram o campo do poder.

2.1. Jornalismo político brasileiro

A reflexão crítica sobre o papel da mídia na democracia exige desconstruir a noção de imparcialidade jornalística. Como apontam Miguel e Biroli (2022), os ideais de objetividade, imparcialidade e neutralidade formam um tripé normativo que sustenta a prática jornalística tradicional, mas que frequentemente se descola da realidade concreta das rotinas de produção e evidencia outros interesses em jogo. De acordo com essa análise, a mídia não se posiciona fora dos conflitos sociais, mas atua como mediadora, muitas vezes interessada nesses embates.

Existe uma tentativa da mídia em se colocar como “cão de guarda” da democracia, representando os interesses comuns da sociedade. No entanto, esse suposto interesse coletivo, frequentemente, reflete a perspectiva dos grupos que

detêm maior poder simbólico e econômico, e não uma expressão genuinamente plural da sociedade. O bem comum defendido pelo jornalismo revela-se, muitas vezes, uma abstração que oculta desigualdades estruturais de classe, gênero e raça. Esse viés pode ser observado em diversas capas de revistas, não apenas pelo conteúdo das imagens e manchetes, mas também pela linguagem utilizada, como o uso da primeira pessoa do plural para construir a oposição “nós x eles”, em que o “nós” inclui a revista e seus leitores, enquanto o “eles” aponta para os políticos criticados.

De acordo com Miguel e Biroli (2022), o discurso jornalístico se estabelece como um “sistema perito” (Giddens, 1990), o que confere autoridade ao enunciado midiático e legitima sua intervenção no debate público. Essa autoridade é construída por meio de rituais de objetividade que controlariam julgamentos valorativos sob a aparência de neutralidade, convertendo padrões morais específicos em constatações empíricas. Dessa forma, o jornalismo deixa de apenas relatar os fatos para atuar ativamente na construção de sentidos sobre os acontecimentos políticos. Ao atribuir valores a figuras públicas, delimita os contornos do politicamente aceitável. No caso das mulheres na política, esse processo se torna ainda mais perverso, pois os enquadramentos jornalísticos dialogam com imaginários históricos e estereótipos de gênero, alimentando, assim, representações que associam essas figuras à irracionalidade, incompetência ou ameaça à ordem estabelecida.

Para compreender como esses enquadramentos se formam no contexto brasileiro, é preciso considerar as dimensões históricas e estruturais do jornalismo político no país, bem como quais seriam as elites, ideologias e atitudes que fazem sentido e constroem hierarquias na sociedade e no cenário político (Scheufelle, 1998). Azevedo (2017), por exemplo, destaca o papel dos oligopólios midiáticos na conformação do paralelismo político entre empresas e grupos políticos liberais-conservadores que se espriam na conformação das narrativas jornalísticas. O autor aponta uma oposição histórica e recorrente da grande imprensa não apenas ao petismo, mas também a outros projetos nacional-desenvolvimentistas, como os governos de Getúlio Vargas (1945–1951) e João Goulart (1961–1964).

Ao tratar do paralelismo político, também é importante levar em consideração outro aspecto: a diversidade de fontes, elemento fundamental para a democracia

representativa (Dahl, 1989). A escassez de diversidade de vozes e de grupos nos meios de comunicação gera narrativas homogêneas, o que prejudica o equilíbrio dos processos políticos (Azevedo, 2017; Oliveira, 2017).

De modo geral, a diversidade na mídia pode ser vista sob duas perspectivas: interna e externa. A diversidade externa diz respeito à variedade de canais de comunicação de um determinado contexto, por meio dos quais grupos de diferentes orientações ideológicas expressam suas opiniões, como ocorre no jornalismo partidário. Já a diversidade interna refere-se à pluralidade de conteúdos dentro de cada veículo de comunicação (Azevedo, 2017). Por exemplo, revistas como *Veja* e *Carta Capital* se posicionam como publicações de opinião voltadas para seus respectivos públicos, adotando discursos que não se pautam pela neutralidade. Azevedo (2017, p. 47) afirma que:

A parcialidade da mídia não é um mal em si mesma, pois ela é funcional em ambientes midiáticos nos quais os cidadãos têm acesso a publicações diversificadas que representam e vocalizam as principais correntes políticas e culturais da sociedade.

O conceito de sistema de mídias, segundo Hallin e Mancini (2010), refere-se ao conjunto de meios de comunicação inseridos em determinado contexto social, territorial e temporal, sendo analisado a partir de quatro variáveis: (i) o mercado de mídia; (ii) o paralelismo político; (iii) o desenvolvimento do jornalismo profissional; e (iv) a natureza da intervenção estatal na comunicação. A partir desses critérios, os autores classificam os sistemas midiáticos em três modelos principais: corporativista-democrático (norte-centro europeu), liberal (Atlântico Norte) e pluralista polarizado (mediterrâneo) (Azevedo, 2017).

No caso brasileiro, a literatura aponta uma aproximação com o modelo pluralista polarizado, especialmente por suas características estruturais, como a baixa institucionalização do jornalismo, a forte presença de paralelismo político e o histórico de intervenção estatal na mídia. O paralelismo político, nesse contexto, é um conceito-chave: originalmente associado à imprensa partidária, ele passou a ser entendido também como o alinhamento ideológico mais difuso entre meios de

comunicação e projetos políticos (Seymour-Ure, 1974; Blumler; Gurevitch, 1975; Hallin; Mancini, 2010; Azevedo, 2018). Assim, mesmo sem vínculos formais com partidos, muitos veículos compartilham valores, crenças e interesses com determinados setores da elite política e econômica.

Isso se reflete na estrutura do mercado daquilo que é chamado de grande imprensa. Nesse ponto, o sistema midiático brasileiro ainda é dominado por grandes grupos familiares, como o Grupo Globo, da família Marinho; o Grupo Estadão, da família Mesquita; o Grupo Folha, da família Frias; e o Grupo Abril, da família Civita, que, desde 2018, é controlado pela consultoria Alvarez & Marsal. A revista Veja, pertencente a esse último grupo, junto a outras revistas de circulação nacional, como Istoé, Carta Capital e Época, até seu encerramento em maio de 2021, e os principais jornais diários, como O Globo, Estadão e Folha, formam esse conjunto de veículos da grande imprensa.

Contudo, é importante diferenciar ainda essa tipologia estrutural da ideia de pluralismo, num outro sentido: problematizando a própria noção. Como argumenta Miguel (2022), o verdadeiro pluralismo, o “pluralismo social”, não se resume à coexistência de diferentes veículos, mas exige a visibilidade efetiva de posições sociais diversas no debate público. No caso brasileiro, esse ideal é frequentemente frustrado: o jornalismo produzido pelos veículos tende a privilegiar apenas alguns grupos e elites, o que reforça estruturas simbólicas de dominação, restringindo o espectro de vozes legítimas e dificultando a expressão de identidades coletivas que rompam com a hegemonia de classe, gênero e raça (Albuquerque, 2000; Miguel; Biroli, 2010). Essa dimensão é central para compreender as interseções entre mídia, poder e desigualdade na contemporaneidade.

Azevedo (2017) também observa que, apesar de sua prática de parcialidade, a postura da grande imprensa brasileira é de tentar se associar ao modelo *watchdog* (cão-de-guarda), típico do sistema midiático liberal. Benetti e Hagen (2010) afirmam que, institucionalmente, as revistas buscam criar uma imagem de competência profissional e compromisso com o leitor. No entanto, isso pouco reflete a realidade do jornalismo praticado, impedindo ainda o escrutínio das audiências e reforçando crenças amplamente disseminadas sobre o que deveria ser o jornalismo.

Institucionalmente, as revistas buscam criar, para o outro, uma imagem de independência, defesa da democracia, competência profissional e compromisso com o leitor. Esta imagem é uma representação, e não a realidade de seu fazer jornalístico. Ainda assim, esta representação de si realimenta crenças amplamente disseminadas sobre o que é jornalismo. (Benetti; Hagen, 2010, p. 134)

Nesse sentido, Azevedo (2017, p. 287) argumenta que a oposição da grande mídia ao petismo está enraizada em convicções ideológicas. A grande mídia, com seu alinhamento político liberal, se opõe a políticas nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas, características tanto do trabalhismo e do nacional-desenvolvimentismo quanto dos governos petistas. Essa oposição se manifesta de forma explícita em dois tipos de enquadramento que moldam a representação midiática do petismo: antes da eleição de Lula (até 2002), a ênfase estava no radicalismo e no populismo; após sua ascensão ao poder (a partir de 2003), com o escândalo do Mensalão (2005), a corrupção se tornou o principal ponto de crítica. Embora distintos, esses enquadramentos, ideológico e moral, compartilham uma perspectiva essencialmente negativa sobre o petismo, alinhando-se à narrativa dominante no espaço midiático brasileiro (Azevedo, 2017).

A cobertura sobre a presidenta Dilma Rousseff exemplifica como esses enquadramentos ideológicos e morais se articulam para construir figuras políticas monstruosas. Nas capas das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, Rousseff foi frequentemente rotulada negativamente, numa tentativa enfática de deslegitimar sua figura política. Esses rótulos não apenas reduzem a presidenta a estigmas negativos, mas também reforçam a ideia de que determinadas posturas políticas são patológicas e fora dos limites do que é considerado razoável na política. Assim, o jornalismo não apenas reporta, mas contribui ativamente para a construção de um campo simbólico que exclui e marginaliza. Como observa Biroli (2011), os meios de comunicação não são meros canais neutros de informação, mas instâncias que desempenham um papel decisivo na reprodução de hierarquias sociais e na naturalização de normas culturais. Ao veicular discursos que definem o que é considerado aceitável ou desviante, a mídia contribui para uma ordenação moral da realidade, reforçando mecanismos de dominação simbólica e promovendo a exclusão de determinados grupos sociais. Nas palavras da autora, “sua realidade

estaria em seus efeitos reais, mesmo quando em sua base estão mentiras e visões parciais que são transmutadas em fatos de validade universal” (Biroli, 2011, p. 83).

Biroli (2011) também destaca que os meios de comunicação de grande circulação possuem maior capacidade de influenciar a construção do “real”, uma vez que impõem representações hegemônicas que moldam a percepção coletiva sobre sujeitos e acontecimentos. Embora existam circuitos alternativos de comunicação, como as mídias comunitárias ou locais, capazes de engendrar contra narrativas, esses enfrentam severas barreiras de acesso, circulação e legitimidade. Biroli (2011) chama atenção também para o fato de que a centralidade dos meios de comunicação na produção de sentido implica uma relação assimétrica de poder simbólico. Isso porque os grupos com maior capacidade de difusão de suas representações, como as grandes corporações midiáticas, exercem influência desproporcional sobre a organização dos discursos públicos.

Segundo Biroli (2011) os estereótipos atuam como artefatos morais e ideológicos

no sentido de que são expressões de uma “versão da realidade social” que é suficientemente real e reconhecida para que não seja simplesmente rejeitada (Eagleton, 1997 [1991], p. 27). Sua realidade estaria em seus efeitos reais, mesmo quando em sua base estão mentiras e visões parciais que são transmutadas em fatos de validade universal (Biroli, 2011, p. 83)

Ao mesmo tempo em que os estereótipos ajudam a produzir identidades coletivas, geram efeitos concretos na forma como determinados corpos e subjetividades são percebidos e tratados socialmente. Sua força simbólica reside no fato de que, mesmo quando baseados em falsificações ou distorções, são tomados como verdades absolutas e raramente contestadas. Essa naturalização confere legitimidade à violência simbólica e, em muitos casos, também à violência física, especialmente contra sujeitos constantemente representados como desvios da norma. Assim, os estereótipos operam como mecanismos de reprodução das desigualdades ao construir consensos em torno da exclusão, da inferiorização e da deslegitimação de determinadas identidades.

No campo do jornalismo, como afirmamos, os enquadramentos não são neutros ou aleatórios: eles se estruturam a partir das rotinas das redações, dos critérios de noticiabilidade e da própria formação social dos profissionais da mídia (Scheufele, 1998; Biroli, 2011). Esses fatores determinam quem é considerado digno de ser ouvido, quais temas são enquadrados como relevantes e de que forma os sujeitos são representados. Nesse processo, os enquadramentos se valem de estereótipos socialmente disponíveis, que funcionam como atalhos interpretativos para a construção dos sentidos atribuídos aos atores políticos. Mulheres, por exemplo, são frequentemente retratadas com ênfase em aspectos da aparência física ou da vida pessoal, em detrimento de suas atuações políticas, intelectuais ou institucionais. Esses estereótipos de gênero expressam e reforçam papéis socialmente designados para mulheres e homens em sociedades generificadas, contribuindo para a fixação de imagens simplificadas e hierarquizadas. A repetição desses enquadramentos dificulta a emergência de representações mais complexas e plurais (Miguel; Biroli, 2011).

Apesar disso, os estereótipos não são invariavelmente conservadores. Em certos contextos, podem ser mobilizados de maneira estratégica por grupos historicamente subalternizados, como forma de resistência e afirmação simbólica. Como observa Biroli (2011), mesmo setores progressistas, como jornais e revistas explicitamente de esquerda, podem recorrer a estereótipos estigmatizantes para atacar seus adversários, reproduzindo práticas de desqualificação simbólica que, em outros contextos, afetam os mesmos grupos que dizem defender. Essa ambivalência indica que a disputa pelos sentidos atribuídos aos sujeitos sociais é constante e multifacetada. No entanto, para esta pesquisa, o desafio é perceber as nuances dos mecanismos de monstruosidade que acabam por mobilizar estereótipos generificados para “normalizar” a representação imagética de uma mulher na política.

Um exemplo relevante da construção imagética de figuras políticas na mídia impressa pode ser observado na análise de Pacheco (2008) sobre os enquadramentos fotográficos das capas da revista *Veja* durante os períodos eleitorais de Fernando Henrique Cardoso (1994) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002). Em ambos os anos, estes candidatos saíram vencedores, com ou sem o apoio da

revista. A partir de uma abordagem discursiva inspirada em Barthes (1982) e na semiologia dos discursos sociais (Pinto, 1995), o autor evidencia como recursos de conotação visual são mobilizados para construir representações ideologicamente orientadas dos candidatos. Abaixo, dois exemplos de capas com enquadramento positivo para FHC e negativo para Lula (Figuras 7 e 8).

Figura 7. Veja, 1994



Figura 8. Veja, 2002



Fonte: Pacheco (2008)

De acordo com Pacheco (2008), as capas analisadas revelam uma assimetria marcante na forma como os dois políticos são retratados. FHC aparece frequentemente com expressão confiante, postura de estadista e uma estética visual associada à racionalidade e ao preparo técnico. Em contraste, Lula é representado de maneira a sugerir preocupação, instabilidade ou subordinação. Esses enquadramentos visuais reforçam o pertencimento simbólico de FHC às elites letradas, perfil semelhante ao público da revista, enquanto relembram que Lula é uma figura dissonante no espaço político tradicional.

Mais do que uma comparação entre candidatos, o caso ilustra como a mídia impressa exerce sua função de ordenação simbólica ao tratar de forma diferenciada figuras políticas de posições distintas. Além disso, o artigo reforça a importância das condições de produção e reconhecimento dos discursos, conforme destacado por Pinto (1995), ao demonstrar que os sentidos das imagens são moldados pelas estruturas de poder que atravessam a redação, a linha editorial e as projeções de

público. A construção das capas de Veja nesse período pode ser lida, assim, como um exercício de poder simbólico que articula imagem, ideologia e recepção.

Esse processo de construção simbólica continua sendo investigado em pesquisas mais recentes, como a análise já apresentada, que examina como a revista Veja enquadrava Lula como uma figura monstruosa, entre 2002 e 2020 (Machado, 2022). A partir da noção de enquadramento operacionalizada por meio da Análise de Conteúdo, o estudo relaciona as dimensões da monstruosidade e do antipetismo na cobertura sobre a principal liderança do Partido dos Trabalhadores (PT). O *corpus* reúne capas publicadas entre a primeira eleição presidencial de Lula e o período que marca sua libertação após a prisão, justamente os anos em que sua presença midiática foi mais intensa. Os resultados apontam a recorrência de diferentes tipos de monstros associados à imagem do ex-presidente, como ilustram as capas apresentadas nas Figuras 9 e 10, revelando como esses enquadramentos reafirmam o alinhamento histórico liberal-conservador da grande imprensa brasileira.

Figura 9.



Fonte: Biblioteca Mário de Andrade, 2022.

Figura 10.



Fonte: Biblioteca Mário de Andrade, 2022.

Embora o foco desta pesquisa não seja a figura de Lula em si, sua representação serve como exemplo de como a mídia constroi figuras políticas a

partir de marcadores simbólicos que produzem distinções entre sujeitos considerados legítimos e ilegítimos no campo político. A noção de monstro e os elementos que o compõem torna-se, nesse contexto, uma ferramenta potente para compreender como determinados sujeitos, tanto aqueles vinculados a projetos progressistas quanto aqueles não tradicionais, como mulheres, negros e indígenas, são desqualificados por meio de estratégias que ultrapassam o debate racional e adentram o terreno da estigmatização. Nesse processo, a capa da revista funciona como dispositivo de enquadramento em consonância com o horizonte ideológico do veículo de comunicação.

2.2. O jornalismo político como espaço de representação e reprodução de hierarquias de gênero

A centralidade da mídia no debate público contemporâneo faz do jornalismo político uma das principais arenas de disputa simbólica das democracias atuais. Como argumentam Miguel e Biroli (2011), a visibilidade midiática é um recurso político fundamental, uma vez que a mídia atua como espaço privilegiado de representação, definindo quais sujeitos, temas e conflitos são reconhecidos como social e politicamente relevantes. Nesse sentido, o jornalismo não apenas informa sobre a política institucional, mas participa ativamente da produção da realidade política, ao estabelecer os contornos simbólicos do campo político e influenciar a distribuição do poder de fala, de reconhecimento e de legitimidade.

Ao se apresentar como mediador neutro entre a esfera política e a sociedade, o jornalismo reivindica para si uma posição de autoridade e competência na seleção do que deve ser visto, ouvido e debatido publicamente. No entanto, como destacam Miguel e Biroli (2011), essa mediação é atravessada por escolhas, exclusões e enquadramentos que refletem valores sociais, interesses políticos e hierarquias previamente constituídas. Os meios de comunicação funcionam, assim, como dispositivos de seleção e legitimação, não apenas dos temas que ganham visibilidade, mas também dos atores autorizados a ocupar posições de centralidade no debate público. Ao definir quem pode falar e sob quais condições, o jornalismo político torna-se parte constitutiva do próprio processo de representação política.

Essa dinâmica é particularmente relevante quando observada a partir de uma perspectiva de gênero. As hierarquias e desigualdades sociais não apenas atravessam o jornalismo político, como são frequentemente confirmadas e reproduzidas por meio de palavras e imagens que naturalizam comportamentos, pertencimentos e expectativas sociais (Miguel; Biroli, 2011). No noticiário político, homens e mulheres tendem a ser associados a temas, atributos e funções distintas, reforçando a divisão simbólica entre a esfera pública e a esfera privada. Enquanto os homens são majoritariamente vinculados à racionalidade, à autoridade e à competência técnica, as mulheres são frequentemente representadas a partir de marcadores pessoais, emocionais ou corporais, o que contribui para a desvalorização de suas trajetórias políticas.

No caso das mulheres que ocupam posições de poder institucional, essa lógica se intensifica. A presença feminina em cargos tradicionalmente masculinos, como a Presidência da República, é frequentemente tratada como exceção, o que reforça sua condição de “corpo estranho” no campo político. O jornalismo, nesse contexto, tende a enfatizar aspectos relacionados à aparência, ao temperamento ou à vida privada dessas mulheres, deslocando o foco de suas ações políticas e administrativas. Como observam Miguel e Biroli (2011), a confirmação do pertencimento diferenciado de mulheres e homens às esferas pública e privada contribui para a reprodução das hierarquias de gênero, ao reafirmar que o exercício legítimo da autoridade política permanece associado ao masculino.

É nesse ponto que se insere a noção de desvio feminino e sua articulação com a construção da monstrosidade política. Segundo Miguel e Biroli (2011), ao ingressar na vida pública, as mulheres se veem diante de um dilema permanente: conformar-se às expectativas normativas de gênero ou afrontá-las, arcando com os custos simbólicos de uma conduta considerada desviante. Quando mulheres exercem o poder de forma assertiva, técnica ou autoritária, atributos historicamente naturalizados como masculinos, tornam-se alvos privilegiados de sanções discursivas. Essas sanções se manifestam por meio de enquadramentos que as apresentam como irracionais, descontroladas, agressivas ou ameaçadoras, acionando repertórios simbólicos que as colocam fora dos limites do aceitável na política.

A pesquisa aqui desenvolvida propõe compreender esses enquadramentos a partir da categoria de monstrosidade política. A mulher que transgredir os limites simbólicos de gênero é discursivamente punida por meio de sua representação como anormal, excessiva ou perigosa, o que contribui para sua deslegitimação no espaço público. No caso da cobertura da revista *Veja* sobre a presidenta Dilma Rousseff, observa-se a recorrência de signos associados à frieza, à histeria, à fúria e ao autoritarismo, compondo uma imagem que desafia a ordem naturalizada do poder masculino. Essa representação não se manifesta apenas no plano simbólico, mas cumpre uma função disciplinadora, ao reafirmar os contornos do que é considerado politicamente aceitável para mulheres.

Essa lógica dialoga com interpretações feministas mais amplas sobre o controle dos corpos femininos e a punição simbólica da transgressão, como as análises de Silvia Federici (2004) sobre a figura histórica da bruxa. Assim como a bruxa encarna o corpo feminino que ameaça a ordem social e deve ser corrigido ou eliminado, a mulher-monstro na política emerge como figura que concentra medos, ansiedades e projeções coletivas, sendo transformada em bode expiatório de crises políticas mais amplas. A monstrosidade, nesse sentido, funciona como um dispositivo simbólico de correção, que busca restabelecer a ordem de gênero por meio da exclusão e da deslegitimação.

A reprodução dessas representações tem implicações diretas para a qualidade democrática. Miguel e Biroli (2011) identificam a sub-representação das mulheres como um dos pontos centrais de estrangulamento das democracias contemporâneas. Mesmo quando mulheres alcançam posições de destaque, sua visibilidade é frequentemente atravessada por enquadramentos que limitam sua legitimidade e autonomia política. A exclusão, portanto, não se dá apenas no plano quantitativo - quem aparece ou não -, mas também no plano qualitativo - como aparece. O jornalismo político, ao reforçar uma universalidade masculina do poder e marginalizar perspectivas femininas e feministas, atua como agente de distorção democrática.

Dessa forma, a cobertura midiática de figuras como Dilma Rousseff não deve ser compreendida como um caso isolado ou excepcional, mas como parte de um padrão estrutural de representação de gênero no jornalismo político brasileiro. Ao

produzir enquadramentos que associam mulheres no poder à anormalidade, à ameaça ou ao desvio, a mídia contribui para a manutenção de hierarquias simbólicas que restringem o acesso pleno das mulheres à autoridade política. A figura da mulher-monstro emerge, assim, como resultado discursivo de uma disputa por representação, na qual o jornalismo desempenha papel ativo na reprodução da ordem de gênero e no controle simbólico dos corpos femininos que adentram o campo do poder.

A discussão teórica desenvolvida na seção anterior permite compreender os enquadramentos midiáticos como construções discursivas que funcionam a partir de repertórios simbólicos compartilhados e historicamente situados. Esses enquadramentos não emergem de forma isolada, mas se constituem no interior de tradições narrativas consolidadas no campo midiático, especialmente no que diz respeito à cobertura de atores políticos vinculados à esquerda no Brasil.

Nesse sentido, a seção seguinte apresenta uma contextualização das representações de Dilma Rousseff e do antipetismo na grande mídia brasileira, situando o caso analisado no interior de um histórico mais amplo de produção discursiva. Essa contextualização dialoga com achados de pesquisas anteriores sobre a construção midiática de lideranças petistas, entre elas o estudo que analisou a representação de Luiz Inácio Lula da Silva como figura monstruosa nas capas da revista *Veja* no período de 2002 a 2020 (Machado, 2022), contribuindo para delimitar o pano de fundo a partir do qual o objeto desta pesquisa é examinado.

2.3. Dilma: uma mulher na Presidência da República

Dilma Rousseff é ex-presidenta do Brasil, primeira mulher eleita para presidir o país. Deu início à sua vida política integrando organizações de combate à ditadura militar. Condenada por “subversão” pela ditadura, passou quase três anos presa. Na década de 1970, mudou-se para Porto Alegre e se dedicou à Campanha da Anistia. É graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi secretária da Fazenda do governo municipal de Porto Alegre na década de 1980. No início dos anos 1990, presidiu a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Em 1993, tornou-se secretária de Energia, Minas e Comunicações do mesmo estado. Foi ministra de Minas e Energia até 2005 e ministra da Casa Civil no governo Lula. Em 2010, foi eleita presidenta do Brasil. Em 2014, foi reeleita. Foi

A leitura de gênero sobre a trajetória da presidenta Dilma Rousseff na grande mídia brasileira começa, aqui, em seu próprio relato (Rousseff, 2022) e as formas pelas quais ela identificou a violência política sofrida ao longo de seus mandatos. Rousseff destaca que a maneira como era tratada pela mídia se diferenciava nitidamente daquela dirigida a seus adversários, ainda que estes estivessem igualmente em posições de poder. Verbos como “ataca” ou “confronta” apareciam com frequência nas manchetes que noticiavam suas ações, enquanto figuras como Aécio Neves eram retratadas como apenas “questionadores” ou “críticos”. A escolha vocabular construía um enquadramento que a apresentava como irracional, agressiva e fora de controle, uma representação que não recai igualmente sobre homens em cargos equivalentes.

Do ponto de vista político-institucional, os mandatos de Dilma Rousseff foram marcados por transformações importantes no cenário nacional. Eleita em 2010 com altos índices de aprovação, a presidenta manteve níveis relativamente elevados de apoio popular até 2013, quando as jornadas de junho alteraram significativamente o ambiente político. A partir desse período, observa-se uma queda progressiva em suas taxas de aprovação, acompanhada pela intensificação da polarização política, pelo desgaste da coalizão governista e pelo fortalecimento de discursos oposicionistas no Congresso Nacional. Em 2015, a divulgação da carta do vice-presidente Michel Temer explicitou publicamente a ruptura interna do governo, antecipando o processo de isolamento político que culminaria no impeachment em 2016 (Weber, 2017).

Ao ocupar a presidência da República, Rousseff desestabilizava esse arranjo, e a resposta midiática parece ter sido a tentativa de devolvê-la ao “seu devido lugar”. Mesmo quando adotava posturas técnicas ou moderadas, seus gestos eram lidos como descontrole. Como relata a própria ex-presidenta, até mesmo suas expressões faciais eram transformadas em sinais de despreparo (Figura 11).

Figura 11. Veja, 27/10/2014



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Como analisado por Silvia Federici (2023) em seus estudos sobre o controle dos corpos femininos e a caça às bruxas, esse tipo de manipulação imagética reforça a construção da figura feminina como irracional. Um exemplo evidente dessa distorção aparece na capa da revista *IstoÉ*, que usou uma foto de Dilma Rousseff em um momento de comemoração esportiva, fora de contexto, para sugerir desvario emocional.

Figura 12. Estadão, 04/05/2016



Fonte: O Estado de S. Paulo

A própria ex-presidenta faz uma associação entre o imaginário da bruxaria e a foto publicada na capa do jornal O Estado de S. Paulo na abertura das Olimpíadas em 2016, quando sua imagem foi sobreposta à pira olímpica (Figura 12). Ela afirma: “tentaram me queimar na fogueira” (Rousseff, 2022). A metáfora não é casual. A presidenta aparece, assim, como um corpo que encarna o medo coletivo e é projetado como bode expiatório da crise política. Trata-se da produção de uma figura que não apenas deve ser politicamente combatida, mas fisicamente eliminada quando deslocada para o registro da monstruosidade irrecuperável.

Os enquadramentos midiáticos também se articulam com a lógica do contrato sexual (Pateman, 2005), discutido anteriormente, na medida em que excluem mulheres da esfera do poder político a partir da naturalização da perspectiva de que a elas estaria reservado o espaço privado. Rousseff relata ter sido alvo de cartazes em manifestações que diziam “vai lavar roupa” e “vai vender Jequiti” (Rousseff, 2022), entre outras frases que resgatam papéis de gênero subalternos e tentam deslocá-la do espaço político para o doméstico.

Os ataques extrapolam o plano discursivo e se materializam em imagens e artefatos visuais que circularam amplamente no espaço público e nas redes sociais, nos quais a figura da presidenta é sexualizada. Exemplos emblemáticos são os adesivos colados em tanques de combustível que simulavam o estupro da

presidenta (Figura 13), bem como cartazes e charges que associavam sua atuação política à prostituição (Figura 14). Trata-se de formas explícitas de violência política de gênero, nas quais a exclusão simbólica da mulher do poder é reforçada por meio da exposição de seu corpo à degradação pública.

Figura 13. Adesivo de tanque de combustível com representação sexualizada da presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Registro fotográfico amplamente circulado em manifestações políticas (2015–2016), reproduzido pelo portal InfoMoney.

Figura 14. Charge publicada na revista *Veja* que insinua a prostituição de Dilma Rousseff como forma de deslegitimação política.



Fonte: Revista *Veja*, coluna de Reinaldo Azevedo.

A análise dos relatos da própria ex-presidenta Dilma Rousseff permite compreender como os enquadramentos midiáticos funcionam para deslegitimar a presença de mulheres em espaços de poder, associando sua atuação à transgressão de uma ordem simbólica naturalizada e patriarcal. Ao narrar sua trajetória e os ataques sofridos, Rousseff revela não apenas sua experiência individual, mas também sua consciência crítica sobre as estruturas de poder que seguem produzindo e reforçando estereótipos de gênero. Essas estruturas atuam na tentativa de excluir mulheres da política institucional, especialmente quando sua presença ameaça a estabilidade de determinados arranjos democráticos, como se evidenciou no processo que culminou no golpe de 2016.

Weber (2023) traz reflexões importantes sobre o mandato, o impeachment e as representações comunicacionais sobre a ex-presidente Dilma Rousseff. Os estudos reunidos no Capítulo II da obra demonstram que a imagem pública de Dilma Rousseff foi construída por meio de enquadramentos que enfatizam corporalidade, inadequação simbólica, moralidade e emoções, deslocando o foco da ação política para atributos subjetivos e de gênero (De Paula, 2023; Rosário e Dávila, 2023; Vaz e França, 2023). Este trabalho parte dessas contribuições para propor que tais enquadramentos não apenas deslegitimam politicamente a presidenta, mas se manifestam como condições simbólicas para sua “monstrificação” no discurso midiático.

Ao analisar a recorrência de enquadramentos que produzem Dilma Rousseff como figura “fora da norma”, “excessiva” ou “desajustada” ao exercício do poder, os trabalhos argumentam que tais representações acionam uma gramática da anormalidade que se aproxima do que a literatura denomina monstrosidade política. A imagem pública, nesse sentido, não antecede a exclusão política, mas a torna possível.

Assim, qualquer estratégia da análise sobre as imagens da ex-presidente precisa levar em conta os elementos que a tornam “desviante” compreendidos nessa dissertação como os elementos de monstrosidade que legitimam sua exclusão do campo político.

A seguir, apresentamos então como fizemos essa análise e a organização dos códigos de forma a compreender a construção midiática da presidenta Dilma Rousseff como um processo de monstro político. Em diálogo com estudos sobre imagem pública e gênero (Weber, 2023), os eixos captam a passagem da deslegitimação simbólica à justificação da exclusão política.

CAPÍTULO 3. METODOLOGIA: COMO COMPREENDER O MONSTRO E O GÊNERO

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, utilizando a Análise de Conteúdo como base da análise de enquadramento multimodal (Wozniak et al., 2014; Rizzotto, Prudêncio e Sampaio, 2017). Esta opção metodológica visa responder à pergunta central desta investigação: de que maneira a grande mídia brasileira atua como produtora de enquadramentos de monstrosidade generificados para deslegitimar Dilma Rousseff? Para tanto, parte-se da hipótese de que o gênero não é um elemento residual, mas um mecanismo de correção simbólica central, cujos efeitos operam na desumanização da autoridade feminina.

A pesquisa mobiliza o software MAXQDA como ferramenta de apoio à codificação e à organização do corpus, permitindo o tratamento sistemático de textos e imagens. O uso de codificação humana, em detrimento de técnicas automatizadas, justifica-se pela necessidade de apreender sentidos que emergem da composição multimodal das capas, especialmente no que se refere à articulação por meio de pacotes interpretativos (Gamson e Modigliani, 1989) entre elementos visuais, narrativos e simbólicos (Machado, 2022), ainda pouco captáveis por métodos automatizados.

Essa estratégia metodológica já foi empregada em pesquisas anteriores desenvolvidas no âmbito do Núcleo Integrado de Estudos em Democracia, Comunicação e Sociedade (DECOS/UFSCar), demonstrando-se adequada para investigações que lidam com enquadramentos midiáticos, representações políticas e marcadores simbólicos complexos. Ao articular Análise de Conteúdo e enquadramento, a pesquisa parte da premissa de que o conteúdo veiculado pela imprensa não apenas informa, mas estrutura percepções sobre o mundo social, orientando interpretações, julgamentos morais e expectativas normativas.

A noção de enquadramento (*framing*) constitui a principal lente teórico-metodológica da pesquisa. O conceito tem origem nos trabalhos de Gregory Bateson (1954), que o definiu como uma estrutura que orienta a interpretação das mensagens em contextos interativos, e foi posteriormente desenvolvido por Erving

Goffman (1974), para quem os indivíduos organizam sua experiência social a partir de “quadros primários” de sentido, culturalmente compartilhados.

Na segunda metade do século XX, os estudos de enquadramento foram incorporados aos campos da comunicação e da ciência política. Gamson e Modigliani (1989) introduzem a noção de pacotes interpretativos, entendidos como estruturas narrativas compostas por uma ideia central organizadora, o *frame*, e por elementos simbólicos que o tornam reconhecível, como metáforas, imagens, exemplos e slogans. Entman (1993), por sua vez, sistematiza o enquadramento como um processo que envolve a seleção e a saliência de determinados aspectos da realidade, desempenhando funções específicas na definição de problemas, no diagnóstico de causas, na atribuição de julgamentos morais e na sugestão de soluções.

Van Gorp (2010) amplia essa perspectiva ao propor diferentes níveis de análise do enquadramento, incluindo o nível textual, o cognitivo, o extra-midiático e o cultural, destacando que os *frames* não são apenas produtos discursivos, mas também estruturas simbólicas ancoradas em repertórios culturais mais amplos. No contexto brasileiro, Mendonça e Simões (2012) identificam três vertentes principais nos estudos de enquadramento: a análise das situações interativas, a análise dos efeitos estratégicos e a análise de conteúdo discursivo. Esta pesquisa se insere nesta última vertente, por compreender os enquadramentos como construções simbólicas historicamente situadas, que emergem de disputas de sentido no interior do campo midiático.

A escolha por essa abordagem está ancorada na crítica de Mendonça (2012) à vertente estratégica do enquadramento, que tende a reduzir os *frames* a instrumentos intencionais de persuasão, desconsiderando sua dimensão cultural. Ao tratar os enquadramentos como produtos de interações sociais e disputas simbólicas, torna-se possível reconhecer que eles aparecem tanto como estratégias quanto como estruturas de sentido relativamente estabilizadas. Como afirma Edelman, “o mundo social é um caleidoscópio de realidades potenciais, qualquer uma das quais pode ser facilmente evocada alterando as formas como as observações são enquadradas e categorizadas” (1993, p. 232).

Nesse sentido, a pesquisa dialoga também com a análise de enquadramento multimodal que defende o estudo integrado dos diferentes recursos comunicativos presentes no noticiário, como imagem, narrativa e enquadramento. Diferentemente das abordagens clássicas centradas exclusivamente no texto verbal, a perspectiva multimodal busca aproximar a análise da experiência efetiva de recepção do público, que consome simultaneamente elementos visuais e narrativos.

A análise multimodal coaduna completamente com a perspectiva de enquadramento como ideia central organizadora (Gamson e Modigliani, 1989) a partir da qual os diferentes elementos da mensagem são combinados para passar um enquadramento, ou seja, uma ideia principal. Essa opção metodológica permite preservar os pressupostos centrais da abordagem multimodal, ao mesmo tempo em que garante viabilidade analítica e controle sistemático sobre um corpus amplo.

O *corpus* é composto por todas as capas das revistas Veja, Época e IstoÉ em que a ex-presidenta Dilma Rousseff aparece como figura central, entre os anos de 2010 e 2016. Esse recorte temporal abrange desde sua primeira eleição até o seu afastamento definitivo, incluindo também o período de crescente tensão institucional e cobertura negativa na mídia. A seleção das capas foi realizada por meio de consulta direta aos exemplares impressos disponíveis na Hemeroteca Mário de Andrade, da Biblioteca Municipal de São Paulo, devido à indisponibilidade de repositórios digitais.

Foram estabelecidos alguns critérios de inclusão para a seleção das capas: (i) Dilma Rousseff deve figurar em primeiro plano ou ser o elemento central da imagem e da manchete principal; (ii) capas em que ela aparece apenas de forma secundária, em rodapés e cabeçalhos, serão descartadas; (iii) embora o foco principal esteja nos enquadramentos negativos, as capas com enquadramento neutro ou positivo serão mantidas, pois sua presença permite comparações relevantes sobre a predominância de determinadas construções discursivas.

A coleta do *corpus* ocorreu entre os dias 14 e 18 de abril de 2025, em quatro dias de trabalho presencial na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade (HMA). O agendamento foi feito pelo portal sp156.prefeitura.gov.sp.br, com apresentação de documentação comprobatória de pesquisa acadêmica. No fim de 2024, o prefeito

Ricardo Nunes decretou a cobrança por uma série de serviços relacionados a aparelhos públicos, incluindo a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Nesse sentido, a comprovação de vínculo acadêmico foi necessária para que a coleta das imagens não fosse cobrada. A logística da coleta foi organizada para otimizar o tempo e reduzir custos, com alimentação levada de casa e uso da estrutura disponível na biblioteca.

Durante o processo, os servidores do andar de consulta ao acervo da hemeroteca disponibilizavam diariamente uma grande bancada de consulta e caixas com os exemplares impressos. Como o recorte da pesquisa compreende um intervalo de sete anos (2010 a 2016), foi acordado com a equipe técnica que seriam disponibilizados, por dia, os exemplares correspondentes a dois anos de cada uma das três revistas analisadas. As caixas eram trazidas do acervo permanente, localizado nos andares superiores do prédio, e os materiais que não fossem completamente examinados em um único dia eram mantidos para continuidade no dia seguinte.

O procedimento de coleta seguiu um roteiro padronizado, registrado em caderno de campo, que permitiu a sistematização do processo e a rastreabilidade dos dados. O checklist incluía os seguintes passos:

1. Colocação de luvas descartáveis, conforme exigência da HMA para manuseio do acervo;
2. Preenchimento de formulário com os dados da pesquisadora para controle interno da biblioteca;
3. Escolha de uma caixa de revistas e retirada dos exemplares, organizados de capa para baixo;
4. Verificação das capas uma a uma, iniciando sempre pela última revista da pilha, em um gesto semelhante a “abrir cartas de tarô”, conforme registrado no diário de campo, o que conferia um aspecto de desnaturalização e estranhamento⁹ importante para a análise;
5. Identificação de capas relevantes à pesquisa – ou seja, aquelas que retratam a ex-presidenta Dilma Rousseff como figura central –, que eram digitalizadas

⁹ GIDDENS, Anthony. O que é sociologia? In: GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 1, p. 2-6.

com o aplicativo de scanner do celular, renomeadas imediatamente no formato Revista_Mês-Dia-Ano;

6. Registro, no formulário da HMA, da revista, número da edição e data;
7. Localização e escaneamento do editorial (geralmente nas primeiras páginas)¹⁰;
8. Identificação da matéria de capa por meio do índice e escaneamento completo da matéria, com anotação das páginas inicial e final no formulário.

Esse processo foi repetido para cada revista examinada. No total, foram observadas mais de 1 mil edições, considerando a frequência semanal das três revistas ao longo dos sete anos analisados. Deste universo, foram coletadas 93 edições que cumpriam os critérios estabelecidos para o *corpus*, distribuídas de acordo com o Quadro 1. Os arquivos digitalizados foram organizados e nomeados segundo padrão único visando facilitar a posterior análise no *software* MAXQDA.

Quadro 1. Quadro resumo do corpus por revista analisada

Revista	Total de edições analisadas
Veja	34
Época	24
IstoÉ	35
Total	93

Fonte: Elaboração própria

O software MAXQDA é uma ferramenta que permite abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas, bem como a codificação de textos, imagens/fotografias, áudios e vídeos. Seu uso, nesta pesquisa, está voltado principalmente para estratégias de codificação humana, diferentemente de análises automatizadas realizadas por meio de linguagens como R, Python ou outros suportes computacionais. Esse tipo de codificação é relevante porque possibilita a construção de inferências baseadas na composição da mensagem como um todo, considerando de forma integrada elementos textuais e imagéticos, que ainda apresentam limitações importantes quando processados por ferramentas automatizadas. Por

¹⁰ Os editoriais e as matérias de capa também foram coletados porque, inicialmente, tínhamos a proposta de analisar tanto capas, quanto o material textual das revistas sobre a ex-presidente. Entretanto, por questões de viabilidade, esses outros elementos não entraram na análise sistemática da dissertação, mas servirão para trabalhos futuros.

outro lado, esse procedimento impõe desafios em pesquisas com “n” elevado, sobretudo em razão do tempo demandado para a codificação e da estabilidade dos resultados.

Após a coleta, a análise ocorre em três etapas, sendo que a primeira já foi realizada para esta dissertação: (i) organização do corpus por revista e ano; (ii) codificação dos dados; e (iii) análise dos enquadramentos. A codificação é realizada por meio do software MAXQDA, que permite a anotação e categorização de textos e imagens a partir de critérios qualitativos e quantitativos. A opção por uma codificação humana, e não automatizada, decorre da necessidade de considerar inferências que emergem da composição total da mensagem (texto e imagem), além de possibilitar a análise de signos visuais, que ainda não podem ser plenamente operacionalizados de forma automática na ferramenta utilizada.

A codificação segue um modelo desenvolvido em pesquisa anterior (Machado, 2022), adaptado ao objeto da presente investigação, o que permitiu a identificação de três dimensões analíticas centrais:

- i) se havia a presença de monstros/elementos de monstrosidade;
- ii) os tipos de elementos identificados;
- iii) se havia um caráter generificado nos elementos de monstrosidade;

Considerando o pressuposto de que toda figura monstruosa carrega uma característica social que fundamenta sua designação como tal, que essa característica representa uma forma de ameaça ou “anormalidade” e que pode estar associada a expectativas normativas específicas, para cada eixo foi elaborada uma questão orientadora, a partir das quais se estruturou o sistema de categorias utilizado na codificação. São elas:

- (i) Tem monstro?;
- (ii) Qual tipo de anormalidade é mobilizada?;
- (iii) Essa anormalidade é generificada?.

A partir desse modelo, foi elaborado um mapa de códigos, utilizado como guia analítico nesta pesquisa, que foi refinado ao longo do processo de análise, conforme novos elementos emergiam das capas examinadas.

A validação dos códigos foi feita por meio da discussão com pares, com codificadores treinados em Análise de Conteúdo. Em caso de discordância, as categorias eram reavaliadas, o que garantiu maior estabilidade e confiabilidade aos resultados. Nesse sentido, apresentamos o quadro com os códigos que guiaram a análise, com base na articulação entre gênero, enquadramento negativo e construção de uma imagem monstruosa:

Quadro 2. Mapa de Códigos

Pergunta	Resposta	Descrição
Eixo 1: Tem monstro?	Sim	A capa mobiliza um enquadramento que constrói a figura política como ameaça, anomalia ou desvio em relação à ordem considerada legítima.
	Não	A capa não aciona enquadramento de monstrosidade política, ainda que possa conter críticas ou avaliações negativas.
Eixo 2: Qual tipo de anormalidade é mobilizada?	Burra	Representação que associa a figura política à incapacidade intelectual, ignorância ou despreparo cognitivo para o exercício do poder.
	Histérica	Enquadramento que constrói a personagem como emocionalmente descontrolada, instável ou irracional.
	Déspota	Representação que constrói a figura política como soberana apegada à manutenção do poder, percebida como ameaça à ordem ou à vontade popular.
	Criminosa	Enquadramento que sugere envolvimento em práticas ilegais ou moralmente ilícitas, mesmo sem imputação formal de crime.
	Mau caráter	Enquadramento que constrói a personagem como moralmente desonesta, oportunista ou eticamente reprovável.
	Comunista	Enquadramento que associa a personagem a uma ameaça ideológica à ordem social, econômica ou democrática,
Eixo 3: Essa anormalidade é genericada?	Sim	A construção da anormalidade mobiliza estereótipos, expectativas e/ou julgamentos associados socialmente aos estereótipos de gênero feminino.

	Não	A construção da anormalidade não apresenta marcas explícitas de gênero.
--	-----	---

Fonte: Elaboração própria

Para conferir maior rigor sociológico à etapa de codificação, esta pesquisa incorpora a perspectiva de Howard Becker (2008) sobre a sociologia do desvio, que dialoga de forma complementar com a noção de anormalidade de Foucault. Ao operacionalizar o Eixo 2 do sistema de categorias — focado em identificar qual tipo de 'anormalidade' é mobilizada nas capas —, compreende-se que a monstruosidade não reside em uma essência da ex-presidenta, mas é um efeito de rotulação aplicado com sucesso por atores midiáticos. Sob a ótica de Becker, o desvio não é uma qualidade do ato cometido, mas uma consequência da aplicação de regras e sanções; nesse sentido, as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* atuam como 'empreendedores morais' que definem quem deve ser tratado como um desviante (outsider) no campo político. A inclusão deste referencial permite que a análise das subcategorias (como a 'burra' ou a 'histérica') seja compreendida como o estudo de marcas simbólicas de exclusão que visam retirar o sujeito da normalidade democrática.

A opção por um modelo metodológico híbrido, que articula a análise de enquadramento multimodal à Análise de Conteúdo qualitativa com codificação humana justifica-se pela complexidade dos fenômenos investigados e pela necessidade de compreender a construção simbólica da monstruosidade política e de suas dimensões generificadas. Assim, os três eixos desenvolvidos — presença de monstruosidade, tipo de monstro mobilizado e caráter generificado da representação — sintetizam os elementos da ideia central organizadora, preservando os pressupostos da análise multimodal ao mesmo tempo em que asseguram viabilidade analítica, comparabilidade entre as unidades e controle metodológico sobre o corpus.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE E RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da análise empírica dos enquadramentos mobilizados pelas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* na construção da imagem de Dilma Rousseff como uma figura monstruosa para a ordem política. A partir da observação sistemática das capas publicadas entre 2010 e 2016, identifica-se os principais sentidos acionados pela grande imprensa brasileira na representação da primeira mulher a ocupar a Presidência da República, bem como as continuidades e deslocamentos desses enquadramentos ao longo do tempo.

A análise está organizada em três movimentos complementares. No primeiro, examinam-se os três eixos de análise que compõem os enquadramentos predominantes ao longo de quatro períodos que correspondem a momentos-chave da trajetória política de Rousseff: (i) do ano eleitoral de 2010 até as jornadas de junho de 2013; (ii) do período posterior às jornadas até a vitória eleitoral de 2014; (iii) da reeleição até a abertura do processo de impeachment; e (iv) do afastamento da presidência até sua saída definitiva em 2016. Esse material é analisado de forma a agregar as produções das três revistas que são comentadas qualitativamente.

Embora produzidas em contextos específicos, as capas analisadas manifestam, de forma cumulativa, a construção de sentidos sobre a presença de Dilma Rousseff na arena política. Por meio da articulação entre imagem, texto e escolhas editoriais, constroem enquadramentos que não apenas incidem sobre a figura individual da presidenta, mas também contribuem para a reprodução de hierarquias de gênero e para a legitimação de processos de deslegitimação política no contexto brasileiro contemporâneo. No segundo momento, são analisados os tipos de monstruosidade política mobilizados pelas capas por revista, a partir das categorias construídas na pesquisa, com o apoio de exemplos empíricos que ilustram cada forma de anormalidade atribuída à figura da presidenta.

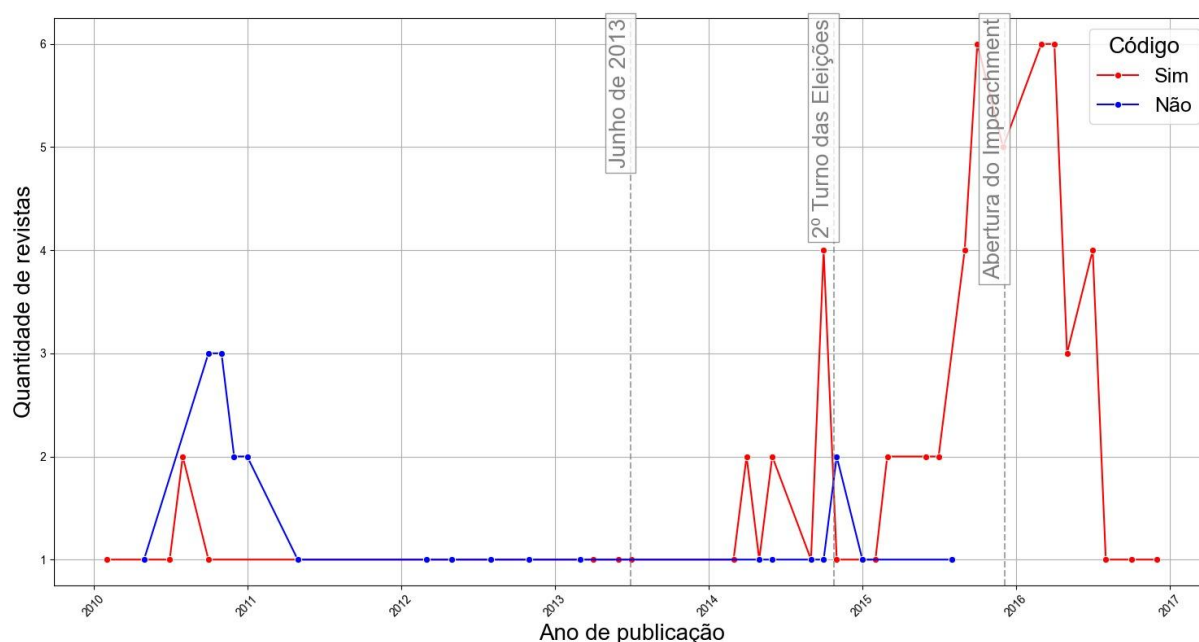
Por fim, o capítulo se dedica à análise do caráter de gênero desses enquadramentos, discutindo de que maneira determinadas representações acionam estereótipos, expectativas normativas e julgamentos historicamente associados às mulheres no poder.

4.1. O enquadramento ao longo dos quatro períodos analisados

A análise das capas das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* revela que os enquadramentos mobilizados na construção da imagem de Dilma Rousseff não se distribuem de forma homogênea ao longo do período analisado. Ao contrário, a presença e a intensidade das representações de monstrosidade variam conforme os contextos políticos, os momentos de maior instabilidade institucional e as disputas em torno da legitimidade do governo, assumindo configurações específicas ao longo do tempo e entre as diferentes publicações.

De modo geral, observa-se que a monstrosidade não opera como um enquadramento pontual ou episódico, mas como um recurso discursivo que se intensifica progressivamente em momentos-chave de crise política. Essa dinâmica é captada pela análise longitudinal do corpus, que permite identificar padrões de intensificação dos enquadramentos ao longo dos diferentes períodos.

Gráfico I. Presença de monstro/elementos de monstrosidade ao longo do tempo (por mês/ano)



Fonte: Elaboração própria (Python)

No período inicial, que se estende do ano eleitoral de 2010 até as jornadas de junho de 2013, observa-se uma presença mais irregular de enquadramentos monstruosos. As capas tendem a oscilar entre representações que questionam a capacidade política e administrativa de Dilma Rousseff e outras que ainda a vinculam ao legado do ex-presidente Lula. Nesse momento, a monstruosidade aparece de forma mais difusa, frequentemente associada à ideia de inadequação ao cargo ou de dependência política, sem que haja uma tipificação dominante claramente estabilizada.

A leitura dos gráficos evidencia que, nesse período, há uma incidência relativamente menor de capas negativas, bem como maior variação nos enquadramentos adotados pelas revistas. Visualmente, observam-se recorrentes capas com Dilma em close, sorrindo, com expressões faciais suaves e poses consideradas “meigas”, associadas a paletas de cores claras e a temas tratados como leves ou pouco politizados. A tipografia utilizada em algumas edições, com fontes cursivas ou visualmente mais delicadas, reforça essa construção simbólica.

Figura 15. IstoÉ, 12/05/2010



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Essas escolhas visuais e editoriais contribuem para uma representação feminilizada da presidenta, que dialoga com estereótipos tradicionais de gênero e

com uma imagem de governabilidade domesticada, pouco ameaçadora à ordem política estabelecida. Nesse sentido, a aceitação inicial de Dilma enquanto liderança parece estar condicionada, em parte, à sua adequação a um modelo de feminilidade socialmente inteligível e politicamente palatável. Ainda nesse período, nota-se certa ambivalência editorial entre as revistas. A *IstoÉ*, por exemplo, adota em 2010 um tom mais otimista em relação ao governo e, após a vitória eleitoral, publica uma edição especial inteiramente dedicada a Dilma Rousseff, com abordagem amplamente positiva. No entanto, logo após o primeiro turno, a revista estampa a capa “Campanha de Dilma sob suspeita”, sinalizando tensões internas e ambiguidades em seu posicionamento editorial.

A *Veja*, por sua vez, apresenta desde cedo enquadramentos mais agressivos, ainda que não plenamente estabilizados. Em 2010, José Serra também aparece em determinados momentos com enquadramentos negativos, como associado a “fantasmas” às vésperas do segundo turno, o que levanta questões analíticas sobre disputas internas no campo conservador e sobre as estratégias editoriais adotadas naquele contexto. No início de 2011, observa-se um esvaziamento do debate político mais substantivo, descrito nos registros de campo como um período de baixa densidade política. A primeira capa da *IstoÉ* em 2011 (Figura 16), por exemplo, é dedicada a Lula, e não a Dilma, indicando um deslocamento simbólico da presidenta e a persistência de sua associação ao ex-presidente.

Figura 16. IstoÉ, 05/01/2011

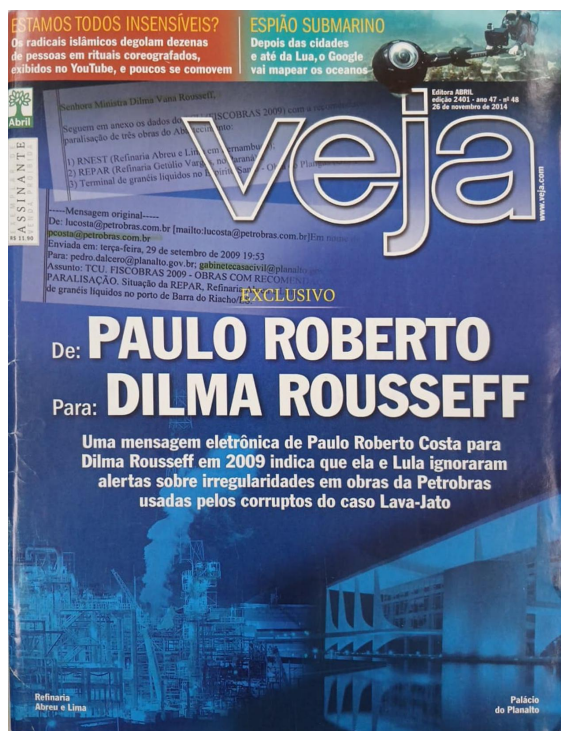


Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A partir das jornadas de junho de 2013, os enquadramentos com aspectos de monstruosidade tornam-se mais recorrentes e intensos. As revistas passam a acionar com maior frequência imagens e narrativas que constroem Dilma Rousseff como um problema político, enfatizando traços de ameaça à ordem, perda de controle e ruptura com expectativas normativas de liderança.

Esse movimento se aprofunda no contexto da campanha eleitoral de 2014, quando a disputa política se acirra e as capas passam a atuar de modo mais explícito na deslegitimação da presidenta, combinando elementos de crítica moral, política e simbólica. A narrativa eleitoral é progressivamente deslocada do campo da disputa programática para o campo da suspeição, da ameaça e da ilegitimidade.

Figura 17. Veja, 26/11/2014



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Figura 18. IstoÉ, 29/10/2014



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

No período posterior à vitória eleitoral de 2014, os enquadramentos mobilizados pelas revistas passaram a se concentrar de forma mais sistemática na deslegitimação da presidenta, ainda que o processo de impeachment não estivesse formalmente instaurado. Trata-se de um momento marcado pela intensificação do desgaste político, pela personalização da crise econômica e institucional e pela consolidação da narrativa de esgotamento do governo.

As capas desse período tendem a enfatizar a figura de Dilma Rousseff como uma governante isolada, pressionada e incapaz de sustentar legitimamente o poder conquistado nas urnas. A recorrência de títulos que destacam a perda progressiva de poder da presidente contribui para deslocar a disputa política para o campo da governabilidade, sugerindo que, embora formalmente eleita, a presidenta já não reuniria as condições simbólicas necessárias para exercer o cargo.

Nesse estágio, observa-se uma maior uniformização dos enquadramentos entre as revistas, com destaque para a consolidação da figura da déspota: uma

governante apresentada como centralizadora, pouco permeável ao diálogo e orientada prioritariamente pela manutenção do poder. Trata-se de uma monstruosidade que se manifesta sobretudo no registro da ilegitimidade política, associando Dilma à ameaça à estabilidade democrática, econômica ou institucional, ainda que sem recorrer de forma sistemática a marcadores de gênero explícitos.

Figura 19. Veja, 14/10/2015



Figura 20. Época, 13/06/2015



Figura 21. IstoÉ, 23/09/2015



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Esse período pode ser compreendido como uma fase de transição discursiva, na qual a presidenta é progressivamente deslocada da condição de vencedora legítima de uma eleição para a posição de problema político a ser resolvido. Os enquadramentos acionados nesse momento contribuem para a intensificação de um processo contínuo de desgaste e deslegitimação de sua imagem pública, por meio da reiterada associação entre crise, incapacidade e inadequação política.

A partir da abertura formal do processo de impeachment, os enquadramentos com elementos de monstruosidade atingem seu grau máximo de recorrência. Nesse período, as capas analisadas tendem a cristalizar imagens negativas, reduzindo a diversidade de enquadramentos e reiterando categorias já consolidadas ao longo dos anos anteriores.

As representações desse momento constroem a política como drama moral com desfecho anunciado. Dilma Rousseff passa a ser enquadrada como figura incompatível com a ordem política e jurídica, e sua permanência no cargo é

apresentada como o problema central a ser solucionado. O afastamento deixa de aparecer como possibilidade excepcional e passa a ser naturalizado como consequência lógica e necessária.

Figura 22. Época, 18/04/2016



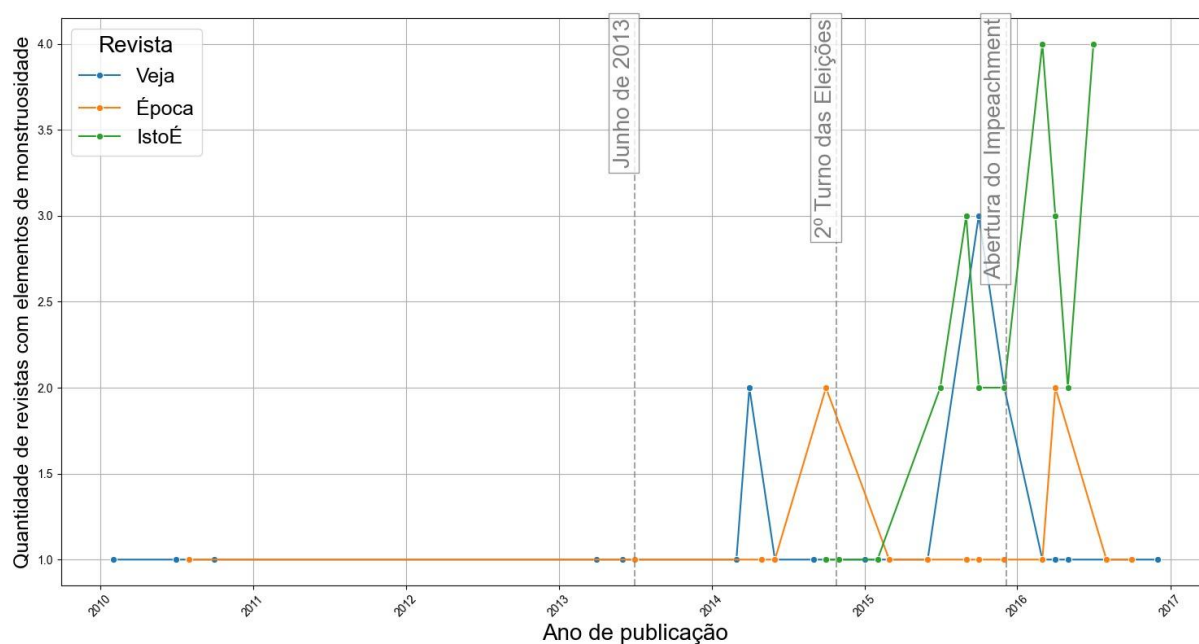
Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Visualmente e narrativamente, observa-se uma recorrência de imagens que sugerem retirada, isolamento e esvaziamento do poder. A presidenta é frequentemente representada sozinha, desvinculada de alianças e em posições que simbolizam desgaste, abandono ou exclusão (Figura 22). Esse padrão contribui para a construção de um corpo político descartável, cuja eliminação da cena pública aparece como etapa final de um processo já amplamente justificado.

Nesse estágio, a monstruosidade não depende mais da introdução de novos elementos discursivos. Sua eficácia reside justamente na repetição e na sedimentação dos enquadramentos anteriormente acionados, forjando um efeito cumulativo de deslegitimação. A política deixa de ser apresentada como espaço de conflito ou disputa e passa a ser narrada como processo de encerramento, no qual o impeachment figura como solução inevitável para a restauração da ordem.

Embora compartilhem tendências gerais, *Veja*, *Época* e *IstoÉ* apresentam diferenças na ênfase e na forma de mobilização desses enquadramentos. A *Veja* se destaca pela recorrência e pela intensidade das representações monstruosas ao longo de todo o período analisado. Já *Época* e *IstoÉ* alternam momentos de maior aderência a esse padrão com períodos de menor incidência ou de abordagens mais ambíguas.

Gráfico II. Presença de monstro/elementos de monstruosidade em cada revista ao longo dos anos (2010-2016)



Fonte: Elaboração própria (Python)

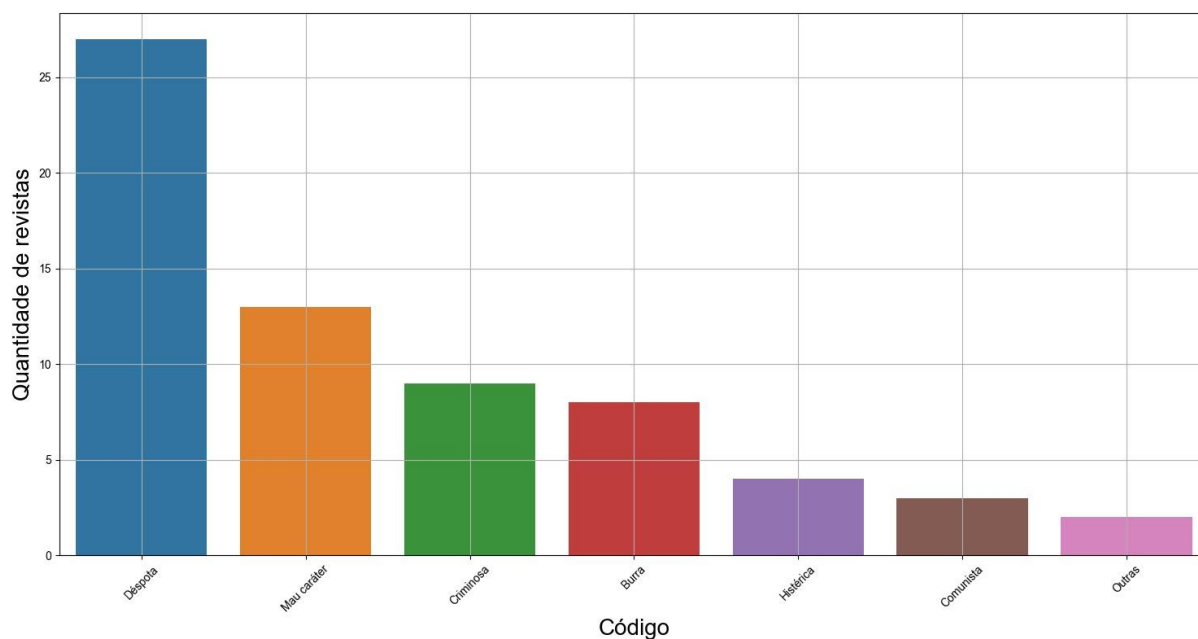
Essas diferenças não anulam a convergência discursiva entre as revistas, mas indicam ritmos diferenciados de intensificação da deslegitimação simbólica da imagem pública da presidenta. De modo geral, a análise temporal e comparativa evidencia que a monstruosidade atribuída a Dilma Rousseff é construída de forma progressiva e cumulativa, intensificando-se em momentos-chave de crise política. Esses enquadramentos não apenas interpretam os acontecimentos, mas contribuem para estabilizar sentidos sobre a legitimidade do exercício do poder, preparando o terreno simbólico para a mobilização das categorias específicas de anormalidade que serão examinadas na seção seguinte, bem como para a análise do atravessamento de gênero na construção dessas representações.

4.2 Quais tipos de monstros aparecem nas capas das revistas?

A partir da identificação da presença ou ausência de monstros/elementos de monstrosidade nas capas analisadas, esta seção se dedica a examinar os tipos de anormalidade mobilizados pela grande imprensa na construção da imagem de Dilma Rousseff. Parte-se do pressuposto de que a figura do monstro, conforme a tradição foucaultiana, não se define por uma essência fixa, mas por uma marca de desvio em relação a uma ordem considerada legítima, racional ou desejável. Nesse sentido, as monstrosidades identificadas não correspondem a categorias naturais, mas a tipos ideais analíticos, construídos a partir da recorrência de padrões narrativos, visuais e morais observados no corpus.

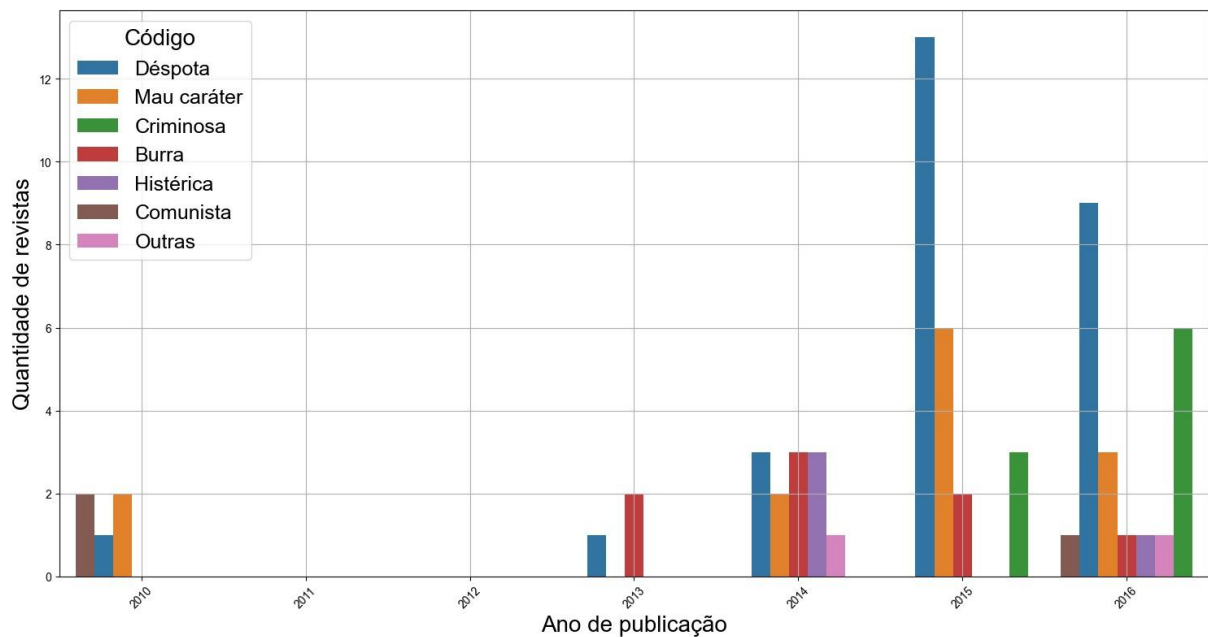
Assim, a análise permitiu identificar seis tipos principais de monstrosidade atribuídos a Dilma Rousseff nas capas das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*: a comunista, a criminosa, a déspota, a burra, a histérica e o mau caráter. Cada uma dessas categorias expressa uma forma específica de ameaça simbólica à ordem política, seja no plano ideológico, moral, institucional ou subjetivo, e opera por meio da articulação entre elementos textuais, imagéticos e editoriais. Embora esses tipos possam coexistir ou se sobrepor em determinadas capas, a separação analítica permite evidenciar os modos predominantes de construção do desvio acionados em diferentes momentos do período analisado.

Gráfico III. Total de códigos de anormalidade



Fonte: Elaboração própria (Python)

Gráfico IV. Códigos de anormalidade ao longo do tempo (por ano)



Fonte: Elaboração própria (Python)

A seguir, cada tipo de anormalidade será examinado a partir da análise detalhada de capas exemplares, selecionadas por sua capacidade de condensar os traços centrais do enquadramento em questão e organizadas em ordem decrescente de recorrência no corpus, do tipo mais frequente ao menos frequente. A escolha por trabalhar com casos ilustrativos não tem a pretensão de esgotar a diversidade de representações, mas de explicitar os mecanismos multimodais por meio dos quais a monstrosidade é produzida e estabilizada discursivamente. Essa abordagem possibilita compreender como diferentes formas de deslegitimação se articulam na construção de uma imagem pública que rompe com a representação de governabilidade legítima e prepara o terreno simbólico para formas específicas de exclusão política.

4.2.1 A “déspota”: a manutenção no poder como ameaça

Neste eixo analítico, a revista *Época* constrói Dilma Rousseff a partir de um enquadramento que se aproxima da figura do monstro político descrita por Michel Foucault, especificamente na chave do soberano cuja permanência no poder é construída discursivamente como ilegítima. Este é o enquadramento de maior incidência no corpus, associado à construção da permanência no poder como

ameaça. Diferentemente da imagem do tirano violento ou do governante autoritário no sentido clássico, o termo *déspota* é utilizado aqui em sentido analítico para designar a figura política cuja atuação passa a ser percebida como orientada por interesses próprios ou de um círculo restrito de aliados, configurando uma ruptura simbólica do pacto político. Não se trata, portanto, da presidenta como criminosa no sentido penal, mas da transformação de sua permanência no poder em problema político em si mesma.

Figura 23. 29/08/2016



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A capa publicada no dia do julgamento final do impeachment no Senado enfatiza menos os aspectos jurídicos do processo e mais a dimensão performática e estratégica da atuação de Dilma Rousseff. Ao afirmar que a presidenta “atua para as câmeras” e “interpreta um personagem que pode ajudar o PT em 2018”, a revista desloca o foco do julgamento institucional para a suspeita de que sua defesa não estaria orientada pela legalidade ou pela responsabilidade republicana, mas por cálculos políticos e interesses futuros. Nesse enquadramento, a manutenção no poder, ou mesmo a insistência em se defender publicamente, é apresentada como motivação central de sua conduta.

Esse enquadramento dialoga diretamente com a figura foucaultiana do déspota, entendida não como soberano sanguinário, mas como governante que rompe o pacto social ao deixar de representar a coletividade e passar a agir em função de si próprio. Em *Os Anormais*, Foucault demonstra que o monstro político emerge quando o exercício do poder deixa de ser percebido como expressão do interesse comum e passa a ser interpretado como estratégia pessoal. É esse imaginário que a capa mobiliza ao sugerir que Dilma instrumentaliza o julgamento, o Senado e sua própria imagem pública como parte de uma encenação estratégica.

A distinção em relação à figura da criminosa é fundamental para a análise. Quando a revista aciona categorias como “crime”, “corrupção” ou “ilegalidade”, recorre a um imaginário do desvio penal comum, no qual a infração é individual e juridicamente tipificada. No caso da déspota, ao contrário, o problema não é a violação específica da lei, mas a ilegitimidade simbólica do exercício do poder. Dilma Rousseff é apresentada como alguém que permanece no centro da cena política apesar de já não merecer ocupar esse lugar, convertendo sua insistência em governar, ou em disputar a narrativa do impeachment, em evidência de uma ruptura mais profunda com a ordem política.

A dimensão de gênero intensifica essa construção. A atuação política da presidenta é enquadrada como interpretação, o que desqualifica sua fala e sua presença pública ao associá-las à dissimulação, à artificialidade e à manipulação. Assim como no caso de Maria Antonieta, a mulher no poder não é apenas acusada de governar mal, mas de ocupar indevidamente o lugar do poder. Sua permanência passa a ser lida como excesso, e não como direito político, transformando o exercício da soberania feminina em sinal de desordem.

Dessa forma, a figura da déspota permite compreender um tipo específico de monstrosidade política que não depende da criminalização explícita, mas da construção discursiva da permanência no poder como ameaça. Ao sugerir que Dilma Rousseff governa em função de si mesma, de seus aliados e do futuro do partido, a revista reforça a ideia de que sua exclusão não seria resultado de uma disputa política legítima, mas uma necessidade para a restauração da ordem institucional. Nesse enquadramento, a destituição aparece menos como decisão política e mais como correção simbólica de um desvio.

4.2.2 A “mau caráter”: a moralização da conduta

Nesta categoria analítica, Dilma Rousseff é enquadrada como moralmente desviante, sobretudo por meio da associação recorrente à mentira, à dissimulação e à falta de confiabilidade. Diferentemente das figuras da criminosa e da déspota, o enquadramento do mau caráter desloca o julgamento para o plano da ética individual. O problema central não é a violação da lei nem a ruptura explícita do pacto político, mas a qualidade moral da pessoa que governa. Ao insistir na representação de Dilma como mentirosa, as capas transferem o foco da avaliação das decisões políticas para a credibilidade subjetiva da governante, sugerindo que a mentira constitui um traço estável de sua personalidade.

Figura 24. IstoÉ 16/09/2015



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

Esse tipo de enquadramento é particularmente significativo à luz da reflexão foucaultiana sobre o anormal. No poder moderno, a monstruosidade não precisa se manifestar por meio de transgressões espetaculares; basta a produção de uma

suspeita contínua sobre a conduta do sujeito. A mentira funciona, nesse contexto, como marcador privilegiado da anormalidade, pois autoriza a vigilância permanente: se o sujeito mente, tudo o que diz torna-se potencialmente falso, e toda ação passa a exigir interpretação, controle e correção. A governante deixa de ser avaliada por seus atos políticos e passa a ser observada como caráter a ser julgado.

A capa da revista *IstoÉ*, publicada em 16 de setembro de 2015, constitui um exemplo particularmente expressivo dessa categoria, ao estruturar a deslegitimação de Dilma Rousseff a partir da associação entre mentira, dissimulação e manipulação. Diferentemente de capas que recorrem à fotografia para sugerir inadequação ou rigidez, esta opta pela caricatura grotesca, abandonando qualquer pretensão de realismo e deslocando a presidenta para o registro do monstro clássico, reconhecível pela deformidade e pela anormalidade visual.

No plano da representação visual, Dilma é figurada como um boneco inflável inspirado no pixuleco, com traços exagerados e deformados. Destaca-se o nariz alongado, referência direta ao imaginário de Pinóquio e à associação simbólica entre mentira e desvio moral. A expressão facial ambígua, situada entre um sorriso torto e o constrangimento, reforça a ideia de falsidade e dissimulação. O corpo manchado de preto, materializa nas manchas de tinta a rejeição popular. O fundo amarelo intenso, frequentemente associado a alerta e perigo, intensifica a leitura de ameaça, enquanto o figurino vermelho e a faixa presidencial rasgada se destacam como dispositivos de deslegitimação simbólica do cargo. Neste enquadramento, Dilma deixa de figurar como sujeito político e passa a ser reduzida a objeto grotesco, passível de escárnio.

No eixo narrativo, a capa organiza sua história em torno da ideia de que a mentira constitui um traço central e definidor da personagem. A manchete “As mentiras de Dilma e o reino do pixuleco arrasam o país” não apresenta a mentira como prática circunstancial ou disputa interpretativa, mas como atributo constitutivo de sua atuação política. A expressão “reino do pixuleco” constrói um universo narrativo próprio, quase fabular, no qual a presidenta surge como regente de um mundo moralmente invertido, sustentado pela farsa. A crise política e econômica é, assim, simplificada e personalizada, sendo atribuída diretamente à personagem, o que converte processos complexos em falha ética individual.

No plano do enquadramento noticioso, o frame do mau caráter é mobilizado de forma explícita. O problema não é definido como crise econômica ou instabilidade institucional, mas como a presença de uma governante que mente. O diagnóstico das causas concentra-se na suposta dissimulação e no engano deliberado, enquanto os julgamentos morais apresentam Dilma como moralmente indigna do cargo que ocupa. A recomendação de tratamento, ainda que implícita, emerge da própria construção visual e narrativa: ao associar a presidenta a um boneco grotesco e ridicularizável, a capa naturaliza a rejeição pública como resposta social adequada.

Dessa forma, a monstrosidade política construída nessa capa opera pela convergência entre deformação visual, narrativa moralizante e enquadramento acusatório. Dilma Rousseff é apresentada como um monstro do engano, cuja aparência caricatural traduz uma suposta deformação ética. A mentira deixa de ser um ato passível de contestação e passa a ser apresentada como essência da personagem, legitimando sua desumanização e reforçando a leitura de que sua permanência no poder representa uma ameaça à ordem política e moral. A figura do mau caráter não rompe abertamente o pacto social, mas o corrói por dentro: a governante não é apresentada como inimiga da ordem, mas como alguém incapaz de sustentar a confiança mínima necessária ao exercício do poder.

Quando articulada à dimensão de gênero, essa categoria adquire contornos específicos. A associação entre mentira, dissimulação e manipulação constitui elemento recorrente do imaginário moral que incide sobre as mulheres. Na figura da bruxa, essa associação se materializa na ideia da vilã ardilosa, cuja palavra é suspeita e cuja conduta não inspira confiança. No caso de Dilma Rousseff, a insistência na mentira reforça a noção de que uma mulher no poder seria intrinsecamente menos confiável, atualizando estereótipos de gênero historicamente mobilizados para deslegitimar a autoridade feminina.

O enquadramento do 'mau caráter', centrado na mentira e na dissimulação, reativa o mito clássico da Medusa: a figura feminina que atrai pelo olhar/discurso para depois trair ou petrificar. Como aponta Mauro Porto, esse tipo de representação coloca a mulher em um 'double-bind': se ela é firme, é mau caráter/ardilosa; se é dócil, é incapaz. Ao transformar a estratégia política em falha moral individual, a

revista IstoÉ aciona uma “imagem de controle” (Hill- Collins, 2019.) que associa a autonomia feminina à vilania, retirando de Dilma a legitimidade da voz e reduzindo sua biografia a um caráter essencialmente suspeito.

Além disso, é importante destacar que a construção da monstruosidade no jornalismo político brasileiro não se restringe à produção de uma ameaça sombria, mas opera frequentemente através da estética do deboche e do escárnio. Os monstros produzidos pela imprensa são, com frequência, figuras risíveis, utilizando o recurso típico do humor para desumanizar o adversário e retirar-lhe a dignidade política. Além de ridicularizar, esse humor mobiliza um conjunto de sentimentos morais, como asco, nojo, contrariedade e, em alguns casos, pena, que operam na construção da imagem pública da ex-presidenta. Assim, o riso provocado por capas como esta (Figura 24) não é neutro; ele funciona como um mecanismo de correção simbólica que pune a mulher que transgride o espaço do poder, utilizando a sátira para reafirmar que aquele corpo é um estrangeiro (*outsider*) no campo político.

4.2.3 A “criminosa”: o sujeito reificado no ato

Nesta categoria analítica, Dilma Rousseff é enquadrada pela grande imprensa como criminosa, isto é, como sujeito cuja atuação política é interpretada a partir do imaginário do crime comum, da ilegalidade e da infração penal. Diferentemente da figura da déspota, associada à ruptura simbólica do pacto político e à ilegitimidade da permanência no poder, a criminosa é construída por meio de um léxico jurídico-penal que remete diretamente ao ato delituoso, à transgressão da lei e à punição como forma de correção. O foco recai sobre signos como “crime”, “prisão”, “corrupção” e “propina”, que individualizam a responsabilidade e tendem a obscurecer a dimensão estrutural, institucional e política do conflito.

Figura 25. IstoÉ 30/03/2016



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A capa exemplificativa desse enquadramento apresenta Dilma Rousseff em retrato individual, em plano fechado, sem a presença de outros atores políticos ou referências institucionais. A fotografia é em preto e branco, com fundo escuro e homogêneo. A presidenta aparece com o olhar voltado para baixo, expressão facial séria e postura rígida, compondo uma imagem visualmente austera e solitária.

No nível semiótico-estilístico, o uso do *close* intensifica a personalização da narrativa, deslocando o foco da esfera institucional para o corpo da presidenta. A opção pelo preto e branco e pela iluminação contrastada acentua os traços faciais e constrói um efeito de gravidade e sobriedade. A ausência de contato visual e de expressividade emocional reforça a construção de distanciamento e isolamento simbólico. Em nível conotativo, a imagem sustenta uma leitura de individualização da responsabilidade política, ao representar Dilma como figura isolada e desvinculada do exercício coletivo do governo.

A capa apresenta alto grau de narratividade, estruturada em torno de uma lógica acusatória. A manchete “Os 7 crimes de Dilma” organiza o conteúdo como

uma enumeração penal, sugerindo recorrência, sistematicidade e gravidade das acusações. A linha de apoio detalha os supostos crimes atribuídos à presidenta, reforçando a ideia de acúmulo de ilegalidades. A narrativa é fortemente personalizada: Dilma é apresentada como agente central das ações descritas, enquanto outros atores aparecem apenas como instâncias de acusação ou validação institucional. O papel narrativo atribuído à presidenta é o de vilã, responsável direta e consciente pelos fatos narrados.

No enquadramento noticioso, o problema é definido como a existência de crimes cometidos pela presidenta da República. O diagnóstico das causas é individualizado na figura de Dilma Rousseff, com mínima contextualização política ou estrutural. Os julgamentos morais são explicitados por meio da linguagem penal e da oposição entre a negativa da presidenta e a suposta existência de provas por parte das instituições. A recomendação de tratamento, ainda que implícita, aponta para a legitimidade do impeachment como resposta adequada ao problema apresentado, apresentado menos como decisão política e mais como consequência jurídica inevitável.

Ainda que muitas das acusações mobilizadas não se sustentem plenamente no plano jurídico, o uso reiterado do léxico penal atua como mecanismo eficaz de deslegitimação simbólica. Ao deslocar o debate público da arena política para o campo da penalização moral e jurídica, a presidenta deixa de ser adversária política e passa a ocupar o lugar de suspeita permanente. Nesse sentido, a figura da criminosa é politicamente funcional porque normaliza a punição, enquadrando o impeachment como resposta jurídica previsível, necessária e desejável, e não como resultado de uma disputa política situada historicamente.

4.2.4 A “burra”: a sátira como forma de deslegitimação

A capa da revista *Veja*, publicada em 18 de março de 2015, apresenta uma caricatura de Dilma Rousseff com os olhos vendados pela própria faixa presidencial, sem qualquer texto verbal de apoio. O silêncio da capa, assim como o isolamento da figura, tratamento visual recorrente em diversas edições dedicadas à ex-presidenta, constrói a imagem de uma liderança solitária e incapaz de perceber a realidade que

a cerca. A ausência de palavras desloca integralmente para o plano visual a produção de sentido, intensificando o efeito simbólico da representação.

Figura 26. Veja 27/09/2006



Figura 27. Veja 18/03/2015



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A charge remete diretamente à capa publicada pela mesma revista em 27 de setembro de 2006, às vésperas da reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em meio ao escândalo do mensalão. A retomada do mesmo estilo gráfico não aparece apenas como referência estética, mas como estratégia discursiva de continuidade, sugerindo que a incompetência e a cegueira política constituem marcas estruturais dos governos petistas, segundo o enquadramento da publicação.

No plano multimodal, a venda produzida pela faixa presidencial funciona como metáfora visual da alienação cognitiva. Ao transformar o principal símbolo institucional do cargo em instrumento de cegueira, a capa sugere que o próprio exercício do poder é aquilo que impede a presidenta de ver, compreender e governar. A caricatura, enquanto recurso gráfico, reforça esse enquadramento ao exagerar traços e reduzir a figura presidencial a um tipo satírico, aproximando-a da ignorância e da incapacidade intelectual. Constrói-se, assim, uma forma específica de monstruosidade: a monstruosidade cognitiva, na qual Dilma Rousseff é figurada

como alguém que não percebe a realidade objetiva, não aprende com os erros e não reage de maneira racional à crise política.

Embora o editorial da edição afirme que “existem alternativas antes de uma medida mais radical”, introduzindo o tema de modo aparentemente moderado, as matérias que compõem a revista caminham em sentido oposto. A seção intitulada “As saídas de Dilma”, além da ironia explícita do título, enumera cinco possíveis desfechos para a crise política, incluindo a renúncia e o impeachment. A própria organização da matéria sugere um cerco progressivo, no qual as alternativas institucionais são apresentadas como frágeis ou fadadas ao fracasso. A linha de apoio da matéria de capa estabelece ainda uma comparação direta entre Rousseff e Fernando Collor, insinuando que a ex-presidenta poderia ter o mesmo destino, antecipando simbolicamente sua queda.

Esse enquadramento é reforçado pela matéria “Até ela fala naquilo”, que atribui à própria Dilma Rousseff o reconhecimento tácito da possibilidade de impeachment, sugerindo que sua permanência no cargo se daria mais por inércia do que por legitimidade política. Ao colocar a presidenta como alguém que verbaliza, ainda que defensivamente, o tema de sua destituição, a revista antecipa narrativamente um desfecho que passa a ser apresentado como inevitável. A charge que a retrata cavando um buraco em formato do mapa do Brasil aprofunda esse movimento, ao apresentá-la não apenas como incapaz, mas como responsável direta pelo colapso nacional. O gesto de cavar sugere ação deliberada, enquanto a expressão facial de zombaria intensifica o efeito de desmoralização, reforçando a ideia de que Rousseff age contra o país de maneira consciente, inconsequente ou irresponsável.

Diferentemente da capa da revista *Época*, que investe na criminalização ideológica a partir do passado de Dilma Rousseff, *Veja* constrói sua imagem monstruosa prioritariamente por meio da incompetência e do colapso administrativo. A ameaça atribuída à ex-presidenta deixa de ser ideológica e passa a ser institucional: não se trata do perigo do comunismo ou da subversão, mas da incapacidade cognitiva e gerencial de quem ocupa o cargo máximo do Executivo. Nesse enquadramento, a correção simbólica sugerida não se dá pela punição jurídico-legal, mas pela ridicularização sistemática e pela desqualificação pública. A

sátira, portanto, não funciona apenas como recurso retórico, mas como forma de tratamento político, naturalizando a exclusão simbólica da presidenta do espaço legítimo de poder.

Essa narrativa dialoga diretamente com estereótipos historicamente associados às mulheres na política, reafirmando a ideia de inadequação feminina à esfera do poder. Dilma Rousseff é enquadrada como irracional, ignorante e incapaz de lidar com situações de crise, atualizando representações que vinculam o feminino à desordem e à falta de controle. No âmbito da violência política contra as mulheres, esse enquadramento ultrapassa o plano estritamente simbólico, ao impactar a percepção pública sobre a legitimidade de sua atuação e ao sugerir, de forma recorrente, a necessidade de tutela institucional ou substituição de sua liderança.

É necessário notar que, embora a capa da Dilma vendada (Figura 27) seja uma alusão direta à de Lula (Figura 26), sugerindo uma motivação puramente antipetista, o discurso de gênero se manifesta na assimetria da inteligibilidade. Enquanto em Lula a venda aponta para a “corrupção” (o não querer ver o crime), em Dilma ela é articulada ao enquadramento da “burra” e da “inepta”. A monstruosidade aqui é cognitiva: utiliza-se o estereótipo da incapacidade feminina para justificar a necessidade de uma tutela masculina, transformando o erro administrativo em uma marca de inadequação biológica ao cargo.

A capa, assim, consolida a figura da presidenta “burra”: aquela que não vê, não compreende e não governa. A resposta apresentada como necessária a essa ameaça não é o debate democrático ou a mediação política, mas a tutela institucional e a ridicularização pública, que funcionam como mecanismos centrais de deslegitimação e exclusão simbólica do poder político.

4.2.5 A “histórica”: o irracionalidade como ameaça

A capa da revista *IstoÉ*, publicada em 6 de abril de 2016, apresenta a manchete “As explosões nervosas da presidente”, acompanhada por uma imagem de Dilma Rousseff com a boca aberta, como se estivesse gritando. A fotografia foi capturada durante a comemoração de um gol na Copa do Mundo de 2014, mas, ao ser retirada de seu contexto original e reinscrita em uma narrativa de crise política, é ressignificada para produzir um enquadramento específico: o da mulher histórica.

Essa operação é central para a análise multimodal, pois evidencia como a articulação entre imagem e texto desloca o sentido da cena e constrói uma leitura patologizante da liderança feminina.

Figura 28. 06/04/2016



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

No plano da representação visual, a opção por um recorte fechado do rosto da presidenta, que ocupa praticamente toda a capa, intensifica a leitura emocional da imagem. A boca aberta, os traços tensionados e a ausência de qualquer elemento contextual engendram um efeito de descontrole e agressividade. O gesto, originalmente vinculado a uma manifestação coletiva de alegria, é reinterpretado como grito, explosão e fúria. Essa recontextualização visual sugere reações impulsivas ou animalizadas, aproximando a figura da presidenta de um corpo fora de controle, incompatível com a racionalidade socialmente esperada do exercício do poder político.

No plano narrativo, a manchete e os textos de apoio organizam uma sequência de ações que reforça essa leitura. A capa afirma que, diante da iminência do afastamento, Dilma Rousseff estaria “completamente fora de si”, “quebrando móveis”, “gritando com subordinados”, “xingando autoridades” e “atacando poderes

constituídos”. A narrativa não se estrutura em torno de decisões políticas ou conflitos institucionais, mas de episódios supostamente íntimos e emocionais, convertendo a política em drama psicológico. Nesse processo, a presidenta deixa de ser apresentada como agente político racional e passa a ser construída como risco emocional à ordem institucional.

Esse enquadramento é aprofundado na matéria de capa intitulada “Uma presidente fora de si”, que traz uma fotografia de duas páginas de Dilma Rousseff caminhando pelo Palácio do Planalto com os braços erguidos, gesto interpretado como irritação ou desprezo. A legenda afirma que a presidenta estaria utilizando calmantes, os quais já não surtiriam efeito, segundo fontes da revista. O subtítulo reforça essa leitura ao afirmar que a iminência do afastamento teria feito com que Dilma “perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. A medicalização do comportamento opera, nesse contexto, como estratégia clássica de deslegitimação de mulheres no poder, ao transformar conflito político em distúrbio psíquico.

A recorrência da solidão como elemento narrativo, sintetizada na legenda “Cada vez mais só”, funciona como forma de tratamento simbólico para a monstruosidade construída. O isolamento aparece como resposta necessária à ameaça representada por uma mulher percebida como emocionalmente instável. Trata-se de um mecanismo recorrente na representação de mulheres consideradas desviantes: ao serem isoladas, tornam-se politicamente descartáveis. A solidão, nesse caso, não é descritiva, mas punitiva, marcando a separação entre a presidenta e o corpo político legítimo.

A matéria estabelece ainda uma analogia explícita com Maria I de Portugal, conhecida como “Maria, a Louca”, primeira mulher a ocupar o trono português e brasileiro. Ao evocar essa figura histórica, a revista insere Dilma Rousseff em uma linhagem simbólica de mulheres no poder cuja racionalidade é questionada em contextos de crise. Segundo a narrativa mobilizada, a pressão do cargo agravaria tendências patológicas preexistentes, reforçando a ideia de que o exercício do poder seria excessivo para corpos femininos. Essa associação reatualiza um imaginário de gênero historicamente marcado pela patologização da liderança feminina.

Do ponto de vista da violência política de gênero, o enquadramento mobilizado pela *IstoÉ* pode ser associado à dimensão moral e psicológica, uma vez que gera efeitos simbólicos capazes de impactar a legitimidade pública, a autoestima e a estabilidade emocional da mulher líder (Matos; Costa; Gonçalves, 2024). Ao sugerir que a presidenta teria perdido as “condições emocionais” para governar, a revista desloca o debate político para o campo da sanidade, naturalizando a exclusão como resposta racional e necessária.

O editorial “Hora da xepa no Planalto” reforça essa lógica de deslegitimação ao afirmar que Dilma Rousseff teria transferido informalmente o poder ao ex-presidente Lula, descrito como seu “padrinho político”. Neste enquadramento, ela não aparece como sujeito autônomo, mas como figura tutelada, ocupando o cargo por delegação masculina. A metáfora da “xepa” — associada ao que perdeu valor e deve ser descartado — sinaliza simbolicamente o esgotamento de sua permanência no poder. Soma-se a isso a afirmação de que o Palácio do Planalto teria se tornado uma “casa de tolerância”, sexualizando o espaço político e acionando estereótipos historicamente utilizados para a desmoralização de mulheres públicas. Trata-se de uma forma de violência de cunho sexual, entendida como “expressão de abuso de poder que implica a supremacia masculina sobre as mulheres, desqualificando-as e concebendo-as como objeto” (Matos; Costa; Gonçalves, 2024, p. 17).

A representação da 'histérica' (Figura 28) é o ponto onde a violência política de gênero deixa de ser residual para se tornar o eixo central do enquadramento. Ao converter uma imagem de celebração pública em um surto de descontrole, a mídia opera o que Birolí define como a confirmação do pertencimento diferenciado. A “histeria” funciona como um dispositivo de exclusão que sinaliza que o temperamento feminino é incompatível com o fardo da Presidência, rebaixando o conflito institucional ao nível do distúrbio psíquico privado. É uma estratégia discursiva de desumanização que retira Dilma da esfera da sanidade política.

Diferentemente das capas de *Época* e *Veja*, que constroem a monstrosidade de Dilma Rousseff a partir da ideologia e da competência administrativa, respectivamente, a *IstoÉ* mobiliza o imaginário da loucura como fundamento para a exclusão política. A monstrosidade não se ancora em decisões de governo ou projetos políticos, mas na própria presença de uma mulher no poder, apresentada

como emocionalmente descontrolada. Nesse enquadramento, a irracionalidade feminina é convertida em ameaça à democracia, reforçando a ideia de que o corpo feminino, quando ocupa posições de comando, torna-se signo de crise, desordem e instabilidade institucional.

4.2.6 A “comunista”: o passado como ameaça ideológica

A capa da revista Época, publicada em 16 de agosto de 2010, um dia antes do início da propaganda eleitoral gratuita, apresenta uma fotografia em preto e branco de Dilma Rousseff aos 22 anos, retirada de seu fichamento policial durante a ditadura militar. A imagem é acompanhada da manchete “O passado de Dilma” e da linha de apoio “Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta armada contra o regime militar”. A articulação entre imagem e texto sugere a revelação de um segredo obscuro e ideologicamente comprometedor, mobilizando um repertório simbólico associado à clandestinidade, à subversão e à ameaça política.

Figura 29. Época, 16/08/2010



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A escolha da imagem de fichamento policial funciona como um dispositivo de sujeição criminal (Misse, 2010), reinscrevendo Dilma Rousseff no lugar simbólico da

criminalidade política. Não se trata apenas de remeter a um episódio histórico específico, mas de essencializar: a militância contra a ditadura deixa de ser apresentada como prática de resistência e passa a funcionar como traço permanente de identidade. O uso do preto e branco reforça a leitura de um passado sombrio e fixa a personagem em uma temporalidade marcada pela ilegalidade, deslocando sua trajetória do campo da política para o da ameaça à ordem democrática.

Nesse sentido, observa-se que a figura do “comunista” é construída não a partir de ações situadas historicamente, mas como uma categoria moral durável. O sujeito não é apresentado como alguém que atuou em determinado contexto repressivo, mas como alguém essencialmente marcado por uma ideologia considerada perigosa. Essa marca acompanha a personagem e a transforma, aos olhos do leitor, em risco latente à estabilidade política. Dilma Rousseff é, assim, apresentada como alguém cuja origem política seria incompatível com os valores democráticos, justificando a necessidade de vigilância contínua sobre sua atuação no espaço público.

Essa construção dialoga com a tipologia de monstros políticos descrita por Foucault (2001), que identifica duas faces do desvio político: o déspota que rompe o pacto social pelo abuso de poder e aquele que se insurge contra a autoridade soberana. É neste segundo polo que se inscrevem os militantes e revolucionários, representados como figuras perigosas cuja existência ameaça a estabilidade da ordem. Ao reinscrever Dilma Rousseff neste lugar simbólico, a capa aciona a figura do inimigo interno, cuja presença no jogo democrático é tratada como um problema em si.

No plano narrativo, a matéria principal reforça esse enquadramento por meio de uma estratégia de acumulação. A trajetória de Dilma é organizada como uma sequência de transgressões: militância em organizações clandestinas, uso de nomes falsos, circulação constante entre estados, transporte de armas, aprendizado do uso de armamento, prisão e condenação. A enumeração desses episódios produz um efeito de excepcionalidade negativa, sintetizado na afirmação de que a candidata teria vivido “mais experiências do que a maior parte das pessoas terá em toda vida” (Loyola; Silva; Rocha, 2010, p. 36). O resultado é a construção de uma

biografia marcada pela radicalidade, distante do cidadão comum e incompatível com a normalidade democrática.

A atribuição de papéis narrativos é central nesse processo. O silêncio de Dilma Rousseff sobre o período da ditadura é interpretado como indício de vergonha ou dissimulação, e não como possível consequência do trauma da prisão e da tortura. Esse enquadramento é reforçado pelo editorial da edição, que compara a trajetória da candidata à de José Serra (PSDB), cuja resistência ao regime por meio do exílio é apresentada como mais “legítima”. Ao destacar que Serra “não cansa de contar sua história”, enquanto Dilma evitaria falar da própria, a revista estabelece uma hierarquia moral entre formas de oposição à ditadura, desqualificando a luta armada e, por extensão, a figura da militante comunista.

A deslegitimação política é atravessada, ainda, por marcadores de gênero. O destaque ao depoimento de uma ex-companheira de cela, que afirma que Dilma “não tinha nenhum talento na cozinha”, desloca a avaliação da esfera política para o plano da moral privada e da adequação doméstica. Esse recurso mobiliza estereótipos tradicionais de gênero para reforçar o julgamento moral da candidata, operando como forma de violência política simbólica (Biroli, 2017). Trata-se da naturalização de uma cultura dominante de gênero, raça e sexualidade, marcada pela prevalência de hierarquias patriarcais, racistas e heteronormativas (Matos; Costa; Gonçalves, 2024, p. 14).

No enquadramento da “comunista”, a monstrosidade ideológica é indissociável de uma anormalidade de gênero, na qual a subversão política é lida como uma renúncia à domesticidade esperada. Ao resgatar o passado de militância de Dilma (Figura 29), a revista *Época* não apenas aponta um risco à ordem institucional, mas constrói a imagem de uma mulher indomesticável, cujo desvio se manifesta na esfera privada. O destaque dado ao depoimento de que ela “não tinha talento na cozinha” revela como a violência política de gênero opera como mecanismo de correção: a desqualificação da biografia política passa pela sanção de sua inadequação ao lar. Assim, o impacto simbólico desse enquadramento reside em sugerir que a quebra de expectativas domésticas na juventude prefigurava a ameaça pública que Dilma representaria no futuro, reafirmando a normatividade de

que o exercício do poder por mulheres é inseparável de sua vigilância no âmbito privado.

No plano do enquadramento noticioso, o problema não é definido como a violência do regime ditatorial ou o contexto histórico da repressão, mas como o passado ideológico de Dilma Rousseff. As causas da crise de legitimidade são personalizadas em sua adesão à luta armada e ao marxismo, apresentados como sinais de uma ameaça à ordem democrática. Os julgamentos morais reforçam a ideia de que essa origem política torna a candidata incompatível com o exercício legítimo do poder.

A correção proposta por esse enquadramento é de natureza jurídico-legal. Embora a revista reconheça a ditadura como o período “mais sombrio da história recente do Brasil”, não problematiza a legalidade da prisão de Rousseff, mas a reafirma, ao destacar que ela teria sido “denunciada por chefiar greve e assessorar assaltos a bancos”. O passado repressivo do Estado é deslocado para segundo plano, enquanto a militância comunista é convertida no principal elemento de deslegitimação política.

É relevante destacar que essa edição foi publicada antes do início da propaganda eleitoral gratuita, quando Dilma Rousseff ainda era apenas candidata à Presidência da República. Isso indica que o processo de deslegitimação antecede seu governo e não se restringe à avaliação de desempenho administrativo. Trata-se de um esforço antecipado de desmoralização, que recorre a estratégias simbólicas para interditar sua presença no espaço político.

Assim, a capa da *Época* de agosto de 2010 inaugura um enquadramento que associa Dilma Rousseff à figura da comunista como anormal política. Nesse momento, a monstruosidade ainda não se manifesta como descontrole emocional ou incapacidade governamental, mas como ameaça ideológica latente, ancorada em uma biografia considerada desviante dos padrões legítimos do poder. O tratamento proposto não é a exclusão direta, mas a vigilância e a exigência de normalização, indicando que o processo de monstrificação antecede e prepara as etapas posteriores de deslegitimação política.

A análise dos diferentes tipos de anormalidade mobilizados pelas capas das revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* demonstra que a deslegitimação de Dilma Rousseff se constrói por meio de um repertório variado de enquadramentos, acionados conforme os contextos políticos e editoriais. As figuras da comunista, da burra, da histérica, da criminosa e da mau caráter coexistem com representações em que Dilma é tratada como estadista e agente central da cena política, sendo a categoria da déspota aquela que aparece com maior recorrência ao longo do corpus. Isso indica que a política não é apagada dessas representações; ao contrário, ela permanece como eixo estruturante da crítica midiática, ainda que frequentemente deslocada para registros morais, cognitivos ou simbólicos.

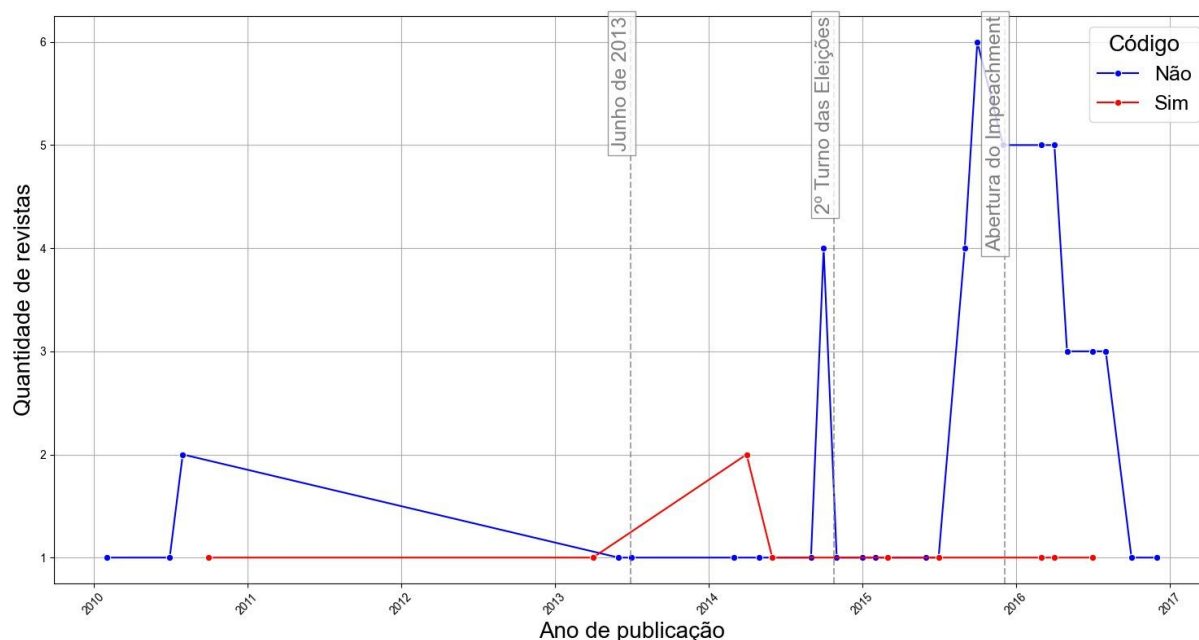
As categorias analisadas não funcionam como rótulos fixos, mas como modos de leitura que produzem diferentes diagnósticos sobre a legitimidade do exercício do poder e distintas expectativas de correção, jurídicas, institucionais ou simbólicas. Nesse sentido, a noção de anormalidade funciona menos como essência do sujeito e mais como dispositivo discursivo que tensiona os limites do que é considerado aceitável no campo político. Na seção seguinte, examina-se como esses enquadramentos, ainda que predominantemente políticos, se desdobram quando atravessados pela dimensão de gênero, sem pressupor sua centralidade absoluta, mas observando como ela emerge de forma situada e estratégica nas representações analisadas.

4.3 O gênero nas capas das revistas: a mulher na política como anormal

A análise dos tipos de anormalidade evidencia que os enquadramentos mobilizados pela grande imprensa não se organizam exclusivamente a partir do gênero, mas o acionam de forma recorrente e estratégica. Nesta seção, o gênero é tratado não como chave explicativa única, mas como dimensão transversal que atravessa os enquadramentos políticos, ora operando como expectativa normativa, ora como critério de desqualificação. As capas analisadas indicam que a presença de uma mulher no exercício do poder não é rejeitada de maneira imediata ou homogênea; ao contrário, ela é inicialmente enquadrada de forma positiva quando se ajusta a modelos feminilizados considerados aceitáveis. Na medida em que o governo avança e os conflitos políticos se intensificam, esses mesmos marcadores

de gênero passam a funcionar como instrumentos de crítica, correção e deslegitimação.

Gráfico V. Enquadramentos generificados ao longo do tempo (por mês/ano)



Fonte: Elaboração própria (Python)

Na capa da *IstoÉ* publicada logo após a eleição de Dilma em 2010 (Figura 10), o enquadramento positivo parece estar associado ao seu caráter feminilizado, o que remete a uma expectativa normativa de gênero em torno da figura da primeira mulher a ocupar a Presidência da República. No plano visual, a escolha por tons claros, iluminação suave e close no rosto sorridente de Dilma Rousseff constrói uma imagem apaziguadora, distante do conflito político e da disputa de poder.

A estética aproxima a presidenta de códigos tradicionalmente associados ao feminino como delicadeza, cordialidade e meiguice. No plano narrativo, a manchete “A mulher no poder” desloca o sentido da vitória eleitoral para a condição de gênero, transformando o acontecimento político em um marco quase biográfico ou moral. Dilma não aparece, prioritariamente, como chefe de governo, mas como exceção feminina que confirma a regra masculina do poder. No plano do enquadramento noticioso, trata-se de uma generificação positiva, mas ambígua. Ao mesmo tempo em que celebra a ascensão feminina, ela delimita os contornos do que é considerado aceitável para uma mulher no poder. A capa evidencia que o otimismo inicial com o governo não rompe com a ordem de gênero, mas a reitera.

Figura 30. Capa IstoÉ DATA



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

A capa da revista Veja de 17 de abril de 2013, por sua vez, constrói um enquadramento multimodal fortemente generificado ao articular imagem, narrativa e enquadramento noticioso em torno da inadequação de Dilma Rousseff aos modelos normativos de gênero e liderança feminina.

Figura 32.



Fonte: Hemeroteca Mário de Andrade

No plano da representação visual, a presidenta é apresentada de forma fragmentada e despersonalizada: aparecem apenas as pernas femininas vestidas com saia social e sapatos de salto alto, que funcionam como metonímia do corpo presidencial e acionam diretamente marcadores de gênero. A ação central da imagem, o sapato esmagando um tomate, constrói uma metáfora visual para a inflação, materializando a crise econômica como erro pessoal e corporal da presidenta. O tomate esmagado remete simultaneamente ao fracasso, ao desperdício e ao constrangimento público. A ausência do rosto reforça a lógica de redução da figura política a um corpo feminino inadequado, cuja ação é apresentada como descuidada e danosa.

Ainda no plano visual, o topo da capa apresenta duas outras mulheres, Carla Bruni e Margaret Thatcher, que aparecem como pólos normativos de comparação. Bruni, ex-primeira dama da França, representa o ideal da feminilidade ornamental, associada à beleza e à suavidade; Thatcher, por sua vez, encarna o modelo da líder política “durona”, firme e racional, retrospectivamente legitimada pelo sucesso econômico atribuído ao seu governo. Dilma não é enquadrada como pertencente a nenhum desses pólos: não é a mulher bela e apaziguadora, tampouco a líder forte bem-sucedida. A presença dessas figuras estabelece um regime comparativo que antecipa sua desqualificação.

No eixo narrativo, a capa organiza a notícia como uma história de erro e inadequação. A metáfora coloquial “pisar no tomate” transforma a política econômica em gesto corporal mal executado, deslocando a inflação de um fenômeno estrutural para uma falha pessoal. Essa lógica é aprofundada no interior da revista, onde uma matéria extensa sobre Thatcher constrói uma narrativa de liderança correta e necessária, seguida por reportagens sobre Dilma e a alta dos preços, culminando em uma comparação explícita. O editorial sintetiza essa oposição ao afirmar que “Thatcher era durona e fez a coisa certa; Dilma também é durona, mas...”, completando o enquadramento da falha política.

No plano do enquadramento noticioso, o problema é definido como a inflação, mas diagnosticado como resultado da incapacidade da presidenta. O julgamento moral se constrói de forma implícita: a “dureza” de Dilma, diferentemente da de Thatcher, não é convertida em virtude, mas em teimosia, erro ou falta de

sensibilidade econômica. A recomendação de tratamento não aparece de modo explícito, mas emerge da própria comparação: a liderança feminina só é legitimada quando se ajusta a modelos específicos; fora deles, torna-se passível de ridicularização e desqualificação.

Essa capa se destaca, assim, como uma das mais explicitamente generificadas do corpus, ao articular crise econômica, metáfora corporal, comparação entre mulheres públicas e expectativas normativas de gênero. A deslegitimação não se constrói pela monstruosidade grotesca, mas pela inadequação: Dilma aparece como a mulher que não corresponde nem ao ideal da feminilidade aceitável nem ao da liderança forte legitimada.

A síntese dos resultados da análise indica que a representação de Dilma Rousseff não se organiza prioritariamente pela figura do monstro clássico, marcado pela exceção e pela ruptura aberta da ordem, mas pela lógica do anormal. Nesse regime, o poder atua menos pela exclusão do sujeito e mais pela correção contínua de condutas consideradas desviantes. A mulher no poder não é apresentada como impossibilidade absoluta, mas como presença que “não funciona bem” e que, por isso, exige vigilância constante.

A ocupação do espaço político por uma mulher é, assim, tratada como anomalia administrável. Dilma é reiteradamente enquadrada como “inadequada”, “desajustada” ou “fora do tom”, categorias que não a colocam fora da ordem política, mas a posicionam como alguém que aparece mal dentro dela. O foco desloca-se da disputa política para a avaliação permanente da conduta, do temperamento e da aptidão pessoal da governante.

Esse tipo de enquadramento produz sentidos que extrapolam a figura individual da presidenta. Ao funcionar como mecanismo difuso de vigilância, a imprensa contribui para um disciplinamento simbólico mais amplo, no qual pequenos gestos, escolhas discursivas e modos de liderança feminina tornam-se passíveis de escrutínio contínuo. A crítica não se dirige apenas a decisões políticas específicas, mas à própria capacidade de governar, convertendo o exercício do poder feminino em problema recorrente a ser monitorado.

A análise sugere, por fim, que essa estratégia é politicamente mais eficaz do que a construção de uma monstruosidade explícita. Ao invés de apresentar Dilma como exceção escandalosa, a mídia a constrói como alguém que “não dá conta” ou “não sabe governar”, promovendo uma deslegitimação gradual, socialmente aceitável e compatível com o funcionamento do poder moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou os enquadramentos de Dilma Rousseff nas capas das revistas Veja, Época e IstoÉ (2010-2016), buscando compreender como as revistas mobilizaram repertórios de monstrosidade e de gênero. Ao concluir este percurso, percebemos que o "monstro de gênero" em sua forma mais explícita e caricata não foi a tônica dominante do corpus analisado. Diferente da hipótese inicial, que previa uma centralidade de marcadores de gênero escancarados nas representações de monstrosidade, a pesquisa revelou uma manifestação residual e dissimulada do fenômeno. Como notado na análise, em muitos casos o discurso midiático operou mais sob uma chave ideológica e antipetista do que estritamente generificada, como exemplifica a capa de Dilma vendada, que mimetiza um enquadramento anteriormente aplicado ao ex-presidente Lula.

Contudo, longe de sugerir que o gênero seja um elemento ausente, essa aparente baixa incidência de monstros de gênero clássicos aponta para uma nova possibilidade de interpretação: a estratégia de negação plausível (*plausible deniability*) adotada pela grande mídia brasileira. Os resultados desta pesquisa acompanham outras que sugerem que a imprensa, frequentemente, calibra a agressividade de seus enquadramentos para garantir a eficácia da deslegitimação sem ultrapassar a linha da censura ou do enquadramento criminal.

Dessa forma, a hipótese que este trabalho abre para futuras investigações é a de que a violência política de gênero opera através de dois mecanismos de dissimulação. Primeiro, utilizando o humor como escudo. Como apontado ao longo deste trabalho, os monstros produzidos pela imprensa são, no mais das vezes, risíveis e pouco ameaçadores no sentido clássico, utilizando o recurso típico do humor para desumanizar o adversário sob a capa da brincadeira. Essa estratégia permite que o agressor negue a intenção de ofender e se proteja de repercussões jurídicas ou sociais, configurando uma tática de negação plausível (*plausible deniable*) em que o gênero não reside necessariamente na face do monstro, mas no riso punitivo direcionado à mulher que transgride o espaço do poder.

Articulada ao humor, produz-se uma gramática da anormalidade cotidiana. Em vez de recorrer a monstros fantásticos ou sobre-humanos, a mídia investiu na construção do anormal, banalizando a figura do monstro para integrá-la ao

funcionamento regular da sociedade. Nesse regime, Dilma Rousseff foi reiteradamente enquadrada através de categorias como "mau caráter", "burra" ou "histórica", deslocando o debate da arena de projetos políticos para o campo da patologização e do julgamento subjetivo. Trata-se de uma forma de violência política de gênero dissimulada, que sanciona a autoridade feminina através de uma suposta inaptidão técnica ou psicológica. Assim, a deslegitimação torna-se socialmente aceitável ao sugerir que a conduta da governante está "fora do tom", justificando uma intervenção normalizadora ou a sua exclusão definitiva do corpo político legítimo.

Portanto, se não encontramos o monstro-mulher em todas as capas, encontramos algo talvez mais perverso: uma estrutura de representação que silencia o gênero no discurso para melhor preservá-lo nos efeitos. A monstruosidade política de Dilma Rousseff foi o resultado de um exercício de poder simbólico que soube mobilizar o silêncio e o deboche como ferramentas de uma exclusão que se pretendeu inevitável. Ao evidenciar que a violência política de gênero é tão mais eficaz quanto mais for capaz de se esconder sob a negação plausível, esta dissertação espera contribuir para o debate sobre o papel da comunicação nas crises democráticas brasileiras e para o reconhecimento das novas faces da misoginia política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. **Um outro “quarto poder”**: imprensa e compromisso político no Brasil. In: *Contracampo*, Niterói, n. 4, p. 23-57, 2000.
- AZEVEDO, Fernando. **A Grande Imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2017.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENETTI, M.; HAGEN, S. (2010). **Jornalismo e imagem de si**: o discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em jornalismo e mídia*, 7(1), pp. 123-135.
- BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia**. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 719–754, jul. 2016.
- _____. **Uma mulher foi deposta**: sexismo, misoginia e violência política. In: *O golpe na perspectiva de gênero*, 2018.
- _____; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. Boitempo Editorial, 2015.
- _____. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras**: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, p. 269–299, jan. 2010.
- _____; MIGUEL, Luís Felipe. **Caleidoscópio convexo**: Mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. 1. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015. 273p
- CESAR, Camila Moreira; WEBER, Maria Helena. **A justiça, o réu e o candidato Lula em capas de revistas brasileiras: 12/07/2017 a 31/01/2018**. In: Encontro Anual da Compós, 28. 2019. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política, Rio Grande do Sul, 2018.
- CLEÓPATRA. Direção: Joseph L. Mankiewicz. Produção: Walter Wanger. Elenco: Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison. Estados Unidos: 20th Century Fox, 1963. 1 filme (248 min), cor, sonoro. Disponível em: Disney+. Acesso em: 24 jun. 2025.
- CUNHA, Isabel. **Democracia e corrupção**: política mediatizada. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios*, 2017, p. 65-90.
- D'ÁVILA, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2021.
- DE SOUSA MACIEL, J. C. **O que seriam as fotografias fake?** Reflexões sobre o fotográfico em narrativas de desinformação política. *Culturas Midiáticas*, [S. l.], v. 17, p. 22, 2022.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ENTMAN, Robert. *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, 1993, p. 51-58.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2023. 460 p.

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. **Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados**. Revista de Estudos Feministas, v. 18, n. 3, 2010.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

FOUCAULT, Michel. Aula de 29 de Janeiro de 1975. In: **Os anormais**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAMSON, William. MODIGLIANI, Andre. **Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach**. American Journal of Sociology, v. 95, n. 1, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay of the organization of the experience**. Boston: Northeastern University Press, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres–atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático**. Política & Sociedade, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984.

HALLIN, Daniel. MANCINI, Paolo. **Sistemas de mídia: estudo comparativo (três modelos de comunicação e política)**. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

HILL-COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

JULIANO, D. **El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos**. Cadernos Pagu, n. 25, p. 79–106, jul. 2005.

KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. 1. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994.

KLEIN, Alberto. **O serpentear dos demônios: a demonização em imagens midiáticas e seus substratos culturais**. In: Encontro Anual da Compós, 28. 2019. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política, Rio Grande do Sul, 2018.

KROOK, Mona Lena, & Sanín, Juliana Restrepo. **Violence against women in politics: A defense of the concept**. Política y Gobierno, 23(2), 2016.

LEITE JÚNIOR, J.. **O que é um monstro?**. Com Ciência revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC, <http://www.comciencia.br/comci>, 10 out. 2007.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G.. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 79, p. 187–201, jun. 2012.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 10, n. 29, 1995.

MACHADO, Ariane. **Monstros, antipetismo e o enquadramento de Lula nas capas da Revista Veja (2002-2020)**. Monografia apresentada para a conclusão do curso de Ciências Sociais (UFSCar). São Carlos, 2022.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. **A empresa jornalística como ator político**: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. Observatório (Obs*), 2018, 12.03: 224-245.

MARTINS, Rafaela Werneck Arenari; CLARINDO, Adriely de Oliveira; CAMPOS, Mauro Macedo. **Bruxas, curandeiras e benzedoras**: existências e resistências. , v. 15, n. 23, p. 201-225, 2023. DOI: 10.12660/rm.v15n23.2023.88865.

MATOS, Marlise. **Mulheres e a violência política sexista**: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia [et al.] (Orgs.) Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MATOS, Marlise; COSTA, Cláudia; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional**: cartilha de orientação e conscientização. Belo Horizonte: NEPEM/UFMG, 2024.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil**: da influência simples à interação complexa. Revista USP, São Paulo, n. 90, p. 74-83, jun./ago. 2011.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade**: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 59–174, 2010.

NEVES, Rita; NEVES, Helena. **A representação da “mulher descontrolada” na imagem de capa da revista Isto é que retratou a presidenta Dilma “gritando”**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Lucy. **Imprensa e a propaganda negativa eleitoral**. REVISTA COMPOLÍTICA, v. 9, p. 187-214, 2019.

PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. **Mulheres no poder**: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, 2016, 22: 385-417.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 2009.

PISCOPO, Jennifer M.. **State Capacity, Criminal Justice, and Political Rights**. Rethinking Violence against Women in Politics. Polít. gob, Ciudad de México , v. 23, n. 2, p. 437-458, dic. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-20372016000200437&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PORTO, Mauro P. *Mirrors of Whiteness: Media and the Politics of Difference in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2012.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. **Tudo normal**: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. In D'ÁVILA, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2021.

RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Edufba, 2018.

SILVA, Perla Haydee da. **De Louca a Incompetente**: Construções Discursivas Em Relação à Ex-presidenta Dilma Rousseff. 2019.

SIMIONI, Fabiane. **Democracia no Brasil e Violência Política de Gênero**: dois lados da mesma moeda?. Plural, São Paulo, Brasil, v. 31, n. 1, p. 297–321, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/222476>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Editora Expressão Popular, 2021.

THOMPSON, John. **A nova visibilidade**. Tradução: Andrea Limberto. MATRIZES, n. 2, 2008, p. 15-38.

TUCHERMAN, Ieda. **Breve história do corpo e de seus monstros**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Vega, 2012.

TV BRASIL. **Dilma Rousseff faz pronunciamento após votação final do impeachment**. YouTube, 31 ago. 2016. 1 vídeo (11 min 17 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKkpe53jaPk>. Acesso em: 24 jun. 2025.

WEBER, Maria Helena (Org.). **Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidente Dilma**. Porto Alegre: Figura de Linguagem, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Arianne Cristina Machado, realizada em 24/02/2026.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Viviane Gonçalves Freitas (UNIRIO)

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UFSCar)

Prof. Dr. Viktor Henrique Carneiro de Souza Chagas (UFF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.